



Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Humanidades
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

EDUARDO MARTINS DE BRITO

**MST: UMA ANÁLISE DE SEU PROGRAMA E PRÁTICAS
POLÍTICAS SOB OS GOVERNOS DO PT**

CAMPINA GRANDE – PB

2015

EDUARDO MARTINS DE BRITO

**MST: UMA ANÁLISE DE SEU PROGRAMA E PRÁTICAS
POLÍTICAS SOB OS GOVERNOS DO PT**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais, 2015.

Orientador: Prof. Dr. Gonzalo Adrián Rojas

CAMPINA GRANDE - PB

2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL-UFCG

- B862m Brito, Eduardo Martins de.
MST : uma análise de seu programa e práticas políticas sob os governos do PT / Eduardo Martins de Brito. – Campina Grande – PB, 2015.
130 f. : il. color.
- Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2015.
"Orientação: Prof. Dr. Gonzalo Adrián Rojas". Referências.
1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). 2. Partido dos Trabalhadores (PT). 3. Políticas Agrárias. 4. Movimentos Sociais. 5. Camponato. 6. Reforma Agrária. I. Rojas, Gonzalo Adrián. II. Título.
- CDU 316.35(043.3)

EDUARDO MARTINS DE BRITO

**MST: UMA ANÁLISE DE SEU PROGRAMA E PRÁTICAS POLÍTICAS
SOB OS GOVERNOS DO PT**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais, 2015.

Texto avaliado em 25 de fevereiro de 2015

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Dr. Gonzalo Adrián Rojas
PPGCS/UFCG
Orientador

Dr. Ronaldo Laurentino Sales Junior
PPGCS/UFCG
Examinador Interno

Dr. Romero Junior Venâncio da Silva
UFS
Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Ao professor Gonzalo Ádrian Rojas, cuja orientação foi imprescindível para realização do presente trabalho. Suas sugestões e correções me ajudaram a compreender melhor meu objeto e como proceder para atingir os objetivos esperados.

Da mesma forma, as críticas e sugestões dos professores Romero Venâncio e Ronaldo Sales, que acompanharam meu trabalho desde a análise do projeto, passando pela qualificação e defesa da dissertação, foram bem importantes para o avanço da pesquisa, melhor recorte do objeto e procedimentos a serem adotados.

Agradeço também à minha companheira e parceira Soraia de Carvalho, que me apoiou durante todo o curso, fez dicas e sugestões de grande valia para a elaboração do presente trabalho, bem como me auxiliou em todas as questões formais necessárias. Sem seu tempo, carinho e correções essa tarefa teria sido bem mais difícil.

Agradeço a todos os integrantes do grupo Práxis, que participaram da discussão do meu projeto de pesquisa e têm participado comigo de muitas atividades acadêmicas bem produtivas.

Finalmente, agradeço à minha família pelo apoio e solidariedade constantes.

RESUMO

Nessa pesquisa, analisaremos o programa agrário do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), identificando suas influências, rupturas e continuidades em relação a dois aspectos. Por um lado, como as contribuições desenvolvidas por técnicos, partidos políticos e intelectuais se fizeram presentes no interior do movimento, com destaque para o economista Celso Furtado, importante expoente da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), e para as concepções políticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB). E, por outro lado, quais foram as mudanças sofridas em decorrência das alterações conjunturais ocorridas com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal. Compreende, principalmente, o período dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), fazendo referência, mas de forma incidental, aos governos de Dilma Rousseff, tendo em vista que seu segundo mandato ainda está em curso. Para contextualizar, reconstituiremos analiticamente a atuação do MST nas duas últimas décadas, com o objetivo de destacar suas alterações programáticas e o contexto em que se operaram, verificando as teorias que inspiram seu programa político. É parte do nosso trabalho a identificação da composição social do MST, trazendo à tona o debate sobre a persistência do campesinato na formação social brasileira e o seu papel em um projeto contra-hegemônico.

Palavras-Chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST); Partido dos Trabalhadores (PT); Políticas Agrárias; Movimentos Sociais; Campesinato; Reforma Agrária.

ABSTRACT

In this research we will be analysing the agrarian program of the Landless Workers Movement (MST). We will be identifying their influences, ruptures and continuities, in two aspects. On one hand, we'll identify how the contributions developed by technicians, political parties and intellectuals made themselves present within the movement, pointing out the economist Celso Furtado, as an important exponent of the Economic Commission to Latin America and Caribe (CEPAL), and the political conception of the Communist Party of Brasil (PCB). And, in the other hand, we'll identify what were the changes suffered as a result of cyclical modifications with the rise of the Workers Parties (PT) to the federal government. Here we comprehend mainly the period of the government of Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), referring, too, indirectly, to the government of Dilma Rousseff, considering that the government is still ongoing. To contextualize, we will rebuild analytically the performance of the MST in the last two decades, with the purpose of highlighting its programmatic changes and the context in which it operates, verifying theories that inspire its political program. It's part of our job to identify the social composition of the MST, bringing up the debate about the persistence of the peasantry in the Brazilian social formation, and its role in a counter-hegemonic project.

Keywords: Movement of Rural Workers Landless (MST); Workers' Party (PT); Agriculture Policy; Social Movements; peasantry; land reform.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELAS

TABELA 1 – Conflitos no Campo entre 2004 e 2013.....	16
TABELA 2 – Evolução dos recursos destinados ao crédito rural (1970 a 2002).....	79
TABELA 3 – Ocupações de terra (1995-1999).....	82
TABELA 4 – Criação de assentamentos rurais (2003-2012).....	94
TABELA 5 – Taxa dos recursos reservados ao Superávit Primário (2003-2006).....	91
TABELA 6 – Taxa dos recursos reservados ao Superávit Primário (2007-2014).....	99
TABELA 7 – Exportação brasileira - Recordes 2013.....	105

FIGURAS

FIGURA 1 – número de ocupações (1988-2012)	13
FIGURA 2 – Assassinatos, ameaças de morte e tentativas de assassinato de camponeses e trabalhadores rurais – 1986-2013.....	15
FIGURA 3 – Famílias em ocupações e famílias assentadas (1988-2006).....	47
FIGURA 4 – Superávit Primário – Setor Público – % PIB. Média anual dos governos (1995-2014)	101

LISTA DE SIGLAS

AGF - Aquisição do Governo Federal

ALBA - Aliança Bolivariana para as Américas ANCA

Associação Nacional de Cooperação Agrícola

AP - Ação Popular.

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD -Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CAI - Complexo Agroindustrial

CEBSs - Comunidades Eclesiais de Base

CDES - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores

CLOC - Coordenadoria Latino-americana de Organizações Camponesas

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EGF - Empréstimos do Governo Federal

EMATER - Empresa de Assistência e Extensão Rural

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FIESP - Federação das Indústrias de São Paulo

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IF- Instituto Federal

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
IPI- Imposto sobre Produtos Industrializados
JK - Juscelino Kubitschek
MAB - O Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MNDH - Movimento Nacional pelos Direitos Humanos
MPL - Movimento pelo Passe-Livre
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos.
PL - Partido Liberal
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN - Partido da Mobilização Nacional
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PP - Partido Progressista
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSD - Partido Social Democrático
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PUA - Pacto de Unidade e Ação

SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia

UDN - União Democrática Nacional

UDOP - Unidade de Produtores de Bioenergia

UDR - União Democrática Ruralista

ULTAB - União dos Lavradores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	12
1	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
	1.1 METODOLOGIA E PRINCIPAIS CONCEITOS.....	20
	1.2 RAÍZES HISTÓRICAS DO ATRASO DA AGRICULTURA BRASILEIRA.....	26
2	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST): FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROGRAMÁTICO.....	50
	2.1 PRIMEIRAS FORMULAÇÕES PROGRAMÁTICAS DO MST.....	51
	2.2 3º CONGRESSO NACIONAL DO MST.....	54
	2.3 5º CONGRESSO NACIONAL DO MST.....	56
	2.4 6º CONGRESSO:“LUTAR,CONSTRUIR REFORMA AGRÁRIA POPULAR”.....	58
3	O MST E OS GOVERNOS DO PT.....	84
	3.1 PERÍODO PRECEDENTE: O GOVERNO FHC (1995-2002).....	85
	3.2 RELAÇÃO ENTRE MST E PT ANTES DA “ERA LULA”.....	93
	3.3 OPROGRAMA AGRÁRIO DO PT.....	96
	3.4 A QUESTÃO AGRÁRIA SOB OS GOVERNOS DO PT.....	98
	CONCLUSÃO.....	121
	REFERÊNCIAS.....	124

INTRODUÇÃO

Devido ao destacado papel político e social protagonizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), durante as últimas décadas que compreendem o período da chamada “redemocratização política”, escolhemos estudar o programa político deste movimento, dada sua importância no cenário político nacional em geral e no campo em particular. Há quantidade significativa de trabalhos acadêmicos assinalando que suas ações – principalmente pedagógicas, mas também políticas e organizativas – poderiam ser tomadas como forma de resistência contra-hegemônica à sociabilidade capitalista.

Nesta dissertação trabalharemos com os programas aprovados ao longo dos seis congressos do MST. Cabe ressaltar que os congressos não são deliberativos, mas referendam a linha política a ser adotada, que é determinada pela direção do Movimento, como veremos quando tratarmos do assunto. Pretendemos caracterizar a trajetória de elaboração programática do MST desde sua origem, com o objetivo de entender sua atuação política durante os governos do PT e sua concepção de reforma agrária.

As ideias de Celso Furtado, importante expoente da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL –, exercem considerável influência entre a liderança intelectual do MST, principalmente sobre João Pedro Stédile, que considera a proposta de reforma agrária do economista paraibano como a mais radical até hoje apresentada (STÉDILE *apud* WINTER, 2006).

Segundo o líder do MST, em discurso proferido por ocasião da morte de Furtado, seu nacionalismo e compromisso com o desenvolvimento de uma indústria genuinamente brasileira, estão em acordo com a defesa das necessidades do povo brasileiro, sendo por isso seus ensinamentos utilizados na formação dos quadros do MST. Nas palavras de Stédile, as escolas de formação do Movimento fazem uso dos ensinamentos contidos nos trabalhos de Furtado.

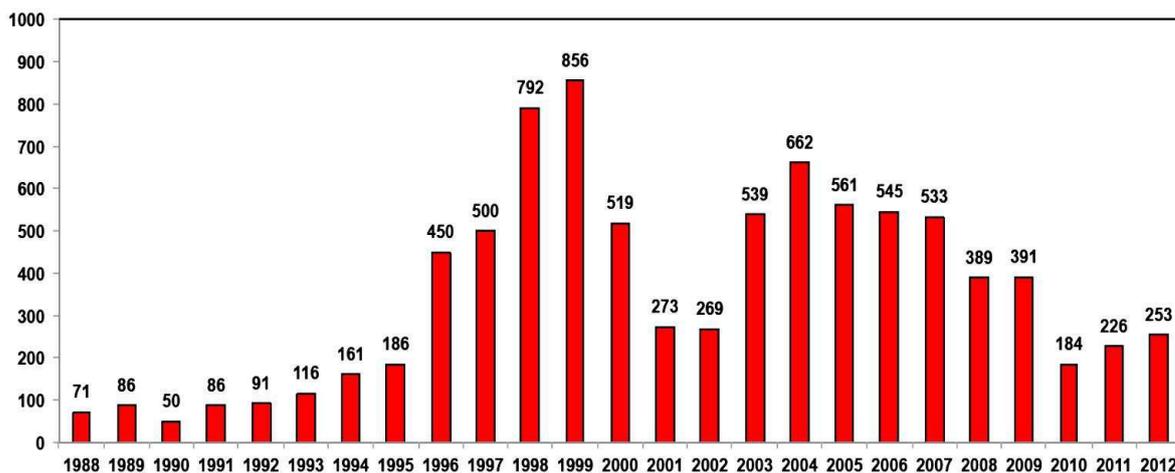
Outra corrente importante no debate sobre a questão agrária brasileira foi a dos intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Esses estudiosos e militantes participaram ativamente do debate teórico e político sobre a questão agrária nacional, exercendo também importante influência na formulação agrária original do Partido dos Trabalhadores (PT) que, por sua vez, influenciou o MST. Portanto, revisitar esse debate será parte constitutiva e necessária de nossa pesquisa.

Buscaremos responder em que medida a ascensão do PT ao governo federal alterou as táticas e a estratégia política do MST. Procuramos saber se o PT exerce influência sobre o MST ainda que, reiteradamente, este último declare sua independência política em relação às demais organizações político-partidárias.

Nossa hipótese é que há uma submissão do MST à política do PT, assim o Movimento acompanhou a elaboração teórica deste partido para a questão agrária, seu ideário de democratização do Estado e sua trajetória de adaptação às eleições e métodos institucionais, ainda que tenha como prática importante o uso da ação direta nas ocupações de terra, prédios públicos e marchas que, aliás, diminuíram ao longo dos governos do PT.

As ocupações de terras durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff diminuíram em cerca de um terço em relação aos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), passando de 305 ocupações anuais em média, para 224. Durante todo ano de 2013, foram realizadas apenas 110 ocupações. Os números não eram tão baixos desde 1992, como é demonstrado na FIGURA 1 a seguir.

FIGURA 1 – Número de ocupações (1988-2012)



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2013.

Como se verifica nos dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa DATALUTA, as ocupações foram mais intensas entre 1998 e 1999, período de reeleição de FHC, diminuindo em seguida. Entre 2003 e 2004, dois primeiros anos do governo Lula, o número de ocupações voltou a subir, atingindo 662¹ em 2004. A esperança entre os acampados era de que, enfim, a reforma agrária seria realizada. Como a expectativa não se confirmou, as ocupações diminuíram, como veremos neste trabalho. Acreditamos que o avanço do capital financeiro sobre a agricultura, intensificado durante os últimos doze anos de governos do PT, comprometeu a política de assentamentos que vinha sendo colocada em prática, com maior ou menor vigor, desde FHC. Tal política passa por um processo de estagnação durante o primeiro governo Dilma Rousseff, e, nos parece, *tende* a se esgotar.

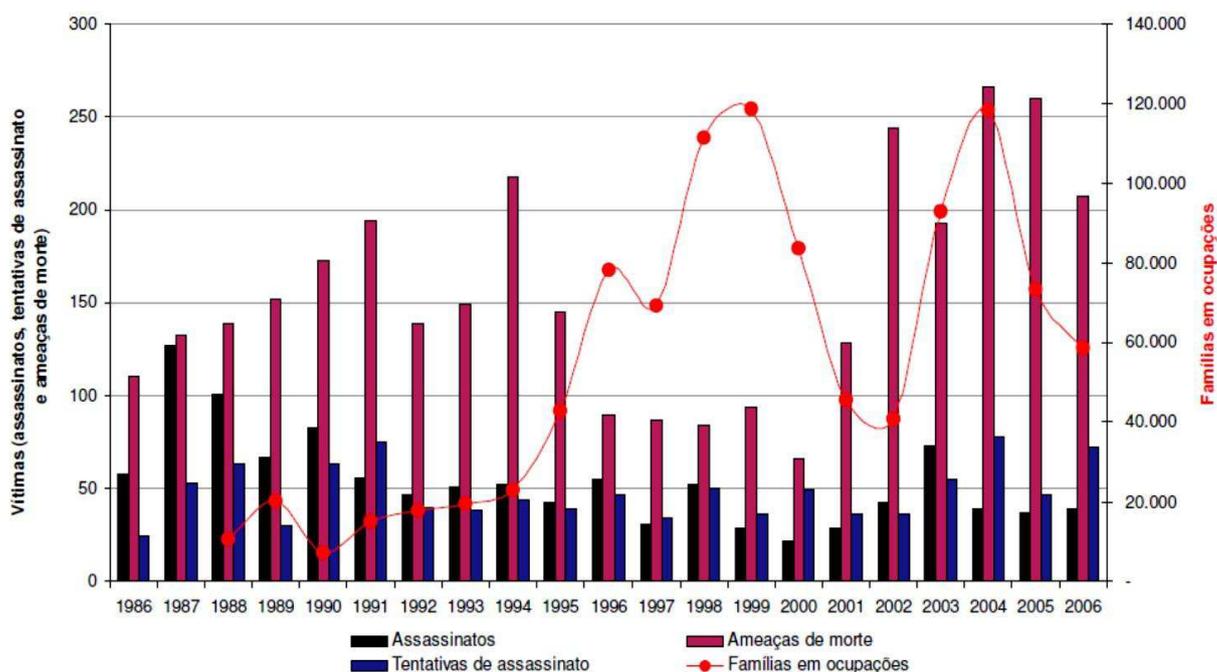
Dessa forma, sendo o MST esperançoso em uma reforma agrária realizada via Estado, nosso segundo questionamento consiste em verificar se tem início ou não, em seu interior, uma crise política, pois fica cada vez mais explícito que o PT, quando no controle da máquina pública federal, com forte presença no legislativo, não foi capaz de realizar a reforma agrária, colocando o MST em um impasse, desencadeando, inclusive, a possibilidade da ação de forças centrífugas em seu interior. Isto é, estamos querendo saber se a diminuição das ocupações de terras, a nomeação de militantes do MST para cargos no INCRA – ainda que somente no início do governo Lula – e algumas rupturas ocorridas no MST nos últimos anos, estariam expressando fragmentação da organização, ou interferindo na centralidade nacional existente.

A alta concentração de terras existente no país, assim como a questão do abastecimento da população, coloca a realidade rural como crucial para entender a formação econômico-social brasileira, marcada por desigualdades sociais, assim como para compreender a política agrária desenvolvida pelo Estado, em um cenário conflitivo e violento. Duas décadas depois do fim do regime militar, os camponeses e trabalhadores rurais assassinados foram cerca de 1.100, as ameaças de morte foram cerca de 3.200 e as

¹ Em outra tabela, baseada no trabalho de Girardi (2008), o DATALUTA apresenta o número de 702 ocupações para o ano de 2004.

tentativas de assassinato pouco mais do que 1.000 (GIRARDI, 2008). A FIGURA 2 mostra as oscilações dos números de assassinatos, ameaças e tentativas de assassinatos no campo durante as duas décadas que se seguiram à chamada redemocratização política do país.

FIGURA 2 – Assassinatos, ameaças de morte e tentativas de assassinato de camponeses e trabalhadores rurais – 1986-2012



Fonte: GIRARDI, 2008, baseado em dados da CPT e DATALUTA.

Segundo as informações apresentadas por Eduardo Girardi, entre o período de 1986 a 2006, houve diminuição da violência no campo em 1996 e novo aumento em 2001. Isso provavelmente se deve à tentativa de negociação feita por FHC, que tentou contornar o problema agrário mediante cadastramento das famílias, programa de créditos e incentivo à venda de terras, através do programa Cédula da Terra e do Banco da Terra. Por outro lado,

sob seu governo, judicializou os conflitos, através da promulgação da Medida Provisória 2109-52, que impedia a desapropriação das terras ocupadas, criminalizando os camponeses.

Mas, longe de ser este um problema do passado, as informações mais recentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) demonstram que a situação explosiva do campo brasileiro não tende a arrefecer.

TABELA 1 – Conflitos no Campo entre 2004 e 2013

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Conflitos de Terra*										
Ocorrências de Conflito	752	777	761	615	459	528	638	805	816	763
Ocupações/Retomadas	496	437	384	364	252	290	180	200	238	230
Acampamentos	150	90	67	48	40	36	35	30	13	14
Total Conf. Terra	1.398	1.304	1.212	1.027	751	854	853	1.035	1.067	1.007
Assassinatos	37	38	35	25	27	25	30	29	34	29
Pessoas Envolvidas	965.710	803.850	703.250	612.000	354.225	415.290	351.935	458.675	460.565	435.075
Hectares	5.069.399	11.487.072	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667
Conflitos Trabalhistas										
Trabalho Escravo	236	276	262	265	280	240	204	230	168	141
Assassinatos	2		3	1	1		1			1
Pessoas Envolvidas	6.075	7.707	6.930	8.653	6.997	6.231	4.163	3.929	2.952	1.716
Superexploração	107	178	136	151	93	45	38	30	14	13
Assassinatos			1				1			2
Pessoas Envolvidas	4.202	3.958	8.010	7.293	5.388	4.813	1.643	466	73	142
Total Conf. Trabalhista	343	454	398	416	373	285	242	260	182	154
Conflitos pela Água										
Nº de Conflitos	60	71	45	87	46	45	87	68	79	93
Assassinatos				2		1	2		2	2
Pessoas Envolvidas	107.245	162.315	13.072	163.735	135.780	201.675	197.210	137.855	158.920	134.835
Outros ***										
Nº de Conflitos		52	2	8			4		36	12
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas		43.525	250	3.660			4.450		26.005	1.350
Total										
Nº de Conflitos	1.801	1.881	1.657	1.538	1.170	1.184	1.186	1.363	1.364	1.266
Assassinatos	39	38	39	28	28	26	34	29	36	34
Pessoas Envolvidas	975.987	1.021.355	783.801	795.341	502.390	626.009	559.401	600.925	648.515	573.118
Hectares	5.069.399	11.487.072	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667

Fonte: CPT, p. 15, 2013.

Como fica claro, ao analisar as informações da Tabela 1, entre 2004 e 2013 o número de conflitos no campo foi elevado, atingindo em termos quantitativos a cifra de

10.508. Mais preocupante ainda é o índice de assassinatos motivados especificamente por conflitos de terras, que ascende ao número de 309 e pelos conflitos agrários em geral, incluindo os conflitos trabalhistas e por água, atingindo a marca de 331 assassinatos.

A concentração fundiária e conseqüente violência que acarreta, atravessa o processo de formação da unidade nacional brasileira e formação de seu Estado-nação, de maneira que não se compreende o país nem é possível traçar as formas de superação de seus entraves sem considerar os processos de lutas sociais no campo brasileiro. Em suma, uma investigação relacionada aos problemas nacionais² deve ter em conta o histórico das lutas de classes no campo, suas origens e desenvolvimento. Como o MST tornou-se um dos mais proeminentes movimentos atuantes no campo, torna-se necessário caracterizá-lo à luz da política que adota em relação ao Estado e governos.

Nosso objeto é o MST e seu programa político, mas nessa pesquisa, também pretendemos descrever e caracterizar a política agrária dos governos do PT, que compreende as relações entre as diferentes classes e frações de classes no bloco no poder (POULANTZAS, 1977). Neste caso, especificamente a política em relação aos camponeses organizados no MST, bem como a incidência ideológica exercida sobre este movimento.

No primeiro capítulo, introduziremos os elementos metodológicos e conceituais que serão utilizados na pesquisa. Em seguida, expomos panoramicamente os condicionantes históricos do atraso econômico e social no campo e, por fim, o debate que se desenvolveu no Brasil sobre a reforma agrária no período precedente ao surgimento do MST.

No segundo capítulo, descreveremos a evolução programática do Movimento, com destaque para o funcionamento e deliberações do 6º Congresso. Compareci neste Congresso, cujo conteúdo – mesas, intervenções e programa aprovado – foi sistematicamente acompanhado. Como observador de parte das atividades políticas do Movimento, colhi informações que ajudassem a compreender a política do MST na

²Entendemos como problemas nacionais o atraso econômico e cultural do país. Esse atraso é verificado nas desigualdades sociais existente nas cidades e no campo. Na existência de milhões de camponeses utilizando-se de técnicas rudimentares, pré-capitalistas. Da mesma forma, as desigualdades regionais como entrave à integração nacional. O analfabetismo, violência e precariedade dos serviços públicos também são a manifestação dos grandes problemas nacionais vividos cotidianamente pela maioria da população brasileira.

atualidade. O registro e exposição das atividades do 6º Congresso do MST tem importante valor histórico, já que marca o abandono da reforma agrária tal como a entendiam. Promove a virada do Movimento para adaptação às políticas governamentais de quase extinção das desapropriações.

Dizemos que o Movimento se adapta, pois anteriormente ao governo Lula, não aceitava que os governos se recusassem a desapropriar, confrontando-os. Respondiam com ocupações de terras e prédio públicos, marchas e bloqueios. Como aliado do atual governo federal e de alguns governos estaduais, a linha que o 6º Congresso estabeleceu foi de recuo, pois, concluindo que as políticas agrárias de redistribuição de terras estão paralisadas, indicam que se contentarão com políticas de investimentos em seus assentamentos já estabelecidos. O referido Congresso indicou que as ocupações de terras, desde que o governo promova ações de apoio e fortalecimento da agroecologia nos assentamentos existentes, vai se atenuar. Ainda no segundo capítulo, após expor o novo programa agrário do MST, tecemos nossas considerações sobre o mesmo.

No capítulo terceiro, vamos nos deter na discussão histórica e conceitual acerca do conceito de programa e dos programas de reforma agrária aplicados em alguns casos. A questão do programa é importante, pois se trata de uma discussão acerca do desenvolvimento geral das forças produtivas. Quais são os caminhos de desenvolvimento a seguir. Com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o problema colocado pela burguesia foi enfrentar ou não a questão agrária e escolher os caminhos de desenvolvimento.

Para o MST, permanece a necessidade de escolher entre dois caminhos de desenvolvimento: o desenvolvimento baseado na grande propriedade ou a redistribuição das terras. Sustentaremos que essa é uma discussão extemporânea, pois não é mais uma questão de escolha, já que o modelo da grande propriedade está consolidado. O domínio do latifúndio, do agronegócio e de camadas médias subordinadas à agroindústria define a estrutura rural atual. A questão da escolha de modelos foi colocada objetivamente no final do século XIX, com a desagregação do sistema colonial. E perdurou até finais dos anos 1950, quando predominaram as relações de produção pré-capitalistas. Embora essas últimas

não tenham sido totalmente eliminadas, as relações capitalistas de produção superaram as formas precedentes.

Com a independência e final da escravidão, a burguesia se deparou com a questão de qual tipo de desenvolvimento seguir, como desenvolver suas forças produtivas. A reforma na estrutura agrária implicaria na dinamização do mercado, inserção de vasta mão de obra no setor produtivo e criação de massas consumidoras. Entretanto, a estrutura baseada no latifúndio e na exportação foi mantida. Será neste capítulo que trataremos algumas experiências de países como Peru e Cuba, para comparar os programas de transformação na estrutura agrária aplicados por esses países com o programa do MST, podendo assim inferir os limites e possibilidades de efetivação do programa agrário do Movimento estudado.

Finalmente, vamos analisar qual é o entendimento do PT sobre a reforma agrária, as políticas agrárias do Governo Federal entre os anos de 2003-2014 e qual a relação que o MST mantém com os órgãos governamentais responsáveis pela reforma agrária, pois são principalmente através destes que o Movimento se relaciona com o Estado.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No presente capítulo, começaremos por expor nosso referencial teórico-metodológico: o materialismo histórico e dialético. As categorias utilizadas nesta dissertação fazem parte dessa tradição. Tal escolha nos parece apropriada porque o estudo das classes sociais do país, do ponto de vista da dinâmica entre economia e política, exige acompanhamento econômico e sociológico da sociedade, isto é, do movimento do real. Dessa forma, a abordagem marxista contribui para o avanço do pensamento científico no Brasil.

Embora, em alguns casos, a coleta de dados por fontes jornalísticas e a superficialidade da análise possam dar um caráter político em algumas passagens do nosso trabalho, sustentamos que o esforço por apreender as alterações políticas recentes, e a relação entre burguesia, governo e movimentos sociais, constitui o início de uma pesquisa cientificamente válida. Os dados são o ponto inicial de aproximação com a realidade.

Ademais, a busca pelas evidências e as formas racionais e sistemáticas de elaboração de conhecimento não implica, nem nunca implicou, em neutralidade axiológica.

Também pensamos ser importante proceder a uma exposição histórica sobre a agricultura brasileira. Entendemos que a discussão acerca dos conceitos como capitalismo, campesinato, opressão nacional e imperialismo, somente tornam-se categorias válidas quando ajustada às particularidades históricas da formação econômico-social. Dessa forma, optamos por incluir a contextualização histórica como parte do capítulo teórico do trabalho. Por fim, o encerramento dessa primeira parte trará uma breve apresentação da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, formulada plenamente por Leon Trotsky, e sua verificação na estrutura agrária brasileira.

1.1 METODOLOGIA E PRINCIPAIS CONCEITOS

Para análise do programa agrário do MST, utilizaremos os métodos comparativo, dedutivo e indutivo. Retomando as experiências de reforma agrária no Peru e Cuba, vamos apreciar como as medidas de desenvolvimento nacional, pautadas em transformações na estrutura fundiária, e alicerçadas em políticas distributivas no campo, se deram na prática. Embora cada país tenha sua particularidade, os países latino-americanos guardam semelhanças com o Brasil no sentido de serem semicolônias, atrasados do ponto de vista capitalista e marcados por grande desigualdade social e conflitos agrários.

A experiência da revolução cubana é bem significativa, na medida em que começa com um programa nacional em 1959 – nos marcos do capitalismo e respeitando a propriedade privada –, mas extrapola tal premissa e converte-se em socialista em 1961.³ Por sua vez, o processo de transformações agrárias no Peru é emblemático, pois a reforma

³ Outros casos de reforma agrária abortadas ou inconclusas são Egito, Portugal, Nicarágua, Guatemala, Bolívia, Chile, Paraguai, entre outros.

agrária do general nacionalista Juan Velasco Alvarado ⁴ foi aplicada na íntegra, com resistências, mas sem interrupção, entretanto retrocedeu a partir dos anos 1980.

O resultado de ambas as experiências contribui para análise de um projeto de reforma agrária nos marcos do capitalismo colocado em prática. No caso do projeto executado no Peru, como veremos, é, essencialmente, o mesmo defendido pelo MST. Ao trazer a experiência dos referidos países, o objetivo não é meramente descritivo, mas de procurar, nos casos cotejados, destacar as tendências gerais de uma reforma agrária no período contemporâneo, para deduzir os limites do programa agrário analisado.

Entretanto, para buscar se precaver de uma análise de caráter apriorístico, isto é, contemplar o objeto com as conclusões pré-estabelecidas, utilizaremos o método indutivo, observando com cuidado as particularidades do MST, independente das demais experiências, procurando apreender sua dinâmica interna e tirar nossas conclusões a partir de suas práticas e relação com o Estado.

Finalmente, nossa pesquisa parte do referencial teórico legado pelo materialismo histórico, considerando a sociedade brasileira como um país de economia capitalista, semicolonial, em que convivem formas de produção pré-capitalistas com setores altamente desenvolvidos, expressão do desenvolvimento desigual e combinado. Para tal consideração, utilizamos os conceitos de formação econômico-social e de capitalismo como sistema econômico mundial, cuja manifestação particular, no caso do Brasil, deve ser apreendida considerando a inter-relação entre Brasil e as potências econômicas imperialistas, principalmente os Estados Unidos.

Recorremos ao conceito de imperialismo, descrito por Vladimir Ilitch Lênin como a fase superior e última do capitalismo. Surgido da fusão histórica entre capital bancário e industrial, o capital financeiro é predominante na fase imperialista, em que as empresas monopolistas avançam sobre o território e a economia dos países atrasados. Os países

⁴ Juan Velasco Alvarado (1909-1977) foi um militar e político peruano. Liderou a Junta Militar que derrubou o presidente Fernando Belaúnde Terry em 3 de outubro de 1968, permanecendo no poder até 30 de agosto de 1975.

imperialistas expandem seus mercados, apropriam-se das matérias-primas em condições cada vez mais vantajosas e exportam capitais para os países atrasados (LENIN, 1982).

Nessa dinâmica, a agricultura assume papel chave. Dessa forma, não podemos considerar o capitalismo mundial como a mera soma de múltiplos capitalismos nacionais. Ao contrário, expressa um único e indivisível sistema econômico, cujas particularidades nacionais e regionais podem ser apreendidas sob tal abordagem metodológica, de totalidade.

Como trabalhamos com uma definição de capitalismo sob o referencial marxista, nossa abordagem é de uma sociedade dividida em classes sociais, em que as principais são a burguesia e o proletariado. Já o camponato, por não ser uma classe genuinamente capitalista, é objeto de um amplo e histórico debate acerca de sua conceituação.

Há teóricos que sustentam a inexistência do camponês no Brasil – ou existência de forma residual (PRADO JR., 1979). Outros, afirmam que nunca houve tal classe no país, sendo o camponês existente apenas na imaginação dos sociólogos (BERTERO, 2006, p. 165-168). Também encontramos estudos que apontam o camponato brasileiro como resultado do processo dinâmico de desenvolvimento do capitalismo, de maneira que o camponês se reinventa e reconstitui-se na dinâmica de rearranjo metabólico do capital (THOMAS JR., 2008, p. 278). Trabalharemos com essa última abordagem, embora de forma crítica, rejeitando alguns de seus elementos.

Segundo Karl Marx e Friedrich Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848 (MARX, ENGELS, 2001), a burguesia é definida como a classe detentora dos meios de produção. Analisando-a, identifica-se que não é homogênea, mas sim dividida em frações, de acordo com as diversas formas que o capital assume, como agrário, industrial, comercial e financeiro, chegando a manifestar interesses divergentes, embora não contraditórios entre si. Destarte, será importante pautar neste trabalho as relações entre as classes e as diversas frações de classe, inspirando-se na análise feita por Marx em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* e de Nicos Poulantzas em *Poder Político e Classes Sociais*. Essa teoria será utilizada como ferramenta analítica para perceber como as frações de classe

ligadas à agricultura brasileira se unificam e se repelem, e qual, ou quais frações assumem a liderança do processo (MARX, 2011; POULANTZAS, 1977).

Essa unidade de ação entre os diversos grupos e classes contra o inimigo comum, também ocorre entre as classes trabalhadoras. Como desdobramento desse pressuposto, portanto, introduziremos a apreciação gramsciana do conceito de hegemonia e contra-hegemonia na luta política, que comparece como importante referência entre a intelectualidade ligada ao MST. Segundo essa abordagem, que visa se precaver contra qualquer tentativa mecânica de relacionar economia e política, ressaltando a autonomia, mesmo que condicional do campo político, a hegemonia da burguesia não se dá puramente pela coerção policial e jurídica, mas também cultural. Ressalta a máxima marxista de que “as ideias de uma sociedade correspondem às ideias da classe dominante”. Da mesma forma, cabe aos trabalhadores e suas organizações lutarem por tomar a direção cultural e ideológica da sociedade, minando a hegemonia burguesa.

A forma de atuação na superestrutura da sociedade comparece, em termos gramscianos, como importante elemento de acúmulo de forças, desconstrução da dominação ideológica da burguesia e condição para se forjar a preparação da revolução proletária, isto é, como luta contra-hegemônica (GRAMSCI, 1999). Da nossa parte, entendemos a defesa de “acúmulo de forças” e “luta contra-hegemônica” presente hoje nos movimentos sociais brasileiros, como formas de revisar e, conseqüentemente, abandonar a estratégia política marxista, uma vez que, o que verificamos, é a submissão dos movimentos às formas políticas tradicionais. Com o objetivo de “atualizar” o marxismo, submetem-se às “regras do jogo” da burguesia.

É bem possível que, entre a direção do MST, predomine a concepção de que essa forma de acúmulo de forças seja a única forma viável na atual conjuntura. Entretanto, é preciso delimitar, em relação ao marxismo, tal tática, assim como o conceito de hegemonia e contra-hegemonia introduzidos nos meios acadêmicos e intelectuais dos movimentos a partir das formulações de Carlos Nelson Coutinho (COUTINHO, 1998).

Ainda em sua juventude, Marx parte para um acerto de contas com o pensamento idealista alemão em geral, e com Georg Hegel em particular. Inicia sua tarefa com o

trabalho *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, que será publicado postumamente. Entretanto, torna-se pública sua parte mais importante, correspondente à introdução, mas que de fato converteu-se em um trabalho à parte e de importância singular, pois é onde Marx aponta pela primeira vez o proletariado como sendo a classe revolucionária por excelência, embora um proletariado ainda idealizado. Em *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*, Marx critica Hegel – ainda sob sua influência – sobre as categorias de “universal” e “particular” e “sociedade civil” e “Estado” (MARX, 2010).

Criticando o Império prussiano e os políticos alemães, no contexto de desagregação do Antigo Regime daquele país, Marx percebe que a emancipação política plena somente é realizável se combinada com a luta pela emancipação humana, de modo que a abolição das barreiras particulares da Alemanha de seu tempo era tomada por Marx de maneira mais ampla. Nessa discussão, ao mesmo tempo, aponta que a *emancipação humana universal* somente pode ser concretizada pela classe que consegue identificar suas aspirações particulares com as aspirações das demais classes, isto é, que combine sua necessidade histórica particular de liberação e de dominação com os anseios universais.

Nenhuma classe da sociedade civil pode desempenhar esse papel sem despertar, em si e nas massas, um momento de entusiasmo em que ela se confraternize e misture com a sociedade em geral, confunda-se com ela, seja sentida e reconhecida como seu *representante universal*; um momento em que suas exigências e direitos sejam, na verdade, exigências e direitos da sociedade, em que ela seja efetivamente o cérebro e o coração sociais (MARX, 2010, p. 154).

O proletariado, como classe destinada a chocar-se com a dominação burguesa e levar até às últimas consequências seus antagonismos, somente pode triunfar apresentando-se como portador de visões e práticas de mundo superiores às vigentes, elevar-se assim como portador da nova humanidade. Este tema aparecerá também com clareza no livro *A Questão Judaica*, publicado em 1843, onde Marx polemiza com Bruno Bauer sobre os limites da emancipação política nos marcos do capitalismo e defende a emancipação humana (MARX, 1989).

De acordo com sua teoria, a nova classe revolucionária deve, ao mesmo tempo e dialeticamente, arregimentar atrás de si as demais classes que também aspiram pela liberalização do jugo burguês. É certo que com o desenvolvimento de suas pesquisas e de sua formação, Marx vai alterar sua noção de *emancipação humana*, substituindo-a pelo conceito de *revolução proletária* – a forma racional e moderna de se lutar pela emancipação humana. Embora essa alteração tenha consequências importantes, não cabe aqui entrar nessa discussão. O que queremos destacar por hora é que a convicção de que cabe ao proletariado *hegemonizar* o processo, do ponto de vista teórico-político e filosófico, não somente é mantido como aprofundado.

Depois de Marx, Lênin abordou teoricamente a possibilidade de proletariado revolucionário ganhar a maioria nacional não proletária para suas ideias socialistas, principalmente os camponeses. Lênin insistiu na necessidade de difusão do socialismo por meio do trabalho paciente de educação e propaganda. Alertou também, como condição para a revolução, a necessidade de o proletariado apresentar-se aos camponeses como única classe capaz de aplicar seu programa de tomada e partilha das terras dos latifundiários, destacando que na disputa entre as duas classes fundamentais do capitalismo, o campesinato não tem independência política – deve seguir uma das classes.

O partido revolucionário, na concepção leninista, deve contar com o apoio das classes e camadas não proletárias para garantir o sucesso da revolução. Nisso consiste, segundo nossa leitura, a ideia de luta hegemônica em Lênin, isto é, como fortalecimento das posições do proletariado. Essa abordagem conceitual é importante, na medida em que está em polêmica com as interpretações correntes de que a luta hegemônica dos trabalhadores consiste em pressionar pela democratização do Estado e conquistar posições nas instituições como forma de difusão do socialismo, em uma clara concepção de que se atingirá o socialismo mediante reformas progressistas.

Lênin foi um defensor das reformas, mas como forma de integrar as lutas imediatas com a necessidade da conquista do poder político mediante a revolução proletária, isto é, nos marcos de uma estratégia revolucionária. Esta, por sua vez, não é sinônimo de “levante armado”, mas corresponde à mobilização massiva e permanente, no sentido da insurreição

sob a direção do partido revolucionário (LENIN, 1980). Já o MST, diga-se aqui de passagem, aposta na edificação de um governo “*de esquerda*” (dos trabalhadores) para que, somente então, sejam colocadas as *tarefas socialistas*, em acordo com a formulação da revolução democrática, por etapas.

Utilizando-nos dessas ferramentas conceituais, observaremos as teorias que dão suporte ao programa político do MST. Recorreremos ao estudo bibliográfico do processo de formação da sociedade brasileira, para assim contextualizar a concentração fundiária, a forte presença dos interesses estrangeiros e o processo de disputas violentas que ocorrem no campo brasileiro. Não se trata de explicar a realidade atual pelo passado, mas de entender o fio condutor desse processo de desenvolvimento capitalista no meio rural e as transformações no aparelho do Estado, para melhor compreender a configuração do MST e a relação que este mantém com as políticas governamentais.

Para atingir nossos objetivos, revisamos a bibliografia sobre a questão agrária e os documentos do MST e do governo federal referente à política agrária brasileira, principalmente da última década. Recorremos a entrevistas, documentos e jornais para descobrir como os atores envolvidos trataram a questão. Também utilizamos nossas anotações em caderno de campo, que contém o registro do 6º Congresso, cuja participação do autor foi importante para captar a política do MST na atualidade, suas alterações e permanências. Trabalhamos com algumas figuras e tabelas para demonstrar os dados utilizados.

1.2 RAÍZES HISTÓRICAS DO ATRASO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

A realidade rural brasileira é marcada por contradições. Essas contradições relacionam-se com as fortes desigualdades sociais no campo brasileiro. Desigualdades que remontam, por sua vez, à sua história escravagista e colonial, cuja economia insere-se subordinada na organização mundial do capitalismo. Como demonstrou Caio Prado Jr., o papel colonial do Brasil em relação ao capitalismo comercial em desenvolvimento na

Europa, nos séculos XVI e XVII, manteve-se, em sua essência, inalterado quando da sua independência política e abolição da escravidão (PRADO JR., 1970, p. 207).

As incipientes tentativas, ao longo do século XVIII, de desenvolvimento de uma indústria manufatureira, como resultado da bonança oriunda do chamado ciclo do ouro, fez surgir uma classe média abastada, com atividades econômicas ligadas ao abastecimento dos centros urbanos, contrastando e ameaçando a hegemonia dos grandes proprietários rurais, ligados à economia açucareira. Todavia, a intervenção da Coroa Portuguesa por meio do Alvará de 1785, tolheu o “surto” manufatureiro, determinando a extinção “de todos os teares, manufaturas e fábricas existentes no Brasil, na época, além de estabelecer multas severas aos proprietários que porventura não tivessem cumprido a ordem de fechamento”, recolocando a colônia em seu “devido lugar” de economia agrária de exportação (BRUM, 1997, p. 128).

No início do século XIX, a relação econômica e financeira do Brasil com a Inglaterra se intensifica, seja devido à vinda da família real portuguesa no ano de 1808, seja no tocante à independência que se seguiu em 1822, em que a Inglaterra teve papel fundamental, sendo dessa época, inclusive, o primeiro empréstimo feito pelo Brasil – no valor de 2 milhões de libras esterlinas. A situação privilegiada que a Inglaterra gozava em acordos alfandegários com Portugal, transferiu-se para o Brasil independente e se manteve durante quase toda era imperial, de modo que a industrialização endógena foi inviabilizada por conta dos baixos preços das mercadorias inglesas.

Devido à quase falência do Estado brasileiro, em meados do século XIX, o governo precisou tomar medidas que aumentasse suas reservas, sendo obrigado a rever o acordo comercial com os britânicos, elevando as taxas alfandegárias de importação das mercadorias inglesas. Juntamente com esse fato, a abolição do tráfico negreiro, em 1850, possibilitou a acumulação de um montante expressivo de capital, que poderia ter sido revertido na industrialização, como ocorreu na Inglaterra e nos Estados Unidos, “onde o capital liberado com a extinção do tráfico negreiro (1807) tivera relevante papel na alavancagem da Revolução Industrial” (BRUM, 1997, p. 156). Todavia, por conta da

hegemonia exercida pelos grandes proprietários rurais no Estado brasileiro, manteve-se o caráter agroexportador e primário da economia.

É do período imperial a promulgação da Lei de Terras (1850), que representou a regulamentação da propriedade privada da terra, pois até então a regulamentação fundiária seguia o sistema das sesmarias e das capitânicas hereditárias. As terras devolutas passam a pertencer ao Estado e sua obtenção se deu, a partir de então, mediante a compra. Essa medida teve como finalidade impossibilitar que os imigrantes e, posteriormente, os escravos, tivessem acesso à terra, cerceando assim o desenvolvimento de um sistema baseado na pequena propriedade que pudesse contrastar com a lógica dos latifúndios, que teve na referida lei seus interesses assegurados. A ocupação mediante a força e a grilagem desponta a partir desse período.

Durante a Primeira República (1889-1930), o desenvolvimento das forças produtivas do país, que já vinha ocorrendo lentamente no final do Império, ganha novo impulso. Esse desenvolvimento é baseado na produção extensiva em larga escala e se deve a fatores externos e internos. Em âmbito mundial, o liberalismo econômico – com sua industrialização e conseqüente crescimento da população europeia – estimula e condiciona o desenvolvimento da economia nacional. Ao estudar esse processo, o historiador Caio Prado Jr. sustenta que como resultado “alargavam-se os mercados para as matérias-primas e os gêneros alimentares tropicais de países como o Brasil” (PRADO JR., 1970, p. 207).

No plano interno, fora resolvido o grande problema da mão-de-obra com a abolição da escravidão (obstáculo para o trabalho livre assalariado) e com a imigração. Embora já se fizesse sentir, no período anterior, a ação dos interesses comerciais estrangeiros (empréstimos públicos, iniciativa do capital estrangeiro em setores como mineração, estrada de ferro, linha de navegação, etc. e a participação de estrangeiros nas atividades econômicas do país), essa nova fase é marcada propriamente pela “finança internacional, multiforme e ativa, e não apenas indivíduos ou inversões esporádicas de capital (...) em todos os setores” (PRADO JR., 1970, p. 210).

Nas duas últimas décadas da Primeira República, entre 1920 e 1930, opera-se uma acentuada transição econômico-social no país. A antiga ordem, hegemônica pela oligarquia rural é abalada. A eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) praticamente extingue as exportações brasileiras, uma vez que os países envolvidos no conflito voltam sua economia para os artigos bélicos, além de que o bloqueio militar do oceano Atlântico inviabilizou as transações comerciais brasileiras. Além deste, outros acontecimentos internacionais influenciam a contestação da dominação oligárquico-latifundiária, como a transferência do centro de poder da Europa para os Estados Unidos e a ocorrência da Revolução Russa, em 1917.

Com o declínio do comércio internacional causado pelo conflito mundial – e a consequente extinção de mercadorias importadas – tem início no país um desenvolvimento industrial voltado para o mercado interno, promovendo o êxodo rural, crescimento da população urbana e desenvolvimento, além de uma burguesia industrial, do proletariado e de classes médias. Dessa forma, essas classes e frações de classes começam a expressar seu ideário, contestando a ordem estabelecida e exigindo mudanças sociais e políticas. É nesse contexto de crise que surgem os primeiros sindicatos e as greves operárias nos centros urbanos. Em 1922, é criado o Partido Comunista do Brasil (PCB)⁵, ao mesmo tempo em que a “Semana de Arte Moderna” marca uma renovação cultural em curso e tem início a “Revolta Tenentista”, movimento político-militar da classe média, que almeja a modernização do país.

O PCB vai “entrar de cabeça” no debate acerca da necessidade de transformação agrária. O primeiro a teorizar sobre a realidade rural brasileira, utilizando-se de conceitos marxistas, aplicados de forma mecânica ainda, será Octávio Brandão, em seu clássico trabalho *Agrarismo e Industrialismo*, publicado em 1926, em que desenvolve pela primeira vez a tese de que o Brasil era um país feudal e que por essa razão fazia-se necessário lutar pela realização da revolução burguesa, que afastaria os elementos arcaicos da sociedade e

⁵ Posteriormente, em 1960, o PCB muda seu nome para Partido Comunista Brasileiro ao procurar reconquistar sua legalização.

prepararia as condições para o desenvolvimento social e industrial, condição imprescindível para a futura revolução socialista (BRANDÃO, 2006).

Embora a discussão no PCB tenha início na década de 1920, o debate ganha nova perspectiva após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A reforma agrária passa a ser colocada como uma das condições necessárias para o desenvolvimento econômico em curso. O desenvolvimento das forças produtivas no campo comparece, neste debate, como um dos principais balizadores acerca da viabilidade e eficiência entre os dois sistemas em disputa no período da Guerra Fria. Nesse contexto, os estudos realizados no período buscaram desvendar a capacidade produtiva dos países com base nas formas de propriedade adotadas, nas tecnologias empregadas e nas relações dos produtores com o Estado.

Em seu célebre livro *Quatro séculos de latifúndio*, publicado pela primeira vez em 1963 e reeditado em 1968, Alberto Passos Guimarães se destacará como o teórico do PCB a desenvolver a tese esboçada por Brandão. Em polêmica com aqueles historiadores que sustentavam a existência de um capitalismo mercantil no Brasil no período colonial, Guimarães defendia que, embora a colonização portuguesa fosse contemporânea da decomposição feudal e florescimento da economia mercantil na Europa, a metrópole lusitana não impôs características mercantis ao Brasil-colônia, mas foi obrigada a utilizar-se de instituições retrógradas, como a imposição da dominação de tipo feudal e, inclusive, regredindo mais ainda, retomando a escravidão.

A grande ventura, para os fidalgos sem fortuna, seria reviver aqui os tempos áureos do feudalismo clássico, reintegrar-se no domínio absoluto de latifúndios intermináveis como nunca houvera, com vassalos e servos a produzirem, com suas mãos e seus próprios instrumentos de trabalho, tudo o que ao senhor proporcionasse riqueza e poderio (GUIMARAES *apud* STÉDILE, 2011, p. 37).

Reconhecendo que a situação “latifundista” brasileira não era a mesma em seu tempo do que a dos tempos coloniais, Guimarães argumenta que o problema não era de grau maior ou menor de existência do latifúndio na estrutura agrária do país, mas tratava-se de identificar os elementos principais que a definiam, como o controle direto sobre pessoas

e bens por parte do senhor, as relações mercantis pouco desenvolvidas e as relações políticas e jurídicas – e culturais – que remontavam à nobreza, e não à burguesia nascente.

Seguiu-se à lógica etapista, ou seja, seria preciso superar a etapa feudal, desenvolver o capitalismo no campo e, em outra etapa, colocar a questão das transformações socialistas. Nessa primeira fase de luta contra as relações feudais no campo brasileiro, a medida progressista a ser adotada por um Estado burguês nacionalista eleito, era de “tributação territorial para forçar o barateamento e mobilização comercial da terra, o que a tornará acessível às massas trabalhadoras”, melhorando as condições de vida do trabalhador rural. Essa era a bandeira marxista para o campo, na teoria de Alberto Passos Guimarães (GUIMARÃES *apud* STÉDILE, 2011, p. 86).

Moisés Vinhas foi outro importante intelectual que sistematizou, de forma pormenorizada, a concepção oficial do PCB acerca da chamada “Questão Agrária”. Segundo Vinhas, o atrasado latifúndio comparecia como obstáculo ao estabelecimento da pequena propriedade e à penetração do capitalismo no campo, impactando negativamente no desenvolvimento geral das forças produtivas do país. Embora a extinção das sesmarias e a criação dos engenhos tenham mantido as principais características do latifúndio, como produção baseada na monocultura, em que cada unidade possui autonomia jurídico-política e o proprietário ainda era o senhor sobre todos os outros, teria havido um elemento progressista na criação dos engenhos e fazendas, a saber, a introdução do parceiro e do arrendatário, que “lançou germes do fracionamento da terra, do trabalho livre e do assalariado” (VINHAS, 1972, pp. 41-42). Entretanto, neste período o atraso e as relações semifeudais ainda eram vigentes.

Não obstante o evidente progresso nas relações de produção da agropecuária, não se modificou em essência a estrutura agrária, particularmente no que tange à posse da terra. O latifúndio continua sendo o bastião do atraso e do entrave ao desenvolvimento capitalista no campo, com reflexos na economia em geral (VINHAS, 1972, p. 43).

Um dos elementos das relações atrasadas é que o parceiro, caracterizados por Vinhas como servo explorado pelos grandes proprietários, prestava serviços gratuitos para

o “senhor feudal”, de modo que não predominavam as relações tipicamente capitalistas no campo. A tarefa do PCB e de todos aqueles comprometidos com o progresso brasileiro, portanto, era incentivar a penetração capitalista no campo mediante uma reforma agrária distributiva, visto que a “reforma agrária ora em pauta, neste momento histórico no Brasil, do ponto de vista social visa mesmo a incrementar a classe assalariada, as camadas médias do campo, e mesmo a burguesia capitalista” (VINHAS, 1972, p. 78).

No marco destas discussões teóricas e políticas, a única voz destoante no interior do PCB foi Caio Prado Jr., cuja teoria refutava a caracterização feudal, identificava uma tendência crescente ao assalariamento no campo e postulava como tática correta a luta pela regulamentação trabalhista no campo – e não uma reforma agrária que entregasse terras aos camponeses, uma vez que estes representavam um segmento residual e em vias de extinção. Segundo Prado Jr. o trabalho realizado pelo parceiro ao fazendeiro não era gratuito. Esse trabalho era pago, porém por espécie, ou seja, um assalariamento indireto, que tendia a se torna direto, tipicamente capitalista (PRADO JR, 1979).

1.2.1 As Ligas Camponesas

O debate teórico acerca do campo brasileiro, que se intensificou a partir dos anos 1940, tinha um fundamento, relacionado com o fato de que nesse período, o país passava por um desenvolvimento significativo da luta de classes no campo. A formação das Ligas Camponesas na região Nordeste em 1946 – com forte atuação a partir dos anos de 1950 até 1964 – foi um marco na história nacional. As primeiras Ligas (1946 até 1954) são resultado da atuação do PCB no campo. Em 1947, durante o governo do Marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), o PCB fora jogado na ilegalidade do sistema político, em pleno auge, visto que à época contava com duzentos mil filiados e possuía representação parlamentar. Com seus deputados cassados em janeiro de 1948 e sob clandestinidade, seu trabalho no meio rural foi comprometido, reduzindo sua atuação a poucos núcleos urbanos. As primeiras Ligas são praticamente extintas.

A nova fase das Ligas Camponesas (1954-1964) inicia-se pela organização e luta dos agricultores do Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata de Pernambuco, expandindo-se para outros municípios e estados do Nordeste, liderados pelo deputado Francisco Julião. Em 1954, o Partido Comunista cria em São Paulo, objetivando retomar o trabalho e a direção da luta no campo, a União dos Lavradores Agrícolas do Brasil (ULTAB). As Ligas não se filiam à ULTAB, mas essa retoma as atividades no campo e consegue desenvolver seu trabalho organizativo entre as massas rurais, cujas reivindicações restringiam-se às questões econômicas. Seu enraizamento não se aprofunda e sua influência é mais sentida nas regiões do Sul e Centro-Oeste do país. No Rio Grande do Sul, a ULTAB não consegue se firmar e é ultrapassada pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (Mater), que tinha apoio do governador Leonel Brizola (1959-1962). Da mesma forma em Pernambuco, em que a luta social no campo é hegemônica pelas Ligas, em franca radicalização.

Em 1959, mediante marchas e comícios camponeses na cidade, as Ligas obtêm uma importante vitória: o projeto do deputado Carlos Luís de Andrade, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), determinando a expropriação do Engenho Galileia, é aprovado. O poder público passa a controlar a área e os camponeses de Santo Antão submetem-se a tutela do Estado, extinguindo o impulso militante de outrora. Entretanto, a vitória quanto ao Engenho Galileia dá grande impulso às demais Ligas da região e, a partir de 1960, as Ligas expandem-se para estados de outras regiões do país, como Rio de Janeiro e Goiás (MORAES, 2012, p. 44).

Em 1960, têm início as divergências das Ligas com o comitê central do PCB, em torno da questão cubana. Com interesses eleitorais – apoio à candidatura do general Teixeira Lott, crítico da revolução cubana – os pecebistas decidem por não se aproximar nem fazer campanha em solidariedade a Cuba, ameaçada de invasão pelos Estados Unidos. As Ligas estreitam relações com a ilha de Fidel Castro e enviam vários camponeses para treinamento guerrilheiro. O PCB de Pernambuco apoia as Ligas e defende suas posições no V Congresso do Partido, realizado no Rio de Janeiro em 1960 (MORAES, 2012, p. 46).

A invasão da Baía dos Porcos, em Abril de 1961, exacerbou a radicalização das Ligas.

Os dirigentes das Ligas admitiram que a derrubada da Revolução Cubana adiaria, sem nenhuma dúvida, a Revolução Brasileira. Admitiam também, que, à medida que os EUA estavam decididos a derrotar o governo de Fidel Castro, derrotariam do mesmo modo os governos amigos de Cuba, incluindo o de Jânio Quadros (MORAES, 2012, p. 51).

Assim, os camponeses passam a organizar as atividades armadas inspirados nas concepções políticas de Fidel Castro e Che Guevara. Consideraram que a tarefa principal daquele momento fosse organizar os focos guerrilheiros, contando com a ideia de que pequenos grupos de militantes bem armados e treinados serviriam de exemplo para as massas, contribuindo para seu despertar e evolução do processo revolucionário e enfraquecendo a ação do imperialismo.

A ação, ou preparação, militar das Ligas foi um fracasso. Divergências, falta de recursos, deserções – e até delações – acabaram com a experiência foquista e com a unidade organizativa das Ligas Camponesas. Os que não foram presos e mantiveram-se firmes às ideias progressistas de transformação agrária retornaram às suas regiões de origem, principalmente Pernambuco. Em meio à crise das Ligas, o sindicalismo rural floresce, seja pela ação da ULTAB, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ou mesmo de setores da igreja, tanto do clero conservador quanto da Ação Popular (AP), sua ala de esquerda.

É neste contexto de avanço da sindicalização rural e declínio da ação das Ligas que é criada, em 1963, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que logo ganha proporções expressivas. Entretanto, apesar da crise, as Ligas se mantêm em alguns estados. E na Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco se fortalecem, protagonizando duras lutas, como a greve geral em Pernambuco e conflitos armados com a polícia na Paraíba. Essa intensa radicalidade das lutas sociais no Nordeste, principalmente nos três estados supracitados, será um dos elementos desencadeadores do movimento militar que vem a seguir (MORAES, 2012, p. 61).

1.2.2 O Golpe Militar de 1964

Nos dias 31 de Março e 1 de Abril de 1964, uma fração das Forças Armadas desfechou o golpe que derrubou o governo constitucional de João Goulart. O presidente deposto não esboçou qualquer resistência. Refugiou-se na sua fazenda, no Rio Grande do Sul, seu estado de origem. As pequenas manifestações esboçadas entre camponeses, operários e estudantes foram facilmente debeladas. Com a possibilidade de divisão das Forças Armadas afastada, a derrota de João Goulart estava garantida. Os partidos que sustentavam o seu governo se mostraram incapazes de expressar as reais “forças populares”.

O Partido Social Democrático (PSD) serviu à conspiração dos generais, governadores, federações de empresários, associações de latifundiários, igreja e embaixada norte-americana. O PCB sequer admitiu a possibilidade do golpe, apesar de estar à vista de todos e não preparou nenhuma resistência a partir dos sindicatos sob seu controle, da ULTAB, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), do Pacto de Unidade e Ação (PUA) e da União Nacional dos Estudantes (UNE). O PCB confiou no “dispositivo militar”, montado pelo chefe da Casa Civil da Presidência, general Argemiro Assis Brasil.

Os generais que se opuseram à posse de João Goulart, parte deles vinculada a políticos da União Democrática Nacional (UDN), tiveram o tempo todo, as mãos livres para armar a conspiração. A cisão nas Forças Armadas correspondia a divisões inter-burguesas, que não surgiram em 1961. Manifestaram especialmente desde o golpe liberal de 1930, que deu o poder para Getúlio Vargas e em seguida na guerra civil de 1932. Em 1937, Vargas permanece no poder por meio de um golpe. Em 1945, é derrubado também por um golpe. Volta à presidência, em 1951, por meio das eleições, mas em 1954 se vê diante de um golpe e se suicida.

Juscelino Kubitschek, do PSD, vence o candidato da UDN – sempre derrotada e envolvida em golpes. Seu vice, João Goulart, era nacionalista e getulista. Armou-se uma reação da fração militar ligada à UDN, contrária à posse do novo governo. No início de 1956, na Aeronáutica, houve uma tentativa de rebelião. A política de JK de incentivo à

penetração das multinacionais e de aproximação dos Estados Unidos não deram motivos para a reação progredir em seus objetivos golpistas. Em contrapartida, Kubitschek procurou manter ao seu lado a fração nacionalista das Forças Armadas, com o plano nacional desenvolvimentista. Encontrou um ponto de equilíbrio provisório, que se desfez com a abrupta renúncia de Jânio Quadros e com a sucessão que cabia constitucionalmente ao vice João Goulart.

A posse somente foi possível porque Leonel Brizola convenceu o III Exército a barrar o movimento golpista. Para evitar confronto, golpistas e legalistas chegaram a uma solução: implantar por cima do país uma caricatura de parlamentarismo. O objetivo era entregar o governo a um primeiro-ministro que seria indicado pelo Congresso Nacional controlado pela UDN e por representantes das oligarquias que povoavam o PSD. O movimento para antecipar o plebiscito sobre a manutenção do parlamentarismo ou volta ao presidencialismo representou uma vitória para Goulart, que recuperou os poderes presidenciais, mas continuava impedido pelo Congresso oposicionista.

As tais “forças populares” entenderam que o apoio esmagador da população ao presidencialismo foi uma vitória que poderia ser assegurada para o restante do mandato de Jango. Estariam dadas as condições políticas para o presidente implantar as “reformas de base”. Entre elas, a reforma agrária. Entretanto, Jango não podia dar um passo sem o consentimento do Congresso Nacional. A sua “reforma agrária” dependia de uma mudança na Constituição de 1946. O Tesouro Nacional não podia desapropriar terras e indenizar em dinheiro e a vista os seus proprietários. Esse foi o dispositivo constitucional ditado, no governo do General Dutra, pela oligarquia latifundiária (SILVA, 2014).

João Goulart recebeu a economia em profunda crise. Juscelino Kubitschek praticou uma política econômica inflacionária. Não encontrou outra via para o seu plano desenvolvimentista (CAMPOS, 2007, pp. 28-32). O “plano trienal” concebido pelo economista Celso Furtado foi incapaz de corrigir o curso da crise econômica. Uma das poderosas travas do governo era a dívida externa. Em 1962, o presidente solicitou a John Kennedy, presidente norte-americano de 1960 a 1963, a reestruturação da dívida. Para atender seu pedido, Kennedy exigiu duas contrapartidas, de natureza econômica e política:

pôr fim a qualquer obstáculo aos negócios das empresas estadunidense, como as remessas de lucros, e o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com Cuba.

O governo de John Kennedy não questionou a pretensa reforma agrária, pois estava de acordo com a via da compra de terras e assentamentos agrários. Esse era um dos ideários da “Aliança para o Progresso”, campanha lançada para dissolver as lutas de classes no campo e combater a influência castro-guevarista na América Latina a partir do impacto da Revolução Cubana.

Jango não aceitou os termos de início. Contudo, em março de 1963, o novo Ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, recorreu aos Estados Unidos. O Brasil não tinha reservas cambiais para saldar as dívidas, sendo obrigado a aceitar as condições impostas. Ainda assim, a crise não arrefeceu e, em 1964, a inflação era incontrolável. Esse é o vínculo concreto dos Estados Unidos com o golpe contrarrevolucionário de 1964 (SILVA, 2014, p. 80).

O fundamental está em que os partidários de Jango nas Forças Armadas, que controlavam o grosso do exército, foram cedendo às pressões da crise política, do agravamento da luta de classes e da ofensiva das frações pró-latifundiária e dos Estados Unidos. O golpe protagonizado em 1964, instaurando uma longa ditadura militar que perdurou até 1985, foi a resposta dada pelo conjunto da burguesia – nacional e internacional – diante da incapacidade do governo de João Goulart em conter as lutas de classes, que se acentuava no campo, destacadamente no Nordeste.

1.2.3 “Redemocratização” da sociedade brasileira

O declínio do regime militar, como todas as importantes transformações políticas e econômicas processadas ao longo da história brasileira, se deu sob a influência dos impactos internacionais. O modelo econômico em vigor, inaugurado nos anos 1930, desenvolvido por JK, Jango e os militares – baseado na coexistência entre capital estatal, nacional e internacional – passa a ser desmontado a partir da crise capitalista mundial de 1973, conhecida como crise do Petróleo.

O crescimento da economia mundial e nacional, que proporcionava a estabilidade econômica necessária ao regime militar, sofreu importantes abalos ao longo da década de 1970. Em outubro de 1973, o preço do barril de Petróleo saltou de US\$ 3,37 para US\$ 11,25. Em março de 1974, num intervalo de apenas cinco meses, o barril tinha aumentado 400%. O boicote dos países árabes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em protesto contra o apoio norte-americano a Israel na guerra do Yom Kipur, foi o estopim para a crise econômica mundial que atingiu os países imperialistas da América à Europa. O fôlego advindo da reconcentração de capital e reorganização econômica, após o fim da Segunda Guerra, terminava.

As taxas de crescimento caíam, ao passo que a taxa média de desemprego subia. Durante os anos do governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) a economia ainda se manteve aquecida, mas a taxa de crescimento diminuía sensivelmente, apesar do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), e seus megaprojetos (hidrelétrica de Itaipu, Usinas nucleares de Angra e rodovia Transamazônica, entre outros.). A taxa média de crescimento de 6,5% do período foi menor que a média de 10% dos governos Costa e Silva e Médici. Em 1973 a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 14%. Nos últimos anos do governo Geisel chegou a apenas 5% (VELOSO, 1998, p. 15).

É sob o governo Geisel que tem início o plano de “transição lenta, gradual e segura”. Entretanto, foi durante esse mesmo período que ocorreram os choques mais violentos dentro do governo, entre as frações pró-abertura institucional e a linha dura. Os políticos e empresários aglutinados no partido da Aliança Renovadora Nacional (Arena) dividiram-se segundo essas frações. O fim do mandato de Geisel reacendeu as expectativas dos militares contrários à transição de voltarem ao controle do Estado e reverterem as medidas de abertura. Contudo, não tiveram força para impedir a posse de João Baptista Figueiredo, eleito em 15 de Outubro de 1978.

O governo Figueiredo corresponde ao período de deterioração da economia nacional, outrora orgulho dos militares. A inflação que era de 15% ao ano em 1973 alcançou 94% em 1979, início de seu governo, elevando-se para 110% em 1980 e atingindo cerca de 200% em 1983. O arrocho salarial promovido pelo Ministro Delfim Neto, que

voltou a assumir a pasta da Fazenda, piorou as já sacrificadas condições de vida dos trabalhadores.

Amargando, há muito, perdas salariais, aumento da inflação e sem qualquer liberdade sindical, os operários do ABC paulista lançam-se às ruas e às greves. Era o início das mais importantes mobilizações dos trabalhadores desde 1964, surpreendendo os militares e a oposição burguesa do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Embora fosse oposição à ditadura, o MDB fazia todo o possível para apresentar propostas de abertura política sem questionar as determinações de classes que sustentava a ditadura militar. Reivindicando reajustes de salários e demonstrando uma extraordinária disposição em resistir à pressão conjunta dos patrões e do governo, o Sindicato dos Metalúrgicos, dirigidos por Lula, se transformaria na principal referência de luta contra a ditadura.

Os operários do ABC paralisaram a produção e ignoraram a lei de proibição das greves. Em todo país acompanhavam-se os conflitos, surgindo Comitês de apoio aos grevistas em vários estados. Será neste contexto de levante operário que surgirão o PT, entre 1979 e 1980 e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. A formação do MST no final da ditadura a partir do sul do país, e posteriormente ampliada para as demais regiões, expressou a retomada da organização e da luta no campo.

A partir do final do século XIX em diante, as transformações na organização do capitalismo em âmbito mundial determinaram a morte do fogo dos engenhos e o nascimento das usinas no nordeste brasileiro, a substituição do trabalho escravo pelo colono italiano (e, em seguida, o desenvolvimento e predominância do trabalho assalariado) nas fazendas de café em São Paulo, assim como o desenvolvimento comercial e industrial na região Sul, em decorrência do surgimento das charcarias ⁶, que realizou inovações técnicas para atender o amplo mercado que se desenvolvia (QUEIROZ, 1978).

Certamente, em tais transformações compareceram outros elementos além dos ditados pelo mercado mundial. Somando-se à abolição do trabalho escravo como elemento

⁶ Ou charqueadas, são as propriedades rurais onde se produzia couro. O declínio dessa produção no Nordeste em finais do século XIX transferiu a produção para a região Sul, destacadamente para a cidade de Pelotas, correspondendo a um importante fator econômico de desenvolvimento da região no começo do século passado.

interno dinamizador da economia (embora realizada por pressões da Inglaterra), podemos incluir também a seca, na segunda metade do século XVIII no nordeste, que arruinou a produção de carne seca na região e, dessa forma, contribuiu com a industrialização ocorrida na região sul em torno do mercado relacionado à pecuária. Outro fator foi o descobrimento da região oeste de São Paulo como altamente propícia à produção de cana-de-açúcar, quebrando a produção nordestina e desenvolvendo-a no sudeste. Contudo, foi somente por imposição das necessidades europeias, e em seguida dos Estados Unidos, que o país conheceu semelhante desenvolvimento, ocorrido nos limites da economia de um país semicolonial.

Após alguns passos bem incipientes rumo à industrialização, ligados à produção cafeeira, a crise econômica mundial de 1929 abalou o modelo econômico baseado na exportação de café, acelerando o desenvolvimento fabril interno, que se realizou mediante o processo que ficou conhecido como *substituição de importações*. Este processo perdurou por décadas, passando pelas políticas desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek e chegando às medidas econômicas dos governos militares.

1.2.3 Desenvolvimento desigual e combinado na agricultura

Como vimos acima, a produção agrícola brasileira é voltada, em sua maioria, para a exportação e assenta-se na monocultura. Essa característica perpassa todos os momentos históricos, desde o passado colonial até a atualidade – com um breve período de exceção no entre guerras. Caio Prado Jr. reiteradamente ressaltou que essa forma de organização da produção agrícola, embora resultante de um processo de formação social interno, foi determinado pela organização das forças produtivas mundiais. A supremacia econômica da Inglaterra expressa a hegemonia do capital industrial sobre o comercial. Essa nova organização imporá o declínio do império escravocrata e o estabelecimento do trabalho assalariado. No entanto, a produção agrícola permanece baseada na monocultura e voltada, principalmente, para o mercado externo (PRADO JR, 1970).

A evolução industrial na Europa, e o conseqüente desenvolvimento urbano e científico, ampliaram a população e a demanda por alimentos. O Brasil abasteceu a Europa com algumas mercadorias importantes, com destaque para o café, que nessa fase se populariza. O aumento da produção no Brasil não implicou em desenvolvimento expressivo da técnica de produção. O crescimento da demanda foi acompanhado pela expansão das fronteiras agrícolas, sem o planejamento adequado, pois a técnica de preservação dos solos, tratamento de sementes e insumos, etc., permaneceram rudimentares. Até a década de 1950, a ampliação da produção se dava apenas pela forma extensiva.

No Brasil, portanto, a economia capitalista surge e se desenvolve na fase imperialista do capitalismo mundial, ou seja, em uma época de consolidação do capital financeiro e de disputas pelo mercado mundial entre as potências. A burguesia nativa, assim, nasce atrelada e subordinada aos ditames da divisão internacional do trabalho, em que o Brasil comparece como mercado consumidor, importador de capitais e exportador de matérias-primas a preços rebaixados.

Dessa forma, o desenvolvimento industrial é minado, sendo o Brasil impedido de eliminar suas desigualdades regionais e mantém a coexistência entre as formas pré-capitalistas, fundamentalmente no campo. Os monopólios, a entrada de empresas e de capitais estrangeiros e as inovações tecnológicas se realizam consonantemente à manutenção do atraso econômico, combinando formas arcaicas e modernas, sendo essa a explicação mais geral da particularidade da formação econômico-social brasileira.

O conceito de desenvolvimento desigual e combinado foi sistematizado pelo revolucionário russo Léon Trotsky, desenvolvendo e ampliando qualitativamente as ideias esboçadas por Marx e Lênin. No livro *Para uma Crítica da Economia Política*, de 1857 podemos ver essa noção formulada, embrionariamente, por Marx.

Em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e sua influência sobre as outras. É uma iluminação universal em que atuam todas as cores, e às quais modifica em sua particularidade. É um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas às quais põe em relevo (MARX, 2008, p.266).

Vemos que Marx considera a coexistência de formas de produção, mas a forma predominante submete às demais, ofuscando, mas não fazendo com que desapareçam de imediato as formas precedentes.

A teoria leninista sobre os rumos do capitalismo em seu país é elaborada em polêmica com os populistas russos, os *Narodniks*, movimento político constituído por jovens intelectuais oriundo das cidades que pregavam, bucolicamente, o retorno à vida no campo, a aliança com o campesinato, constituindo-se em partido camponês na luta pela construção de um socialismo agrário.

O movimento *Narodnik* teve início na segunda metade do século XIX. Logo em seus primeiros anos, mostrou-se fracassado, pois o “mundo rural” real não correspondia à idealização feita por aqueles jovens, oriundos das elites citadinas. Após o choque de realidade, os militantes que restaram criaram, em 1876, o movimento Terra e Liberdade, partindo para a estratégia do terror. Georg Plekhanov, membro fundador do novo movimento, por desacordo com a estratégia terrorista, rompe com os populistas e cria o grupo marxista Emancipação do Trabalho. Publica, em 1883, *Socialismo e luta política*, criticando os seus antigos companheiros populistas à luz da teoria marxista.

Em seu texto “*A que herança renunciaremos?*”, escrito em 1897, Lênin dá continuidade e aprofunda as críticas feitas por Plekhanov. Os populistas, buscando fundamentos científicos que corroborassem sua rejeição moral ao capitalismo, desenvolvem sua teoria econômica. É então que Lênin escreve – grande parte dele estando preso – seu clássico livro “*O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*”, publicado em 1899. Com o objetivo de refutar as teses populistas, Lênin elabora uma análise original, pois, utilizando-se das categorias e do método marxista, debruçou-se na reconstrução teórica das particularidades da Rússia de seu tempo, buscando apreender as tendências de desenvolvimento econômico de seu país.

A tese central dos populistas era que a autossuficiência das aldeias camponesas e a baixa produtividade econômica colocavam barreiras para a implementação do capitalismo

na Rússia, pois os elementos citados impediam a consolidação do mercado interno para a produção industrial. Desde o começo da década de 1890, Lênin já refutava tal ponto de vista, demonstrando, em seus discursos, conferências e escritos que a ruína do camponês não era contraditória com o desenvolvimento do mercado interno.

Pelo contrário, a desintegração camponesa foi condição necessária à formação do proletariado, já em franco desenvolvimento no final do século XIX na Rússia. Mesmo que diminuto, em relação aos camponeses, expressava uma tendência que não podia ser ignorada. Respondendo à tese populista de que a acumulação capitalista não era possível em uma sociedade não industrializada, Lênin esclarece que o problema do mercado interno deve ser pensado de forma mais abrangente, inserido no desenvolvimento das relações sociais capitalistas.

Quando a economia mercantil se generaliza, adquirindo domínio absoluto, torna-se propriamente capitalista. E esse fato, segundo Lênin, os populistas ignoravam.

O desenvolvimento da economia mercantil significa que uma parte cada vez maior da população se afasta da agricultura, ou seja, que a população industrial cresce às expensas da população agrícola (...) Não é preciso demonstrar que, para o problema do mercado interno, esse fato reveste-se da maior importância, uma vez que se liga indissolavelmente à evolução da indústria e da agricultura: a formação dos centros industriais, seu número crescente e a atração que exercem sobre a população não podem deixar de exercer a mais profunda influência em todo sistema rural, não podem deixar de suscitar o crescimento da agricultura mercantil capitalista (LÊNIN, 1982, p. 15).

Outro elemento polêmico foi que os populistas, por exemplo, Nikolai Danielson e o “marxista legalista” Pyotr Berngardovich Struve, sustentaram que a *mais-valia* não era passível de realizar-se na Rússia, pois sendo o mercado interno reduzido e dada a fraqueza econômica do Império Czarista em relação ao mercado externo, o capitalismo na Rússia era natimorto. Contra essa tese, Lênin sustentou que o desenvolvimento capitalista na Rússia estava em curso e sua apreensão prescindia do tratamento do mercado externo (LÊNIN, 1982, pp. 17-19). Dessa forma, preocupava-se em entender o processo de formação do capitalismo na Rússia a partir do desenvolvimento interno da agricultura.

Lênin reconhece que o desenvolvimento do capitalismo se dá de forma desigual, abrangendo diferentes níveis de desenvolvimento entre a produção agrícola e industrial. No entanto, será Leon Trotsky quem sistematizará o método de compreensão das particularidades da Rússia, a partir de sua inserção na economia mundial, demonstrando que a formação concreta da Rússia compreende a coexistência de formas “*primitivas*” com suas expressões culturais arcaicas, ao lado de modernas relações industriais e de um proletariado “antenado” com as ideias socialistas modernas.

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha (TROTSKY, p. 25, 1967).

Seguindo os passos de Marx e Lênin, Trotsky demonstra que o materialismo histórico, com seu método dialético é irreconciliável com a abordagem evolucionista da história e a tentativa mecânica de compreender a diversidade dos processos sociais – ainda que estejam todos sob a égide do capital. O atraso do desenvolvimento das forças produtivas, especialmente no campo, convivia, não pacificamente, com a moderna indústria capitalista, implantada pelas potências estrangeiras, principalmente Inglaterra, França e Alemanha (CASTELO, s/d, p. 11-12).

Resguardada suas particularidades, a economia brasileira também mantém certo desenvolvimento desigual, visto que coexistem em seu interior as modernas formas de produção com as relações de produção pré-capitalistas no campo. O Brasil nunca superou

por completo a dependência econômica externa. Entretanto, passou por décadas de desenvolvimento do mercado interno e estabelecimento de um razoável parque industrial.

Com a mencionada crise do Petróleo de 1973 e a retomada da ofensiva das potências econômicas, a agricultura brasileira volta-se novamente para o mercado externo, assentando-se na monocultura de alguns itens. No passado, cana-de-açúcar, café, algodão, cacau, borracha e charque, enquanto que atualmente, soja, milho e cana-de-açúcar, principalmente, além da pecuária, são os produtos cultivados em grande escala no campo.

As manifestações do desenvolvimento desigual e combinado na estrutura agrária brasileira podem ser verificadas no emprego desigual das técnicas, em que formas rudimentares de trabalho agrícola subsistem ao lado de propriedades altamente mecanizadas, que se utilizam dos benefícios que o conhecimento científico e tecnológico proporciona.

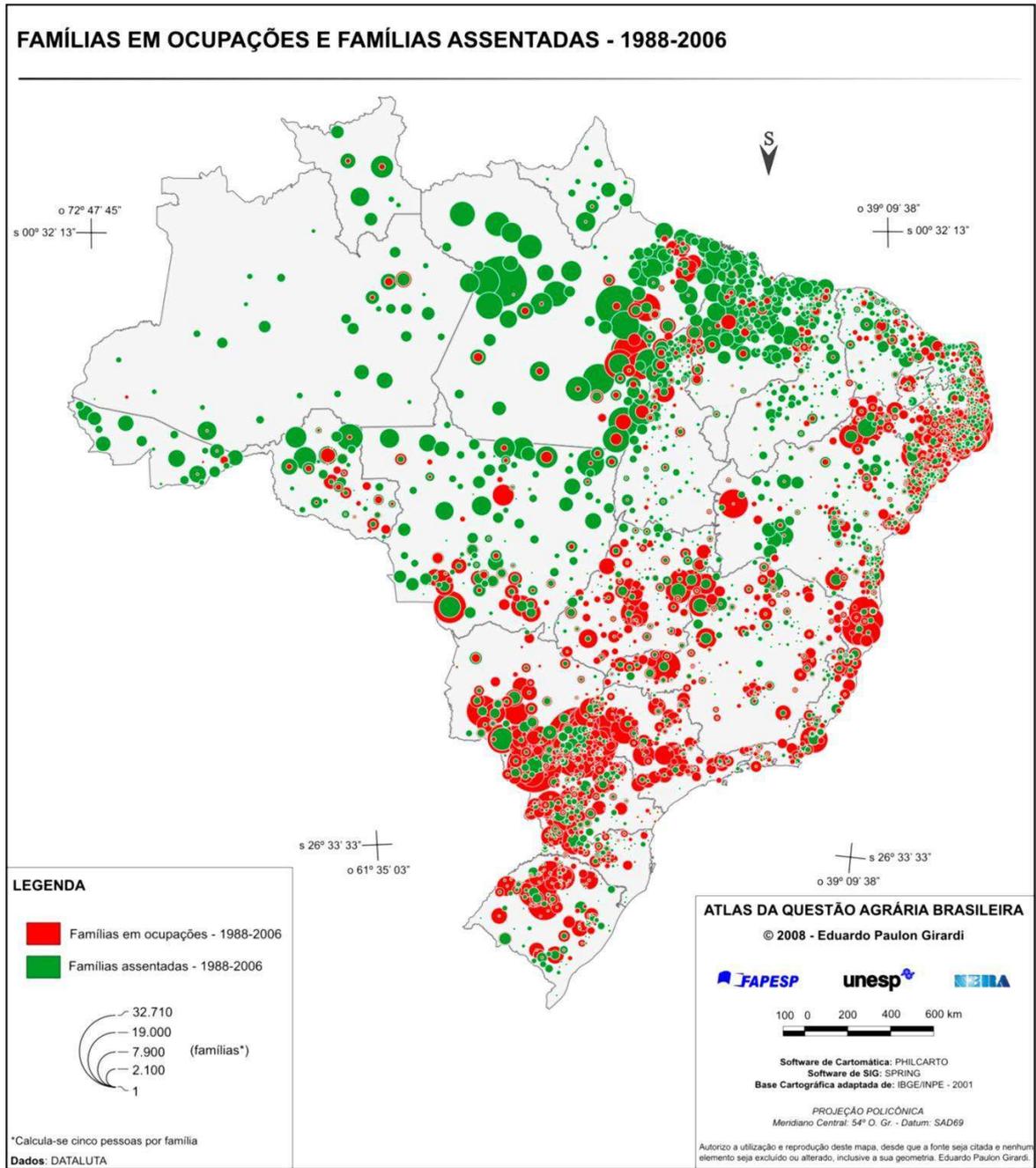
O crescimento urbano e demográfico, em função do desenvolvimento do capitalismo, tem exigido maior produção de matérias-primas e de produtos pecuários, em grande medida para exportação, mas também, de forma secundária, para o mercado interno. Essa demanda tem feito avançar a moderna produção agroindustrial em detrimento das pequenas e médias propriedades, acarretando em expulsão e empobrecimento no campo.

A inexistência de um desenvolvimento harmônico entre as regiões do país se revela também nas disparidades entre as regiões brasileiras. Nas áreas litorâneas em geral, e no sudeste e centro-sul em particular – onde a concentração populacional é mais acentuada – encontramos melhor infraestrutura e a moderna produção, acompanhadas de um mercado interno mais desenvolvido. Paralelamente, em inúmeras regiões, principalmente no Nordeste, encontramos quantidade significativa de camponeses arruinados, seja pela estagnação econômica, seja pelo avanço do capitalismo na agricultura.

A maioria das ocupações de terras é realizada nas regiões mais desenvolvidas economicamente. Essa linha dos movimentos sociais está em consonância com a constatação de que essas regiões (litorâneas, sul e centro-sul) são locais mais propícios para o escoamento da produção agrícola e, portanto, para a viabilidade da pequena produção voltada para o abastecimento do mercado interno. Porém, como expressa a FIGURA 3, a

criação de assentamentos nessas regiões foi significativamente inferior quando comparada com as regiões menos desenvolvidas, que abarcam as regiões interioranas e a região Norte do país. Vemos que as ocupações na faixa litorânea (maior concentração populacional e desenvolvimento econômico) resultaram em baixo estabelecimento de assentamentos.

FIGURA 3: Famílias em ocupações e famílias assentadas (1988-2006)



Fonte: GIRARDI, 2008.

Seguindo a concepção de que a viabilidade da reforma agrária somente será possível em áreas mais desenvolvidas, visto que o camponês não necessita somente da terra, mas das condições tecnológicas e comerciais para se estabelecer. As ocupações são mais elevadas nas regiões de maior concentração populacional e desenvolvimento econômico. Todavia, estabelecer assentamentos nessas regiões, em que há importante penetração capitalista no meio rural é assumir uma política contrária aos interesses dos latifundiários e do agronegócio. Dessa forma, a concentração fundiária e tecnológica não é enfrentada pelos governos.

Os governos que se sucederam desde o período da chamada “redemocratização”, não tocaram na raiz da concentração. A concentração de assentamentos na região Norte, explica-se pela manutenção da concentração fundiária, pois a abundância de terras nesta região permitiu assentar as famílias realizando o mínimo de desapropriações.

O caráter de país fundamentalmente exportador de *commodities*⁷ agrícolas e minerais impõe a ampliação das fronteiras agrícolas e a diminuição da área plantada para o abastecimento do mercado interno (FERNANDES, 2006), mostrando-se incompatível com a sustentabilidade ambiental e a garantia das condições de vida da maioria dos trabalhadores no meio rural. A alta dos alimentos, o aumento do custo de vida e a expulsão dos camponeses de suas terras têm gerado importantes conflitos no campo brasileiro.

As exportações brasileiras de *commodities* representam cerca de 80% das exportações brasileiras. Somente as *commodities* da agropecuária participam com 22,15% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional com cerca de US\$ 917 bilhões, e 41,1% da receita total das exportações brasileiras, atingindo no ano de 2012, US\$ 99,68 bilhões (ESPÍNDOLA, 2012).

Com a dificuldade, cada vez maior, da viabilização de pequena produção de subsistência, os conflitos no campo se ampliam, já que a prosperidade produtiva só pode ocorrer nas grandes propriedades – ou nas cooperativas capitalistas, mecanizadas e integradas ao mercado – que monopolizam as técnicas e as terras. A plena consolidação de

⁷ São bens que sofrem pouco processo transformação e são usados, geralmente, como matérias-primas para criação de outras mercadorias. Seu preço é determinado pelo comércio mundial, negociado nas bolsas de valores. A exportação das *commodities* agrícolas tem um peso importante na economia brasileira.

um mercado interno, redução das desigualdades sociais no campo e harmonização econômica entre as regiões encontram limites estruturais, no poder político e econômico da grande propriedade em sintonia com o setor financeiro do capital internacional.

Em decorrência, cresce o empobrecimento dos proprietários que possuem áreas de até 100 hectares. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2006, dos quase 5 milhões (4.786.103) de proprietários de terras, 62% possuem área inferior a 10 hectares, prescindindo da produção mecanizada, mantendo-se no atraso e encontrando dificuldades até mesmo para manter a produção de subsistência, coexistindo com uma produção mecanizada da agricultura capitalista, revelando o desenvolvimento econômico desigual e combinado na agricultura brasileira.

No país, a aplicação e assistência técnica continuam muito limitadas, sendo praticadas em 22% dos estabelecimentos, os quais, entretanto, ocupam 49% das terras. A área média do grupo assistido é de 144 hectares, enquanto a dos não assistidos é de 42 hectares. Do total dos estabelecimentos, apenas 10,2% têm tratores. A procedência da força mecânica utilizada é outro ponto de destaque: dos 1.457.644 estabelecimentos que declararam utilizar força mecânica, 58% utilizam de procedência própria; 31,8% de serviços contratados com o operador; 5,6% utilizaram força cedida por terceiros; cerca de 6%, cedida por governos; 4,5%, cedida por empreiteiros; 4,2%, de uso comunitário; e 3,5% afirmam utilizar força mecânica advinda de aluguel (IBGE, 2006). Houve um grande incremento de atividades de terceirização da mecanização na agropecuária e daí que somente o total de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários não pode ser utilizado para explicar os avanços da mecanização rural. Todavia, é bastante nítida a disparidade no uso mecânico das atividades agropecuárias brasileiras.

Neste capítulo, além de expor os antecedentes históricos que nos pareceram importantes para contextualizar o surgimento do MST, também explicitamos nosso referencial teórico-metodológico. Agora, vamos apreciar mais detidamente o MST e seu desenvolvimento político-organizativo em suas três décadas de existência.

2 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST): FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROGRAMÁTICO

O período militar é importante para entender a origem do MST. Surgido com o regime de exceção ainda em vigor, o Movimento se apoia e é impulsionado pelas igrejas, principalmente a Católica. Tendo lideranças religiosas como porta-vozes, os camponeses, que se reorganizavam depois de duas décadas de repressão policial, justificavam-se alegando não serem “comunistas”, mas cristãos em busca de seu direito à terra, que no capitalismo é sacramentada apenas para a “minorias rica”. Dessa forma, a Igreja, mediante ações das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s)⁸ passa a ser a principal organizadora dos movimentos sociais de luta no campo durante os anos 1980.

A ocupação da fazenda Macali, em Ronda Alta (RS), no ano de 1979, é tida pelos pesquisadores como o momento de nascimento do MST. Essa ação foi liderada pelo Padre Arnildo Fritzen, ligado à Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão, por sua vez, ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Durante o IV Encontro Intereclesial das CEB’s, em 1981 ressaltou-se a necessidade da participação política de seus membros na luta dos pobres, de modo que podemos afirmar que a primeira influência ideológica e organizativa que o MST recebeu advém da igreja.

Durante os governos militares, a luta de classes no campo diminuiu consideravelmente. Por um lado, devido à pesada repressão que se seguiu ao golpe de 1964. Por outro, porque o regime militar manteve e criou novos sindicatos rurais e desenvolveu uma política trabalhista voltada para o trabalhador agrícola, como por exemplo, a criação do programa de previdência social.

⁸ “As Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEB’s podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto” (BETTO, s/d, p. 07).

Contudo, devido ao aumento da concentração fundiária, resultante da “modernização conservadora” e com a crise do petróleo de 1973, que atingiu a agricultura do país, a situação social e econômica dos pobres no campo se agravou, de maneira que a expulsão de suas terras recolocou a necessidade da retomada das ocupações. Essa seria a causa objetiva mais geral da retomada das lutas de classes no campo no final dos anos 1970. Do ponto de vista político, notamos a participação ativa da Igreja, seja porque sua ala progressista estava mais propensa ao desenvolvimento de atividades políticas e sociais, seja pela necessidade de influenciar ideologicamente os movimentos sociais com vistas a neutralizar a influência marxista no campo.

Destarte, buscou-se impedir a repressão aplicada pelo regime militar e utilizar a religião como elemento de controle das massas rurais. Foi parte dessa estratégia a busca pelas saídas negociadas com os governos municipais, com o slogan de “*terra para quem nela trabalha*”. Entretanto, o Movimento ganha força e visibilidade ao adotar a via da ação direta, principalmente, das ocupações de terras. A década de 1980 é o período em que o movimento busca se fortalecer, se enraizando nacionalmente, ampliando-se em direção ao Norte e Nordeste. Desponta nos anos 1990 como o principal movimento social do campo, convertendo-se no maior do Brasil e, provavelmente, da América Latina.

2.1 Primeiras Formulações Programáticas do MST

A primeira formulação com intenções programáticas, feita pelo MST para a questão agrária foi a plataforma política aprovada em seu I Encontro Nacional, realizado em 1984, na cidade de Cascavel, no estado do Paraná. No documento é feita a demarcação social de quem poderá ser considerado membro do Movimento Sem-Terra. São eles: “parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, chacareiros, posseiros, ocupantes, assalariados permanentes e temporários e os pequenos proprietários com menos de cinco hectares” (STÉDILE, 2003, p. 177).

Os militantes, reunidos na cidade de Cascavel para fundar o MST, declaram ser necessário fortalecer o Movimento em âmbito estadual e nacional, esforçando-se para expandir a organização para os diversos confins do país, todavia sem perder a autonomia

política na luta contra o capitalismo, objetivando fundar uma sociedade igualitária. Para isso, a terra deve estar sob o controle de quem nela trabalha, sendo obtida mediante pressão e lutas coletivas. As reivindicações não são de mudança na estrutura agrária geral do país, mas a realização de assentamentos em áreas específicas: terra das multinacionais, dos latifúndios extensivos, terras do Estado, mal aproveitadas e de posse ou propriedade de quem não precisa delas e que não fosse agricultor (STÉDILE, 2003, p. 178).

Em 1985, um ano após a realização do seu Primeiro Encontro, o MST realizou seu I Congresso Nacional, desta vez na capital paranaense. Sua palavra de ordem foi "*Sem Reforma Agrária não há Democracia*". Seus objetivos gerais foram colocar a reforma agrária na agenda do país; consolidar a organização do MST nacionalmente; buscar a unidade dos camponeses e das lutas isoladas pelo país; definir e implementar uma forma de luta contra os latifúndios (MST, 2014).

No Primeiro Congresso são estabelecidos os princípios organizativos do Movimento, agregados em uma cartilha que trata do *método da direção política, método da direção social* e das *qualidades imprescindíveis de um militante social*. O primeiro princípio é que todas as instâncias do Movimento, da base até sua direção, devem ser coletivas, organizadas de forma colegiada, sem distinção de poder. As tarefas devem ser divididas e os indivíduos devem assumir responsabilidades perante o coletivo, cumprindo com as obrigações. O planejamento, a crítica e autocrítica, estudo permanente e vínculo com as massas também figuram como parte importante da obrigação dos militantes (MST, 2012, p. 07).

Sobre o *método de organização social*, compreende-se "todas as formas que devemos priorizar no trabalho de organização do povo". À prática desse método corresponde a dedicação permanente ao trabalho de base, atuando na conscientização das massas e na organização para luta, para mudar a correlação de forças existentes e alcançar os objetivos comuns (MST, 2012, p. 07).

Segundo a cartilha do MST, o povo se organiza e se aglutina em torno de sentimentos. Por isso, a questão da subjetividade deve ser trabalhada através da mística⁹. Mas ao mesmo tempo, é preciso trabalhar na formação de sólidos quadros para garantir a firmeza e elevação política do Movimento.

Toda organização social somente progride, avança, se tiver um programa de formação de seus militantes e quadros. Os militantes são como a espinha dorsal do corpo da organização. São eles quem dão suporte e garantem a perenidade da organização social. Devemos sempre dedicar tempo, recursos e planejar em todos os espaços da organização e em todos os níveis, atividades de formação (MST, 2012, p. 07-8).

Quanto às *qualidades do militante social*, a cartilha destaca a humildade – respeitar as opiniões do povo –, espírito de sacrifício, ser exemplo de militância quanto às práticas e aos valores condizentes com a luta por igualdade, sendo solidário com os companheiros, zeloso e caprichoso com as coisas e as pessoas, tanto na vida privada quanto pública. Também é destacada a necessidade de autonomia financeira do Movimento como uma das condições para sua longevidade.

O 2º Congresso Nacional ocorre em 1990. Do ponto de vista da elaboração programática, podemos afirmar que as definições feitas no primeiro Congresso e expostas acima são fundamentalmente as mesmas. Ressaltamos apenas que neste período o Movimento está enfrentando a escala repressiva em curso, pois a União Democrática Ruralista (UDR)¹⁰ se reorganiza e passa a atacar as ocupações, com anuência do governo federal e da maioria dos governos estaduais e municipais. Ao mesmo tempo é um período de importante mobilização social e sindical. A elaboração do I Plano Nacional de Reforma

⁹ A Mística no MST refere-se à representação artística de acontecimentos que o Movimento considera importantes. Geralmente, é uma representação teatral ou poética que narra algum acontecimento passado ou sinaliza para o caminho que o MST deseja trilhar. Resgatando aspectos culturais dos camponeses e da ideologia política do Movimento, tem a intenção de elevar o moral dos militantes.

¹⁰ A UDR foi fundada em 1985, na cidade Presidente Prudente. No ano seguinte, a organização adquire caráter nacional. Segundo seus integrantes a entidade é uma organização de classe “que se destina a reunir ruralistas e tem como princípio fundamental a preservação do direito de propriedade e a manutenção da ordem e respeito às leis do País” (União Democrática Ruralista, 2015).

Agrária (1985), o reconhecimento, na então recente Constituição Federal (1988) da função social da terra e o crescimento do Partido dos Trabalhadores (PT), como alternativa política, foram temas tratados no referido Congresso. Como resposta à efervescência política do período, o Movimento decide fortalecer as ocupações. O lema deste Congresso – *Ocupar, Resistir e Produzir* – expressa essa orientação.

2.2 3º CONGRESSO NACIONAL DO MST

Em 1995, em seu 3º Congresso Nacional, sob o lema *Reforma Agrária, uma luta de Todos*, o MST lança a Proposta para a Reforma Agrária, estabelecendo as linhas políticas gerais do Movimento para aquela conjuntura. Neste documento, formula sua proposta para superação do modelo agrícola então existente.

A reforma agrária no Brasil deve combinar uma política “massiva” de distribuição de terras com uma política agrícola que combata o atual modelo agrícola implantado nas últimas décadas. A luta por um “novo modelo agrícola” deve ser entendida como a busca de uma *alternativa viável* que contemple a pequena e média propriedade, os sem-terra e assentados e os assalariados rurais (STÉDILE, 2012, p. 187).

A questão da reforma agrária deixa de ser um problema somente dos Sem-terra, passando a ser entendida como desafio a toda sociedade. O MST a considera como uma solução viável não somente para o meio rural, mas igualmente para o urbano, combinando democratização da terra com distribuição de renda, desenvolvimento cultural e combate à fome, beneficiando prioritariamente os mais pobres e subordinando a posse e propriedade da terra à sua função social.

Para isso, a política governamental a ser adotada, no caso das terras que não cumprem a função social (como bancos, empresas estrangeiras, grupos industriais nacionais) é a da desapropriação com indenizações a seus proprietários. A expropriação – ou seja, a desapropriação sem indenização – somente ocorreria no caso de terras griladas, ou onde ocorressem cultivo de drogas, trabalho escravo, contrabando, etc., em acordo com a Constituição Federal de 1988. As desapropriações com vistas à instalação de

assentamentos deveriam então priorizar as regiões próximas aos mercados consumidores, permitindo a inserção dos assentados nos mercados locais e regionais (STÉDILE, 2012, p. 190).

No documento de 1995, o Movimento elabora sua política de forma mais sofisticada em relação às resoluções anteriores, com propostas sobre titulação das propriedades e as políticas educacionais a serem adotadas; direitos iguais às mulheres; e a organização da produção em um novo “modelo agrário e agrícola, que garanta desenvolvimento econômico, político e cultural para toda a população do campo e beneficie a população urbana” (STÉDILE, 2005, p. 189). É parte do conjunto de suas reivindicações a implementação de nova legislação que estabeleça como limite máximo de propriedade individual 35 módulos regionais (aproximadamente mil hectares – e dois mil no caso da região Norte).

Para uma reestruturação da sociedade brasileira, o MST defendeu em seu 3º Congresso um conjunto de medidas a serem sistematizadas em um novo Plano Nacional de Reforma Agrária. No novo Plano a ser elaborado pelo governo, em conjunto com universidades e em consonância com as necessidades dos camponeses e trabalhadores rurais, à toda família que queira trabalhar na terra deve ser concedida sua posse, desde que more em assentamentos. A titulação deve estar em nome do homem e da mulher e ser garantido o direito à herança. É introduzido, pela primeira vez, o termo "*agricultura familiar*".

O governo deve desenvolver, como parte da política agrária e agrícola de viabilização da agricultura familiar, a utilização de políticas de compras públicas de produtos e do estabelecimento de preços subsidiados e diferenciados para esses agricultores (STÉDILE, 2012, p. 195).

Sobre a estrutura produtiva, a resolução defende a coexistência "de várias formas complementares de produção, seja nas unidades familiares, seja nos novos assentamentos de tipo individual, coletivo ou empresarial" (STÉDILE, 2012, p. 195). O objetivo é empregar massivamente os trabalhadores rurais, principalmente a juventude do campo, aliando a criação das agroindústrias com programas de incentivo ao primeiro emprego.

Dessa forma, mediante incentivo à produção agroindustrial em assentamentos e estabelecimento de linhas de crédito diferenciadas para as famílias assentadas, tornar-se-ia possível o combate ao êxodo rural. Embora o documento não defina nem aprofunde o tema, expressa pela primeira vez a necessidade de incentivo à produção orgânica/agroecológica (STÉDILE, 2012, p. 198).

Para a concretização das medidas, a resolução apresenta a necessidade de as instituições estatais, como Ministério da Agricultura e Meio Ambiente, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Empresa de Assistência e Extensão Rural (EMATER), entre outras, trabalhem de forma integrada para implementação das propostas.

A implementação dessas mudanças implica necessariamente em que o Estado com tudo o que representa de poder (executivo, legislativo, judiciário, segurança e poder econômico) seja o instrumento fundamental de implementação das propostas (STÉDILE, 2003, p. 195).

Essas tarefas seriam obras de um Estado democrático e popular. A forma de avançar neste sentido, no contexto em que o documento foi elaborado, foi expressa na reivindicação de reestruturação do INCRA e sua manutenção como autarquia, para assim poder avançar nas políticas de reforma agrária. O 4º Congresso (2000) desenvolve as ideias apresentadas no Congresso anterior. Denuncia o avanço da privatização e desnacionalização da economia, promovido pelo governo FHC. Sua consigna oficial foi *Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio*.

2.3 5º CONGRESSO NACIONAL DO MST

Realizado em 2007, o 5º Congresso contou com a participação de dezoito mil pessoas, entre delegados, "amigos do MST" e membros estrangeiros da Via Campesina, além de observadores. O slogan foi *Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular*. Em

essência, os objetivos estabelecidos foram: eliminação da pobreza no campo; combater a desigualdade social por meio da distribuição de renda e garantia de trabalho; combate à degradação ambiental, preservando a biodiversidade animal, vegetal e cultural, mediante formação de novos biomas.

O documento político também ressaltou a importância da adoção de políticas visando o desenvolvimento de mercados locais, possibilitando maior produção de alimentos e criando as bases para alcançar a soberania alimentar. Reivindicou garantias de condições igualitárias para as mulheres, no sentido econômico e social. Essas seriam, segundo o programa agrário apresentado, o conjunto de medidas capazes de estimular a permanência no meio rural (MST, p. 18, 2007).

Para alcançar os objetivos traçados, o documento apresentava como mudanças necessárias: a democratização do acesso à terra, aos bens da natureza e aos meios de trabalho, subordinando tais posses e propriedades aos interesses gerais da população, promovendo a agricultura de forma diversificada. Desapropriação de todas as áreas não cumpridoras da função social, assim como das fazendas acima do módulo fiscal estabelecido, independentemente de sua produtividade.

Outras medidas importantes reivindicadas são a demarcação das terras indígenas e das populações tradicionais (ribeirinhos, faxinais, indígenas, etc.); desenvolvimento da biotecnologia, considerando a saúde dos agricultores e consumidores e em respeito ao meio ambiente. Também constam as reivindicações de estímulo às feiras locais permanentes com produtos agroecológicos; programas de saúde em geral, e para as mulheres camponesas em particular; amplo programa governamental de construção de moradias no campo; democratização dos meios de comunicação de massa; e projetos para valorização da cultura regional.

Segundo a resolução deste Congresso, para o MST o programa de reforma agrária que o Estado deveria aplicar teria que ser desenvolvido simultaneamente à industrialização de todo interior do Brasil, para que o país superasse as desigualdades regionais, por meio da promoção do desenvolvimento e integração harmônicos entre as regiões, superando, inclusive, as diferenciações existentes entre campo e cidade (MST, 2012, p. 21).

A efetivação do programa agrário apresentado poderia ser exequível na medida em que seguisse dois caminhos complementares. Primeiro, através da pressão sobre os órgãos competentes mediante mobilização popular.

As conquistas atuais de assentamentos, associações, cooperativas e organizações sociais, fazem parte desse processo de mobilização e acúmulo de forças para realização de uma verdadeira reforma agrária. E, em cada um deles, devemos já desde logo, ir aplicando as nossas propostas, construindo nossos territórios livres (MST, 2012, p. 31).

Dessa forma, já nos próprios territórios conquistados pelos movimentos camponeses, a diretriz foi de iniciar a aplicação do programa e ampliar as áreas de controle dos camponeses e trabalhadores rurais. Para isso, a ação do Estado foi importante. A pauta das mobilizações, a partir de então, foi organizada no sentido de que Estado, através de suas instituições, desenvolvesse as políticas de reforma agrária.

Todavia, para avançar nas medidas agrárias, era urgente a promoção de mudanças no aparato administrativo-institucional do Estado, alterando a forma de funcionamento das instituições públicas e criando órgãos suplementares. A reestruturação do INCRA, vinculando-o à Presidência da República foi a principal medida neste sentido. Como podemos notar, o programa agrário de 2005 reedita as linhas principais, traçadas dez anos antes, acrescentando medidas práticas secundárias e melhor formulando algumas reivindicações específicas, por programas e políticas sociais, como sendo parte da realização da reforma agrária.

2.4 6º CONGRESSO: “LUTAR, CONSTRUIR REFORMA AGRÁRIA POPULAR”

Analisaremos mais detidamente o último Congresso e Programa, pois, segundo o próprio Movimento, estes representam uma mudança em sua concepção de reforma agrária. Portanto, adquire grande importância histórica e política para as lutas sociais no campo brasileiro.

O 6º Congresso do MST realizou-se entre os dias 10 e 14 de Fevereiro de 2014, em Brasília, no Distrito Federal. Segundo estimativa dos organizadores, dos 15 mil participantes – cerca de três mil a menos em relação ao Congresso anterior – 14 mil eram delegados do Movimento, 250 compunham a “brigada internacional” (jornalistas independentes, apoiadores e membros da Via Campesina) e os demais eram convidados.

Fomos ao Congresso com o MST do estado da Paraíba, o que permitiu um bom contato. Participamos de todas as atividades, conversamos com militantes e registramos as atividades em diário. Tínhamos marcado entrevista com alguns membros da Coordenação Nacional, mas a repressão policial no final da marcha ocorrida no dia 13 de fevereiro¹¹ impediu a realização da entrevista. Apesar disso, o congresso foi positivo para coleta das informações desejadas.

2.4.1 A Estrutura do Congresso

Na programação houve mesas diárias, compostas por dirigentes do MST, Centrais Sindicais, movimentos sociais convidados e intelectuais. Após as palestras, eram permitidas intervenções dos militantes do Movimento já previamente determinadas. Em média cinco intervenções, todas feitas por dirigentes regionais. O novo programa não foi submetido à votação. A nova direção nacional já havia sido escolhida em seus respectivos estados, tomando posse no último dia do congresso (atualmente a direção nacional é composta por 60 pessoas).

Apresentaremos agora, a partir do nosso próprio registro realizado durante o congresso, as argumentações de representantes, dirigentes e convidados do Movimento sobre sua atuação e projeto político.

¹¹ Refiro-me à repressão policial aos militantes do MST, durante a concentração na Esplanada dos Ministérios. O Movimento tentou colocar cruzeiros no gramado da Esplanada, simbolizando os mortos vitimados pela violência no campo nos últimos anos. Foram impedidos pela Polícia e o conflito se instaurou. Houve alguns feridos dos dois lados. Com isso, algumas alterações ocorreram e os dirigentes não puderam estar de volta no acampamento na hora marcada para entrevista.

As falas iniciais da primeira plenária apontaram a necessidade de autocrítica; insistiram no caráter autônomo do MST perante os governos, igrejas e partidos políticos; e defenderam que a luta estratégica do Movimento é socialista. Em geral, os representantes do MST basearam-se no programa apresentado, que analisaremos em seguida. Destacarei neste momento os pontos mais ressaltados pela coordenação nacional ao longo do congresso e aquilo que não está contido no programa.

Após a Mística de Abertura, que sintetizou a história dos 30 anos do MST, e em seguida à saudação da direção nacional, organizou-se a Mesa "Balanço político dos 30 anos do MST". Escolhemos apresentar desta mesa a exposição de Edgar Kolling, antigo membro e intelectual orgânico do Movimento, cujos principais pontos apresentados foram os seguintes:

Segundo Kolling, a história mostrou que toda luta circunscrita às regiões ou localidades foram derrotadas. Por isso, já em suas origens o MST se esforçou para se enraizar nas regiões norte e nordeste, dada a grande quantidade de camponeses nessas regiões. Foi com essa preocupação, desde o início, que o MST se constituiu como movimento nacional. Outra estratégia bastante acertada, adotada desde o início pelo Movimento, diz respeito à unidade entre sem-terra e assentados. Dessa forma, segundo Kolling, o desafio é manter a unidade nacional e unidade entre acampados e assentados do MST (unidade política e de ação), mantendo uma visão nacional sobre a questão nacional.

Outro destaque se refere à manutenção da autonomia política do MST frente ao Estado, governos, partidos e igrejas. A reforma agrária, diz o dirigente do Movimento, será fruto da pressão sobre o governo. O movimento não pode atuar como correia de transmissão dos partidos: Segundo Kolling, também não se pode cair nem esquerdismo, nem reformismo, e cita Lênin: “As reformas são tão importantes que não se pode deixá-las nas mãos dos reformistas”. Entretanto – ressalta – autonomia não é isolamento.

Em seguida, destacou a necessidade de garantir o protagonismo dos camponeses: o povo aprende lutando. Por isso, cabe aos militantes envolvidos na construção do MST atualmente pensar formas de organização e luta em que todos participem. Acampamento foi

uma escola, mas já não está tão forte, afirma. É preciso denunciar o conluio do judiciário com o agronegócio. Denunciar o monopólio da mídia. Trabalhar e organizar mostras de artes nas escolas. Aprender a unir economia e política. Lutar dentro dos assentamentos e acampamentos, transformando-os em “territórios livres”: de transgênicos, do analfabetismo, do consumismo e do individualismo. Lutas conjuntas com trabalhadores das agroindústrias, MAB¹², quilombolas, etc.

Edgar Kolling insiste que a tarefa colocada para os diversos movimentos sociais, entre eles o MST, é de fortalecer as práticas históricas e os princípios organizativos da classe trabalhadora: é preciso resgatar as práticas organizativas e de luta das revoluções passadas. Elas têm muitos aspectos positivos, porém muitos pontos negativos que precisam ser superados. Todavia, não pontua quais são esses aspectos, mas destaca que o Movimento precisará ser criativo, reinventando novas formas organizativas, com a participação das famílias.

Finalmente, o dirigente convoca os militantes a trabalhar pelo auto sustento da organização, seguir lutando por terra, reforma agrária e transformações na sociedade, fazendo a batalha das ideias entre os sem-terra na base, lutando para concretizar o ideário de reforma agrária nos assentamentos.

No segundo dia do congresso, João Pedro Stédile, economista, e proeminente dirigente do MST, fez a palestra "*Reforma Agrária Popular*", onde expôs com precisão o novo programa agrário do Movimento e acrescentou alguns elementos:

- Os trabalhadores elegeram governos que não alteraram o caráter burguês do Estado. O PT não mudou a dominação das oligarquias. O Congresso Nacional é refém dos empresários;
- É necessário tomar conta da agroindústria: via cooperativas;

¹² “O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é um movimento popular brasileiro, surgido a partir do fim da década de 1970 com o objetivo de organizar os atingidos pela construção de barragens para a defesa de seus direitos. O movimento surgiu a partir das mobilizações de agricultores contra a construção de usinas hidroelétricas na região do Alto Uruguai, nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As reivindicações do MAB incluem a criação de uma política nacional de direitos dos atingidos. O movimento defende a formação de um fundo de auxílio, para reparar os prejuízos das pessoas afetadas pela construção de barragens” (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2014).

- A viabilidade histórica do novo programa agrário dependerá da conjugação de vários fatores: 1) aliança com todos os movimentos que atuam no campo; 2) aliança com os trabalhadores urbanos (pois no campo somente estão 20% dos trabalhadores). Ou seja, é preciso realizar a aliança operário-camponesa; 3) se engajar na luta pela democratização do Estado: reforma política – lutar por Assembleia Constituinte; 4) acumular forças para construir o governo popular: “no futuro, teremos governos dos trabalhadores”.

No ato político de encerramento, realizado em 13 de fevereiro, Stédile fez ainda a seguinte afirmação direcionada para os parlamentares, candidatos à presidência da república e demais líderes de partidos que estavam presentes:

Nós daqui para frente, não vamos admitir que o governo, prefeitura, feche mais escolas no meio rural (...). O acréscimo "popular" significa que o MST não fará a reforma agrária sozinho, pois esta é de todo o "povo". Por isso, chamamos vocês aqui para se comprometerem. Pedimos a vocês para nos ajudar a convencer os militantes que representam da necessidade da reforma agrária popular¹³.

O histórico dirigente do Movimento explica, para os políticos presentes, que a “reforma agrária popular” não é apenas para benefício dos trabalhadores do meio rural, mas para contemplar o desenvolvimento de todo o “povo” brasileiro. E, assim, solicita que os parlamentares e candidatos presentes ajudem no fortalecimento desse projeto.

Outro expressivo dirigente do Movimento que fez suas explanações ao congresso foi Gilmar Mauro, que apresentou os seguintes pontos:

- O Movimento não quer massas inconscientes, queremos construir o socialismo de forma consciente;
- É necessário fazer um balanço crítico das experiências adotadas pela classe trabalhadora (das experiências socialistas, das experiências organizativas, da metodologia: em tudo isso há erros e acertos);

¹³ Esta fala de Stédile pode ser vista em vídeo *Stédile fala no ato político do VI Congresso do MST disponibilizado* pelo em <https://www.youtube.com/watch?v=wpLzigfyIRE>.

- A estratégia de superação do capital não se dará como obra de meia dúzia de intelectuais. Não há como avançar para o socialismo se a classe não souber que a estratégia é o socialismo. E não dá para avançar sem luta de massas;
- É preciso que a classe se refaça como sujeito. Isso será fruto da classe organizada e não por meio de negociações. Necessidade de construir novas táticas de luta. A burguesia assimilou muitas táticas construídas historicamente. É preciso conjugar a luta imediata (por lona, cesta básica, crédito) com a luta política: essa separação, própria do economicismo, é pró-burguesa. A política separada da luta é burocracia;
- Por outro lado, no capitalismo, a classe trabalhadora não vive lutando, mas trabalhando. As lutas são sazonais. Eventualmente uma greve, uma marcha, etc. Por isso, a luta não basta. Quando não se está em luta, é preciso organizar e pensar novas formas de organização. É preciso resgatar a memória; fazer articulação; fazer formação (renovação de quadros dirigentes); defender as conquistas e conspirar contra os inimigos;
- Hoje, o desenvolvimento do capitalismo não permite ganhos. É necessário desenvolver novas formas para trazer a maioria da classe que não participa da luta. Essas formas devem ser horizontalizadas;
- O método de direção e trabalho: os dirigentes não devem se achar superiores aos demais militantes, pois devem à classe trabalhadora, que lhes permitiu estudar, sendo esta responsável por sua formação. Critica a quem se acha “o intelectual”;
- A falta de organização leva à centralização das tarefas;
- A juventude precisa assumir o comando. E se precisar virar a mesa, que seja. Mas os quadros antigos devem ser respeitados e estar junto às novas lideranças, garantindo a unidade;
- É preciso combater a opressão, dentro e fora do Movimento.

Coube, por fim, a Roberto Baggio, também fundador e dirigente nacional do Movimento, expor as ferramentas internacionais para avançar na luta pela reforma agrária e na democratização dos Estados do Brasil e América Latina. Segundo Baggio, a tarefa para o próximo período é fortalecer as organizações internacionais de luta dos trabalhadores do campo, como a Coordenadoria Latino-americana de Organizações Camponesas (CLOC), vinculada à Via Campesina.

Outra luta estratégica relaciona-se com o desenvolvimento da Aliança Bolivariana para as Américas – ALBA¹⁴, definida pelo MST como um projeto anti-imperialista e auxiliar para a construção da “Pátria Grande” na América Latina. Segundo Baggio, as duas grandes experiências revolucionárias protagonizadas na região – Revolução Bolivariana de Chávez e Revolução Cubana de Che Guevara e Fidel Castro – abrem uma importante perspectiva para o Continente. Diante disso, a Venezuela seria o grande motor revolucionário da atualidade.

Destacamos também aqui a participação da CPT e da CNBB no congresso do MST, visto que são organizações de papel chave na criação e surgimento do Movimento. Ivo Poletto falou em nome da CPT, criticando a Constituição de 1988, que não aprovou a reforma agrária em seu texto. Também criticou o governo de Dilma Rousseff por estar submetido ao agronegócio.

Para o representante da CPT, o MST deve incorporar, como retórica de luta, a denúncia de que o agronegócio é uma ameaça para a vida da Terra e na Terra; assumir o aquecimento global como um dos argumentos críticos ao neoliberalismo; assumir a mobilização da sociedade como protagonista das mudanças; manter a autonomia dos movimentos sociais. Lutar pela reforma agrária é reconhecimento da Terra como ser vivo, ajudando assim na superação do antropocentrismo, atualmente vigente no conjunto da humanidade.

¹⁴ Fundada em 2004, chamava-se “Alternativa Bolivariana para as Américas”. Em 2009, teve seu nome alterado. Seu objetivo é a integração econômica, social e política da América Latina e Caribe. Atualmente, fazem parte da ALBA: Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, República Dominicana, Equador, Antigua e Barbuda e São Vicente e Granadinas.

Quanto ao representante da CNBB, destacou a violência em curso contra as populações indígenas. Salientou que os governos populares não realizaram a reforma agrária e que a justiça é ágil para os ricos, lenta para os pobres. E concluiu afirmando que em tudo que for justo dentro das leis da igreja e do evangelho, o MST terá o apoio da CNBB.

Também participaram do Congresso, compondo as mesas, representantes das Centrais Sindicais, como da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Força Sindical. E de movimentos sociais, como o Movimento pelo Passe-Livre (MPL). Como convidados, compareceram (alguns com direito a fala outros não) representantes de partidos políticos do Partido dos Trabalhadores (PT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e de igrejas protestantes, além de intelectuais convidados como palestrantes, como Guilherme Delgado, José Paulo Netto, entre outros.

Finalmente, destacamos a participação no congresso, do atual governador do estado da Bahia, Jaques Wagner (PT). O governador foi apresentado como amigo do Movimento e dirigiu-se ao Plenário. Falou que os movimentos devem ter autonomia, até porque os governos são passageiros, embora, é claro, seja melhor ter no governo os parceiros. Wagner colocou-se à disposição do MST para fazer a ponte com o governo federal. “Se eu posso sentar com os representantes do comércio, da indústria e da agricultura, por que não vou sentar com o MST? É melhor ouvir o barulho do MST do que das balas dos narcotraficantes”, disse. O MST o aplaudiu com entusiasmo e o agradeceu, como um aliado na luta contra o latifúndio.

2.4.2 Novo Programa Agrário do MST

O atual programa do MST, aprovado em seu 6º Congresso, realizado em 2014, expressa uma virada em sua concepção política acerca da reforma agrária. O documento explica porque é necessária uma reforma agrária de novo tipo no Brasil e quais são os

caminhos para alcançá-la. Afirma que sua realização depende da democratização do Estado, mediante alteração do seu caráter – de burguês para popular.

A justificativa para as mudanças na linha política operada recentemente no MST se fundamenta no fato de que, nos últimos vinte anos, a estrutura fundiária e as relações entre as classes do meio rural se alteraram significativamente, obrigando o Movimento a traçar novas táticas para atingir seus objetivos. Segundo o documento, o capitalismo mundial, entre as décadas de 1980 e 1990, entrou em uma nova fase de desenvolvimento, hegemonizado agora pelo capital financeiro.

O modelo econômico brasileiro, impactado pelas alterações econômicas internacionais, já não é mais o mesmo que o verificado no período de surgimento do Movimento. No atual modelo, o agronegócio passou a ter importância econômica de primeira ordem, bloqueando assim a reforma agrária, já que "protege as terras improdutivas para futura expansão" (MST, 2014, p. 12). O Estado, mesmo que as oligarquias e capitalistas rurais não sejam predominantes em seu interior, garante e assegura a hegemonia do modelo do agronegócio na produção agrícola.

A crise mundial do capitalismo, iniciada em 2008, aprofundou a intervenção de capitais estrangeiros sobre o setor rural brasileiro, intensificando a monocultura para exportação, a concentração e a desnacionalização das terras. Segundo o MST, estima-se que as empresas estrangeiras controlem cerca de 30 milhões de hectares de terras no Brasil (MST, 2014, p. 14).

O aprofundamento do "modelo do agronegócio", expressão do predomínio do capital financeiro na agricultura, alterou a relação entre as classes. Segundo dados do IBGE, nos anos 1980, a quantidade de assalariados rurais, entre permanentes e temporários, variava entre 6 a 10 milhões. Em 2006, caiu para 4,2 milhões, como resultado da concentração de terras e do êxodo rural. Outro aspecto ressaltado foi que a relação entre as classes dominantes no campo também se alterou.

No período anterior à predominância do "neoliberalismo", os capitalistas – do campo e da cidade – consideravam a classe latifundiária como fator de atraso e empecilho ao desenvolvimento das forças produtivas endógenas, sendo favoráveis às alterações na

estrutura agrária do país. Com a hegemonia do capital financeiro e o fortalecimento da atuação das empresas multinacionais no setor rural, os capitalistas passaram a ver os latifundiários como aliados, de maneira que, segundo o modelo econômico adotado, o desenvolvimento não depende mais da democratização das terras e criação de um robusto mercado interno, mas, ao contrário, da modernização do antigo latifúndio, transformando-o em grandes empresas voltadas para o agronegócio.

A explicação correspondente é que a burguesia brasileira não se interessa mais pela "reforma agrária clássica", tal como ocorreu na Europa a partir do século XVIII. Esse tipo de reforma foi crucial para o desenvolvimento da burguesia emergente, que a impôs às oligarquias europeias. A democratização da terra, como condição para o desenvolvimento do capitalismo industrial, transformou os camponeses europeus em produtores e consumidores de mercadorias.

Essa via burguesa de transformação da estrutura fundiária, como o caminho para superação do atraso econômico, foi realizada parcialmente por governos nacionalistas em vários países. No Brasil, a tentativa mais avançada da via clássica de reforma agrária ocorreu durante o governo de João Goulart (1961-1964), como parte de suas "reformas de base", mas fracassou com o golpe militar que encerrou seu governo.

O governo ditatorial dos militares impôs a "modernização sem reformas" e reprimiu duramente o movimento camponês. Assim, aqui a burguesia industrial, ao contrário da burguesia europeia do século 18, se aliou à oligarquia rural para desenvolver o capitalismo nacional, dependente dos países centrais (MST, 2014, p. 25).

Assim, através de pesada repressão policial sobre as organizações políticas dos camponeses e assalariados rurais, desenvolveu-se a "modernização conservadora", estabelecendo as bases para a agricultura capitalista voltada novamente para o mercado externo, baseada na mecanização agrícola, concentração de terras, expulsão de camponeses e produção agrotóxica. Esse modelo, que se sobrepôs ao anterior – adotado nos anos 1930, com a substituição de importações e que buscava atender o mercado interno – finalmente

consolidou-se no começo dos anos 1990, esgotando a possibilidade de uma reforma agrária clássica, visto que, na fase neoliberal, não há mais um "setor dinâmico" da burguesia brasileira.

Com a redemocratização política do país, a luta pela reforma agrária, que havia sido sufocada pelos militares, foi retomada sob a mesma ótica desenvolvimentista do período anterior: divisão das terras e combate ao latifúndio como forma progressista de dinamizar o capitalismo e incluir as massas rurais ao processo produtivo, realizando a integração entre as regiões e impulsionando o setor industrial. O MST surge neste contexto e sob essas bandeiras – a via clássica de reforma agrária.

A vitória eleitoral de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) permitiu o fortalecimento e imposição do neoliberalismo, com sua política de:

a) abertura do mercado, assegurando mobilidade irrestrita ao capital e mercadorias estrangeiras; b) corte nos gastos sociais; c) privatização e desnacionalização de setores estratégicos para o desenvolvimento econômico do país; d) facilidade para o capital internacional se apoderar das riquezas naturais – minérios, energia, biodiversidade e agricultura; e) ofensivas sobre a legislação social e trabalhista, provocando derrotas e retrocessos à classe trabalhadora (MST, 2014, p. 28).

A consolidação do novo modelo econômico, com suas alterações políticas e no processo produtivo (inovações tecnológicas, descentralização e terceirização) resultou em grande refluxo das lutas dos trabalhadores em geral. Do ponto de vista do capital, não há mais necessidade de reforma agrária. Por outro lado, para os camponeses, ainda se fazem necessárias as transformações estruturais no meio rural, entretanto, essas mudanças são, agora, de outra natureza.

Não há mais espaço para uma reforma agrária clássica burguesa, apoiada pela burguesia industrial ou por forças nacionalistas. Mas do ponto de vista dos camponeses e de um projeto popular de desenvolvimento do país, a Reforma Agrária é cada vez mais urgente e necessária (MST, 2014, p. 31).

Os camponeses não enfrentam mais somente o atrasado e retrógrado latifúndio, mas o grande capital agrário, o capital financeiro e as empresas transnacionais. Até os anos de 1980, era possível a coexistência entre a produção de alimentos realizada em assentamentos e a produção voltada para exportação. Na atualidade, tal harmonização não é mais possível, de maneira que estamos diante de dois modelos de agricultura – e de sociedade – contraditórios entre si.

De um lado, o modelo do agronegócio, predominante, e incentivado pelos governos; de outro, o modelo da agricultura camponesa, baseado em matrizes energéticas alternativas, na sustentabilidade e em novas relações sociais. A imposição do novo modelo econômico, baseado na produção camponesa, será fruto de uma reforma agrária que se coloque contra o capital, mediante a consolidação de uma ampla aliança com os mais diversos setores dos trabalhadores, tanto do campo quanto da cidade. Entretanto, não se trata de um programa socialista.

Uma Reforma Agrária socialista, que tem como alicerce a socialização das terras, exige a execução de políticas de um Estado socialista e será resultante de um longo processo de politização, organização e transformações culturais junto aos camponeses, ou seja, uma revolução social. Condições objetivas e subjetivas que não estão na ordem do dia desse período histórico (MST, 2014, p. 32).

A reforma agrária não depende mais da aliança com alguma fração da burguesia, mas da unificação dos setores populares. É por essa razão que o novo programa do MST denomina-se "popular".

(...) O conceito "popular" busca identificar a ruptura com a ideia de uma reforma agrária clássica feita nos limites do desenvolvimento capitalista e indica o desafio de um novo patamar de forças produtivas e de relações sociais de produção, necessárias para outro padrão de uso e de posse da terra (MST, 2014, p. 33).

Vemos certa ruptura analítica em relação a um ponto caro ao MST, ou seja, aquele de que possa haver um setor progressista para desenvolver o capitalismo e “incluir” as massas rurais no processo de crescimento econômico e cultural. Porém, essa pretensa ruptura não

se verifica em sua ação política. O movimento segue apoiando o governo, e contando com a velha máxima da pressão sobre os parlamentares e sobre a “sociedade civil” para realização de um novo modelo de desenvolvimento, seguindo, portanto, as mesmas premissas da possibilidade de realização legal e gradual da reforma agrária no Brasil.

A principal forma de disputa com o capital é pelo controle de terras, de territórios, de maneira que os espaços conquistados (acampamentos e assentamentos) são os espaços de nova sociabilidade e de acúmulo de forças. O desafio do movimento é a revitalização e a transformação desses espaços em "territórios livres": livres da lógica capitalista e livre de transgênicos.

Outro aspecto importante do programa analisado é a caracterização do camponês como sendo aquele que possui área igual ou inferior a 100 hectares. Uma parte destes (cerca de 1 milhão de famílias) são camponeses integrados ao mercado, através de agroindústrias e cooperativas (produzem mercadorias, principalmente suíno, ave, fumo, leite, frutas e hortigranjeiros). Conseguem acumular certa riqueza, acessar as linhas de crédito, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf – e eventualmente contratar mão-de-obra assalariada. Além desses, existem cerca de 3,8 milhões de camponeses pobres, dependentes basicamente dos programas assistenciais dos governos e que mal conseguem produzir para subsistência. Essa é a base social para atuação do MST, que deve ser arregimentada para fortalecer a luta pela reforma agrária no país.

2.4.3 Considerações sobre o programa

Parece-nos que as linhas acima dão conta de expor o programa do Movimento e sua evolução formal. Passaremos agora a analisá-lo. Essa alteração programática do MST, que se apresentou de forma bem definida em seu atual programa, já vinha sendo gestada desde os primeiros anos dos governos Lula. Uma vez que as expectativas de realização de reforma agrária por parte do governo petista não se efetivaram, o Movimento passou a reivindicar do governo maior atenção para a consolidação dos assentamentos já existentes, buscando incentivos técnicos e financeiros para o desenvolvimento de sua nova política: ao

desenvolvimento da agroecologia no país. No seu 5º Congresso, o MST defende um novo projeto popular para a agricultura brasileira. Mas a forma de atingir esse projeto é claramente definida no programa de 2014.

A essência da política do MST reside na concepção da possibilidade de democratização do Estado. Diante disto, sua estratégia central é torná-lo "popular". Os caminhos para popularizar o Estado são a organização das massas do campo, a difusão entre a sociedade civil dos projetos de reforma – não somente agrária, mas também urbana, política, e tributária – e a eleição de políticos comprometidos com o novo projeto de desenvolvimento econômico. Por essa via, legal e pacífica, chegar-se-ia ao "governo popular", hegemônico pelos trabalhadores.

Estamos diante de um programa etapista, tal como era concebido pelas organizações de esquerda influenciadas pelo estalinismo, dos anos anteriores ao golpe militar de 1964. Como podemos observar, o MST reconhece formalmente o fracasso da aliança com a burguesia, mas não pela inviabilidade de tais alianças resultarem em um governo comprometido com os trabalhadores, e sim porque a realidade econômica se alterou. Dessa forma, o Movimento não faz a crítica aos programas que defendiam tal aliança, mas, ao contrário, adapta seu programa a uma pretensa alteração conjuntural e estrutural.

Segundo a análise do MST, existiu um setor nacionalista, ligado às forças armadas e à burguesia industrial, que era comprometido com as transformações sociais e com o combate ao latifúndio. Essa tese precisa ser problematizada. De fato, houve um setor nacionalista entre a burguesia brasileira, entretanto, este nunca se colocou contra as oligarquias rurais. Pelo contrário, a indústria brasileira surge no bojo do domínio oligárquico. A chamada "modernização conservadora" não é obra dos militares golpistas de 1964, mas já vem de antes, desde a independência, embora, é verdade, se intensifique a partir dos anos 1970.

Na primeira metade do século XX, o país se viu obrigado a promover certas alterações econômicas, desenvolvendo parcialmente a indústria e a produção interna. A esse desenvolvimento correspondeu uma fração da burguesia, interessada nas transformações que pudessem promover a intensificação da produção industrial, superando

o atraso colonial. Mas essa fração não se colocou pela ruptura com a oligarquia rural. Em nenhum momento fez parte da política brasileira o combate ao latifúndio, tal como apresentado pelo MST.

A concepção política dos nacionalistas, em resumo, foi a seguinte: entreguemos parte das terras para evitar uma revolução. Durante toda década de 1950, por exemplo, o deputado Coutinho Cavalcanti, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de São Paulo, defendeu a urgência de um amplo programa governamental de reforma agrária para o país. Seu principal argumento foi de que a reforma era imprescindível para evitar a sublevação no campo.

Para corroborar seus argumentos, Cavalcanti cita Ben-Hur Raposo, autor de *Reforma agrária para o Brasil*, de 1965:

(...) se o governo não enveredar civicamente pelos rumos de uma saudável reforma agrária, a agricultura se transformará em um mundo à parte dentro do Brasil, talvez um mundo de párias e talvez um mundo de rebelados (RAPOSO *apud* CAVALCANTI, 1959, p.17).

A segunda citação foi a do Ministro da Agricultura de Getúlio Vargas, João Cleofas, quando este se pronunciou acerca do tema da reforma agrária no Brasil:

(...) as esperanças descabidas e os temores, também descabidos, que se prendem à expressão, vem do fato de haver um sistema violento, além do sistema normal, de efetuar uma reforma agrária. O primeiro é o sistema dos países que são contra qualquer reforma agrária e que de repente têm de fazê-la por meio de uma revolução – tal como aconteceu no México e principalmente na Rússia. O segundo, o normal, o natural e sensato é o dos países que adotam, por assim dizer, uma reforma agrária permanente, isto é, que têm sempre debaixo de revisão e aperfeiçoamento as relações entre a terra e o homem. (CLEOFAS *apud* CAVALCANTI, 1959, p. 20).

E as ressalvas não eram infundadas. Nos anos 1950 e 1960, em pleno auge dos antagonismos políticos e econômicos entre Estados Unidos e União Soviética, a chamada "guerra fria", a América Latina vivia sua convulsão política. Os impactos da segunda Revolução Chinesa de 1949 e, principalmente, da Revolução Cubana (1959), aliados à intensificação da exploração das massas nos países latino-americanos, colocavam em xeque

a dominação burguesa nesses respectivos países e ameaçavam os interesses imperialistas dos Estados Unidos sobre toda região. Visando neutralizar a luta de classes em pleno ascenso no Continente, o governo estadunidense, durante a gestão de John. Kennedy (1961-1963) lança uma pesada ofensiva política e econômica com objetivo de realizar importantes, todavia controladas, mudanças sociais.

Esse conjunto de medidas ficou conhecido como "Aliança para o Progresso", que consistiu em suprir parcialmente as necessidades básicas das massas latino-americanas, relacionadas à moradia, saúde, educação, trabalho e terra. No tocante à questão agrária, o governo Kennedy defendeu a realização da reforma agrária como forma de combater a "importação" da guerrilha cubana e o avanço do comunismo. Ao mesmo tempo, essa reforma dinamizaria o mercado, beneficiando o capital norte-americano. O programa de assistência dos Estados Unidos previa ajuda de U\$ 20 bilhões a serem repassados ao longo de 10 anos.

Para ter acesso aos recursos, os governos latino-americanos deveriam se comprometer com uma série de medidas, entre elas a reforma agrária e o combate ao comunismo. Assim, diante da crise econômica e política do governo de João Goulart, a reforma agrária, pacífica e limitada, baseada em desapropriações com indenizações, seria o grande trunfo de seu governo. Jango não pretendia construir um governo "popular", mas neutralizar o desenvolvimento da luta de classes no país. Como essas medidas chocavam-se, mesmo que pontualmente, com o latifúndio – e seu governo não estava conseguindo conter a radicalização camponesa, principalmente no nordeste – o conjunto da burguesia, incluindo as frações ligadas às oligarquias rurais, achou por bem removê-lo do poder.

O programa do MST não surge do zero, mas retoma a experiência e a elaboração teórico-política do período precedente. O PCB e as organizações que controlava, como ULTAB e a União Nacional dos Estudantes (UNE), apoiavam ao governo Jango por entender que a revolução socialista não estava colocada naquele momento histórico. A tarefa era apoiar um setor desenvolvimentista, que eliminaria o atraso "feudal" e estabeleceria as bases econômicas, sociais, culturais e históricas para o socialismo. Como sabemos, essa tese fracassou. Entretanto, o MST a retoma sob nova roupagem.

2.4.4 Algumas experiências de reforma agrária na América Latina

2.4.4.1 A Reforma agrária no Peru

Depois do governo de direita e pró-oligárquico de Manuel Prado Ungarteche (1956-1962), uma junta militar tomou o poder no Peru e um ano depois permitiu que ocorressem as eleições, em que Fernando Belaúnde Terry (Ação Popular) foi eleito. Seu governo (1963-1968) é marcado por fortes mobilizações sociais. A Revolução Boliviana de 1952, que iniciou o processo de reforma agrária, influenciou significativamente os camponeses do Peru, uma vez que são países fronteiriços e a estrutura agrária de ambos era bastante parecida. A Revolução Cubana de 1959 acirrou a luta de classes no interior do Peru. Finalmente, a "Aliança para o Progresso" influenciou as medidas tomadas por parte do governo para acalmar os ânimos camponeses. Entretanto, uma vez que as medidas eram populistas, mas ineficazes, causou descontentamento tanto entre a oligarquia quanto nos camponeses.

O equilíbrio das forças existente no Peru, devido à incapacidade das oligarquias em seguir governando e a das forças reformistas em superá-las, precipita o movimento institucional das forças armadas encabeçado pelo general Juan Velasco Alvarado, que derruba o então presidente Belaúnde Terry. Em 3 de outubro de 1968 os militares lançaram-se ao poder para salvar o setor agrário, em perigo devido à crescente ameaça de mobilização camponesa. Perceberam que as reformas eram inevitáveis para manter a estabilidade social interna e avançar em uma nova fase de modernização (MAR; MAJIA, 1980, p. 107).

Diferentemente das propostas governamentais anteriores, a lei 17.716 (lei da reforma agrária), "no se limitaba a un simple cambio de propiedad, sino que buscaba crear una nueva estructura agraria". Um exemplo disso foi que os militares, no dia seguinte à promulgação da lei, ocuparam o complexo açucareiro, setor mais moderno da agricultura peruana, demonstrando que não pretendia limitar-se ao ataque dos "setores atrasados" da agricultura. (MAR; MAJDA, 1980, p. 108).

O programa de reforma agrária do governo militar nacionalista de Alvarado propunha:

La eliminación del latifundio, del minifundio y de toda forma antisocial de tenencia de la tierra y el establecimiento de empresas de producción de carácter asociativo, de base netamente campesina. La reestructuración de las comunidades campesinas tradicionales. El establecimiento de una nueva agricultura organizada a base del esfuerzo asociativo de los agricultores y la posibilidad de establecer nuevos mercados a través de una justa distribución del ingreso que incremente el poder adquisitivo de la población marginada. El desarrollo paralelo de las industrias de transformación primaria en el campo (INP [1971] *apud* MAR; MAJIA, p.108, 1980).

Além do combate às relações de produção atrasadas, assentadas no latifúndio, o governo de Alvarado adotou, no campo internacional, medidas anti-imperialistas e de aproximação com o governo nacionalista argentino do General Perón e com o governo de Unidade Popular de Salvador Allende, no Chile. Aderiu ao bloco dos "países não alinhados" e restabeleceu relações diplomáticas com o governo socialista de Cuba. Internamente, realizou importantes estatizações no setor pesqueiro, mineiro, de comunicações e ampliou sua participação nos bancos. As medidas estenderam-se às empresas estrangeiras, nacionalizando-as, como a *Cerro de Pasco Copper Corporation* e *Marcona Mining Company*. Também procedeu com uma reforma no sistema educacional e estabeleceu o *quechua* como segunda língua oficial (MAR; MAJIA, 1980, p. 110). Dessa forma, aplicou grande parte do programa da Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), ganhando sua simpatia, assim como do Partido Comunista Peruano.

O governo Alvarado passou à implementação da lei de reforma agrária de forma imediata, o que demandou alterações no sistema regulador de propriedade até então vigente. A lei previa que terras ociosas passariam para o controle estatal. Na costa, o limite máximo estabelecido para as propriedades foi de 150 hectares, sendo que, acima disso, seriam expropriadas, inclusive suas instalações industriais. As regiões onde habitavam grupos étnicos (como por exemplo, na Amazônia) ficaram fora da reorganização. Apesar da

radicalidade na democratização das terras, o governo reconhecia do direito de indenização aos proprietários, pois, como Alvarado gostava de enfatizar, seu governo não era socialista.

La reforma agraria, pese a proponerse la transferencia de la tierra, partía del principio de reconocer el derecho de propiedad privada sobre la misma. En este sentido no se orientaba a la nacionalización ni a la socialización, sino que constituía una compra-venta forzada entre los antiguos terratenientes y los nuevos propietarios campesinos. Operación promovida y celosamente supervisada por el Estado (MAR; MAJIA, 1980, p. 121).

Dessa maneira, os ex-proprietários recebiam o valor total da propriedade, o que desencadeou, inclusive, a valorização das propriedades agrícolas, bem como das instalações e máquinas relacionadas com o setor rural, beneficiando as oligarquias e a burguesia peruana.

O governo promoveu o reordenamento institucional no interior do Estado peruano, de modo que pudesse assegurar as alterações pretendidas na estrutura agrária do país. A intenção era dispor de autonomia em relação às classes sociais e operar a modernização, reestruturação e moralização prometidas.

(...) se crearon instancias con el suficiente poder y autonomía como para intervenir decisivamente en la marcha de las unidades económicas y agrupaciones sociales involucradas, especialmente a través de la norma jurídica. De otro lado, la activa y directa participación estatal en la economía y en la política requirió que nuevos grupos de profesionales, tecnócratas e ideólogos, accedieran, conjuntamente con los militares, al manejo de la renovada estructura gubernamental. Finalmente, al ampliar el Estado su radio de acción, se produjo la consecuente incorporación de nuevas capas burocráticas (MAR; MAJIA, p. 110, 1980).

As Cooperativas Agrícolas de Produção (CAP) foram o principal modelo empresarial criado para impulsionar as transformações agrárias.

(...) la CAP debía ser una unidad donde propiedad, tenencia y trabajo fuesen colectivos. Los socios recibirían certificados de aportación que acreditasen su participación en la propiedad pero ésta no sería individualizable, o sea que se trataría de una forma de propiedad privada

colectiva, correspondiente al ente jurídico que incluso con el tiempo podría renovar totalmente a sus miembros (MAR; MAJIA, 1980, p. 134).

O sucesso das medidas somente seria possível com a pressão popular, disciplinada pelo Estado, sobre os setores oligárquicos e de direita. Entretanto, assim que as organizações sindicais e populares passaram a ultrapassar as políticas e planos governamentais, realizando ocupações e buscando aplicar o controle das empresas por parte dos trabalhadores, em consonância, alias, com a retórica governamental, o Estado, sob pressão dos interesses patronais, foi obrigado a agir, controlando e reprimindo as massas ativas, causando descontentamentos e minando o amplo apoio outrora conquistado.

O ascenso das mobilizações independentes, somado à crise econômica que se seguiu na primeira metade da década de 1970, fez com que os militares afastassem e eliminassem da cena política o setor reformista das forças armadas, mediante o golpe de Estado proferido pelo general Francisco Morales Bermúdez, em 1975, que depôs o presidente Alvarado, já doente e sem o apoio que dispunha em tempos passados (MAR; MAJIA, 1980, p. 112).

O regime de Alvarado se propôs duas grandes tarefas:

(...) la ampliación del mercado interno, para romper el "cuello de botella" de la economía, representado por el atraso del agro, y la efectiva incorporación del campesinado indígena a la nacionalidad y estructura del Estado, si bien limitando sus arrestos revolucionarios (MAR; MAJIA, 1980, p. 112).

Assim, o governo pretendeu reorganizar a estrutura agrária, alterando o bloco no poder da sociedade peruana e promover o desenvolvimento das forças produtivas internas. Apesar das ações sem precedentes adotadas pelo regime nacionalista dos militares reformistas, visando impulsionar o desenvolvimento econômico e integração do campesinato à economia e às benesses sociais, observamos que a reforma agrária ocorrida fracassou, sendo incapaz de abarcar a maioria das massas rurais, como por exemplo, o

campesinato pobre da região serrana. Nas décadas seguintes, as medidas políticas de reforma não se firmaram, pelo contrário, retrocederam, fazendo ressurgir os conflitos, dessa vez de forma mais intensa, expresso no movimento Sendero Luminoso e outros movimentos.

2.4.4.2 A questão agrária na Revolução Cubana

A organização das lutas camponesas em Cuba foi precoce, se comparada às ocorridas no Brasil. Datam das primeiras décadas do século XX. O sonho de independência do povo cubano é mais antigo. No final do século XIX, quando o exército espanhol estava em colapso, ocorre a guerra pela independência do país (1895-1898), formalizada em 1902. Porém, quase que imediatamente ocorre a intervenção estadunidense, frustrando esse sonho de libertação. Com a intervenção militar de 1898 e a consequente subjugação, os Estados Unidos asseguram a condição neocolonial da ilha. A Ordem Militar número 34, de 1902, com o pretexto de facilitar a instalação de linhas férreas privadas para as Companhias Açucareiras, entregou grandes extensões de terras agrícolas para o controle ianque. Em seguida, no mesmo ano, a ordem número 62, conhecida como "lei de despejo" ataca poderosamente as propriedades comunais.

(BARRIOS, 1984, p. 55).

Em 1923, os EUA monopolizavam 3/4 da indústria açucareira principal do país. Treze grupos norte-americanos dominavam 1.209.015 hectares, correspondente a 25% das melhores terras agricultáveis da ilha. Em aliança com os latifundiários, o controle dos EUA chegava a 50% das terras (BARRIOS, 1984, p. 61).

A primeira organização camponesa que se tem notícia foi a *Liga Agrária da República de Cuba*. A organização foi financiada pela burguesia, constou apenas em algumas províncias e não parecia ter numerosos adeptos, de modo que não foi duradoura. Em 1913, foi constituída a *Associação de Agricultores da Ilha de Cuba*. Diferentemente da *Liga Agrária*, a *Associação* contava com amplo apoio do campesinato pobre e médio da região. Suas reivindicações eram que o Estado não concedesse terras às empresas

estrangeiras e que este repartisse as terras públicas aos pequenos produtores, além de criação de política de crédito para auxiliá-los e o barateamento dos artigos de primeira necessidade. Essa associação foi a primeira que se solidarizou com o movimento operário, comemorando, por exemplo, o primeiro de maio (BARRIOS, 1984, p. 58).

Entre 1904 e 1911 foram aprovadas algumas leis que beneficiavam os pequenos produtores e os integrantes do exército mambí. Entretanto, nenhuma foi aplicada, servindo somente para acalmar os camponeses e como promessas eleitorais (BARRIOS, 1984, p. 60). A concentração de terras também era brutal. Segundo os dados do censo agrícola de 1946 – último antes da revolução – as 2.336 grandes propriedades, representando 1,4% do tal, ocupavam 47% das terras, enquanto que 70% da população rural se espremiavam em apenas 11,2% das terras. Ainda segundo o censo de 1946, o analfabetismo na zona rural atingia mais de 40%, as habitações eram altamente precárias, em que 54,1% não tinham saneamento básico, 90,5% não tinham banheiro e 87,6% não tinham energia elétrica. A situação do operário agrícola também era terrível. Segundo um estudo de 1957 realizado pela universidade católica, dos 600 mil operários, 44% não puderam ir à escola, apenas 4% comiam carne e 2% ovos (BARRIOS, 1984, p. 64).

Entre fins de 1933 e começo de 1934 ocorreram grandes conflitos. Os membros da *Associação de produtores de Realengo 18*, sob o comando do veterano mambí, Lino de las Mercedes Álvarez, enfrentaram os despejos e avanços dos estrangeiros sobre suas terras na cidade de Guantánamo, armaram-se e, sob a consigna "*Terra ou Sangue*", enfrentaram a guarda rural. Houve solidariedade do movimento operário e estudantil.

En Barajagua, Realengo 18, Ventas de Casanova, y Hato de Estero, entre otros muchos escenarios de luchas, la clase obrera, al enfrentarse junto a los campesinos a los latifundistas y compañías imperialistas que pretendían despojarlos de sus tierras, materializó en hechos concretos la alianza obrero-campesina (BARRIOS, 1984, p. 67).

O movimento avançou na aliança entre operários e camponeses, conseguiu uma trégua com o exército e um acordo de que não haveria despejos por dois anos. No começo

da década de 1940 os camponeses criaram uma importante organização nacional, expressando o avanço de sua organização e travando importantes batalhas.

En agosto de 1941, con la asistencia de más de 800 delegados, se celebró en La Habana el II Congreso Nacional Campesino, en el cual quedó constituida la Asociación Nacional Campesina de Cuba, primera organización clasista del campesinado cubano de carácter nacional (...) Teniendo como consignas centrales la lucha contra los desalojos y por la realización de una reforma agraria profunda y radical (BARRIOS, 1984, p. 68).

A Constituição de 1940 estabeleceu alguma limitação aos latifúndios. Embora não cumprida, serviu para legitimar as reivindicações camponesas que se seguiram, colocando a questão para os candidatos seguintes, que refletiram a questão agrária em seus programas eleitorais.

Nesse período, devido à ascensão da luta camponesa, o governo buscou desmobilizar os camponeses de duas formas: pela repressão e pela intervenção em suas formas de organização política, visando fragmentá-los. Paralelamente à *Associação Nacional Camponesa*, criou-se a *Confederação Camponesa de Cuba*, com fins meramente assistencialistas, controladas de forma burocrática e impossibilitando que os elementos das bases se tornassem delegados.

Dessa mesma forma, foram criadas a *Associação de Coletores de Tabaco*, dos cafeicultores e de outros setores agrícolas. No movimento operário ocorreu algo semelhante no começo da década seguinte, em que o Estado impôs dirigentes sindicais por decreto (BARRIOS, 1984, p. 75). Mas a luta organizada dos camponeses, com apoio dos estudantes e operários, contra os despejos, criava no campo verdadeiras batalhas, exacerbando a luta de classes no país. A instauração da ditadura de Fulgêncio Batista, em 10 de Março de 1952, aboliu a Constituição de 1940, e revogou os direitos políticos dos operários e camponeses.

A brusca queda na produção de açúcar e tabaco que se seguiu, assim como a queda dos preços das mercadorias dos pequenos produtores, atingiram com intensidade os

camponeses, que tiveram suas condições de vida rebaixadas ainda mais. Dada situação de empobrecimento e repressão política semelhante nas cidades, houve uma confluência revolucionária entre as massas que culminou na revolução, liderada pelo movimento 26 de julho, cujo chefe incontestável era Fidel Castro que derrubou a ditadura de Batista em 1 de janeiro de 1959. Um aspecto importante da primeira lei de reforma agrária do governo revolucionário foi que:

(...) los grandes latifundios, tanto los que estaban improductivos como los explotados mediante el trabajo asalariado, no fueron fragmentados. Estas tierras pasaron a patrimonio del Estado, lo que posibilitó la creación del sector agropecuario estatal, que contó ya desde entonces con el 40% de las tierras agrícolas del país (BARRIOS, 1984, p. 1984).

Entretanto, a primeira lei de reforma agrária, embora avançada, limitava-se aos marcos da lógica capitalista, respeitando a propriedade privada, pois expropriou apenas as propriedades acima de 406 hectares. Representou certamente um golpe às oligarquias rurais e às empresas norte-americanas, mas não mortal. Mais de um milhão e meio de hectares permaneciam concentrados em apenas 10 mil proprietários. Esses proprietários, contrários ao movimento revolucionário, sabotavam a produtividade e trabalhavam de várias formas contra a revolução. Por isso, se colocou a questão de avançar na expropriação ou ver o processo regredido. Diferentemente das demais experiências da América Latina, o governo cubano avançou sobre esse setor dos camponeses ricos, com objetivo de privar a contrarrevolução de sua base material de apoio.

Foi então que, em 3 de outubro de 1963, editou-se a segunda lei de reforma agrária. A nova medida nacionalizou todas as propriedades acima de 67 hectares e expropriou aqueles que não colaboraram com os planos de produção. Isso fortaleceu o setor agropecuário estatal e a aliança entre operários e camponeses pobres. Embora superficialmente apresentado o caso cubano, o objetivo foi de demonstrar que a condição para a efetivação da distribuição das terras para os camponeses pobres, o controle estatal da produção e a independência nacional perante os interesses estadunidenses, somente podem ser assegurados com a revolução permanente, uma vez que a resolução das tarefas de

reformas democráticas está condicionada pela neutralização do setor rico e médio do campo e pela expropriação dos capitalistas.

2.4.5 O MST e o Socialismo

Para o MST, é necessário superar as formas tradicionais de luta, desenvolvendo formas criativas de atuação política, que considerem os novos sujeitos e a diversidade existente entre o povo. Além disso, o conjunto de metas dos movimentos deve ser definido no processo de luta. O MST possui seus intelectuais orgânicos, que elaboram sua concepção acerca da reforma agrária. Como viemos afirmando, trata-se de um projeto cujo fundamento está no desenvolvimento do capitalismo, responsável pela incorporação das massas rurais, desenvolvimento do mercado interno e integração regional como formas de superação das desigualdades.

Isto é, no programa do MST não está contemplado um projeto socialista, mas de desenvolvimento nacional-burguês. Sendo assim, a elaboração teórica do Movimento pouco fala de socialismo, embora, em alguns documentos, apareçam como partidários de tal doutrina. Todavia, entendemos que o MST tem certa concepção da estratégia socialista e esta é a do PT, de maneira que vem seguindo as elaborações teóricas desse partido acerca do socialismo. De acordo com nossas observações, nos debates em que a liderança do MST é questionada sobre o tema sua resposta, invariavelmente, tem um conteúdo determinado – e esse conteúdo condiz com que os teóricos ligados ao PT expressam. Para elucidar nossa afirmação, recorreremos ao trabalho de Marco Aurélio Garcia, histórico membro do PT e que foi, diga-se de passagem, um dos palestrantes do último congresso do MST, expondo, a pedido da direção, essa sua visão de socialismo.

Como é definido por Garcia, coordenador das campanhas eleitorais de Lula em 1994, 1998 e 2006 e seu assessor especial.

Um programa socialista para o século XXI, diferentemente de outros no passado, não parte de uma meta construída a partir da qual se desenhará um caminho para atingi-la. Não se trata de um movimento teleológico. Sua única premissa: o capitalismo não é o fim da história e, portanto, coloca-se no horizonte, ainda que em forma imprecisa, uma sociedade pós-capitalista.

A diferença está em que o processo que conduz a essa sociedade é tão importante quanto o resultado (GARCIA, 2005, p. 18).

Sob essa mesma orientação, consideramos que a direção do MST rejeita, portanto, a precisão conceitual e a definição estratégica, alegando não acreditarem em nada que seja “pré-determinado”. Eduard Bernstein, teórico da socialdemocracia alemã e fundador do revisionismo marxista, sintetizava sua rejeição à estratégia socialista com a afirmação “*o movimento é tudo; a meta final, nada*”. Queria dizer que as táticas parlamentares, econômico-sindicalistas e associativistas, em suma, as lutas por reformas sociais tornaram-se prioridade, e mesmo fim último da luta dos socialdemocratas. Se o desenvolvimento “natural” dessas lutas desembocasse na criação do socialismo seria bom, caso contrário, também seria aceitável.

Nesse sentido, é sintomática a última passagem da citação acima. Marco Aurélio Garcia, cujas ideias são respeitadas e seguidas pela “socialdemocracia brasileira”, não chega a descartar – retoricamente – a estratégia socialista, mas eleva as reformas aos objetivos fundamentais da luta. Vemos que a rejeição da lógica elementar segundo a qual se determina que toda tática está submetida a alguma estratégia, obriga o pensamento a rejeitar a elaboração sistemática e claramente definida, do ponto de vista teórico e político. Assim, o que resta é se contrapor a qualquer crítica programática, taxando-a de “pré-determinada”.

Esse é o caso de Garcia, que não deixa de raciocinar e agir, de forma nada original, segundo o reformismo do final do século XIX, como se dissesse que seu coração é socialista, mas as disputas e correlações de forças da conjuntura obrigam o homem político a ser frio e pactuar com o diabo (com a burguesia). Essa lógica do governo em disputa, classes antagônicas se digladiando no interior do Estado e acúmulo de reformas constantes até se atingir o socialismo é parte integrante da teoria, da política e dos métodos do MST. Assim, as ideias do “novo socialismo” (abstrato) contemplam seus anseios de criação de uma nova estratégia para se alcançar a justiça social e a solidariedade entre os povos em um futuro indefinido.

Neste sentido a rejeição às bandeiras socialistas não é surpresa, pois o MST nunca as defendeu. A novidade neste aspecto reside na ideia de que a criação de governos populares, hegemonizados pelos trabalhadores, está em sintonia com a estratégia política do governo bolivariano da Venezuela, criado pelo coronel nacionalista Hugo Chávez. O MST passou a ser adepto da estratégia política bolivariana para as Américas, principalmente através das organizações internacionais que compõe, como a CLOC e a Via Campesina, pelas quais o MST aproximou-se das propostas do chamado "*socialismo do século XXI*".

O objetivo deste capítulo foi de expor e analisar as mais recentes alterações do programa do MST, mostrando como a substituição da “reforma agrária clássica” pela “reforma agrária popular” não alterou significativamente as táticas nem a estratégia do movimento, ao contrário do que a direção professou. Na próxima parte, vamos nos deter nas alterações da política econômica dos últimos anos e ver como tem impactado na postura do MST diante do governo.

3 O MST E OS GOVERNOS DO PT

Neste capítulo, começaremos com o período imediatamente anterior à eleição do Partido dos Trabalhadores (PT) para o governo federal, analisando a vinculação entre este e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) quando se encontravam no campo oposicionista. Em seguida, destacaremos alguns elementos acerca da alteração do programa agrário do PT.

Também analisaremos como foi tratada a questão agrária, por parte do governo, nos últimos anos e porque o MST, mesmo diante do refluxo da política de assentamentos, permanece apoiando o governo. Também fará parte deste capítulo a discussão sobre o bloco no poder durante o período, utilizando-se, principalmente, das contribuições de Armando Boito Jr., embora por vezes de forma crítica em relação a suas conclusões.

3.1 PERÍODO PRECEDENTE: O GOVERNO FHC (1995-2002)

A política econômica do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC) [1995-1998] deu continuidade àquela iniciada por Fernando Collor de Mello, ou seja, uma política de atração do capital externo, mediante a desvalorização cambial, redução das tarifas alfandegárias e cortes no fomento agrícola. Com relação ao orçamento destinado ao crédito rural, FHC ampliou os cortes. Desta forma, os anos de 1995 e 1996 apresentaram os menores índices orçamentários dos últimos 30 anos, como demonstram os valores que apresentamos a seguir na Tabela 3.

TABELA 2. Evolução dos recursos destinados ao crédito rural, de 1970 a 2002, em valores constantes em Reais (atualizados para 2002)

Ano	Valores constantes em Reais (R\$), ref.: 2002.	Nº índice	Ano	Valores constantes em Reais (R\$), ref.: 2002.	Nº índice
1969	15.267.528.123,00	100	1990	17.591.829.946,00	115
1970	18.216.902.123,00	119	1991	18.149.777.479,00	118
1975	66.417.867.918,00	435	1992	20.124.175.611,00	131
1979	76.970.765.290,00	504	1993	17.280.750.113,00	113
1980	73.609.930.121,00	482	1994	28.103.489.615,00	184
1981	63.846.695.783,00	418	1995	12.833.562.286,00	84
1982	61.827.249.227,00	404	1996	11.201.897.956,00	73
1983	46.671.495.017,00	305	1997	16.235.211.754,00	106
1984	28.507.370.940,00	186	1998	17.702.786.088,00	115
1985	40.651.848.708,00	266	1999	16.854.217.544,00	110
1986	60.619.065.204,00	397	2000	17.224.379.180,00	112
1987	47.786.131.389,00	312	2001	20.454.014.743,00	133
1988	33.720.413.528,00	220	2002	22.443.322.771,00	147
1989	30.792.589.302,00	201			

Fonte: COLETTI, 2006, p. 134. O autor faz a tabela com base nos dados do Banco Central do Brasil.

Como podemos verificar na mencionada tabela 2, acima, nos dados sobre a evolução dos recursos destinados ao crédito rural, a resposta à desaceleração econômica vivida no país a partir de 1974 foi dada mediante o investimento nas exportações agrícolas, com o governo ampliando significativamente os subsídios entre os anos 1975 e 1982. Durante a década de 1980 foi mantido o investimento, embora menor. No começo dos anos 1990 é drasticamente reduzido, voltando a crescer no segundo governo FHC.

Conseqüentemente, nesse período de baixo investimento em relação ao que tradicionalmente vinha sendo repassado para o setor, ocorre, segundo Guilherme Delgado a desvalorização da renda agrícola (DELGADO, 2005, p. 64-65). A redução do papel protecionista do Estado se expressa, em relação à agricultura, na diminuição de incentivos fiscais e créditos subsidiados, medidas acompanhadas da abertura da agricultura brasileira à concorrência internacional. Essa política de liberalização constrangeu a fração da burguesia agrária brasileira, que vinha se beneficiando das políticas de apoio governamental durante décadas.

A exposição da agricultura brasileira à concorrência internacional começou efetivamente em 1990/91, quando foi apresentado um cronograma de redução da tarifa média de um grupo de produtos agrícolas, de insumos e de equipamentos, que deveria cair, em três anos, de 32,2% para 14,2% (...).

Ademais, ao contrário do que ocorrera na década de 1970, quando o câmbio desvalorizado bloqueava a entrada de produtos concorrentes e favorecia as exportações agrícolas, com o Plano Real, a agricultura passou a se defrontar com uma política cambial que lhe era extremamente desvantajosa, pois facilitava a entrada de produtos agrícolas importados no Brasil, o que prejudicava os setores que produziam para o mercado interno, ao mesmo tempo em que barateava as exportações, contrariando, nesse caso os interesses da burguesia agrária exportadora, ligada ao “agronegócio” (COLETTI, 2006, p.138).

Como podemos conferir, a primeira metade da década de 1990 é desvantajosa para o agronegócio nacional. A desvalorização do preço da terra, acompanhada da redução de subsídios e incentivos fiscais, assim como o conseqüente endividamento do pequeno,

médio e grande produtor, foi o mecanismo através do qual se processou a transferência da renda do setor agrícola para o setor financeiro.

No que diz respeito à organização do poder político do Estado entre as diversas frações da burguesia, a fração agrária – assim como também a fração industrial – teve seu poder reduzido em relação ao capital financeiro, nacional e internacional no bloco no poder da formação econômico-social brasileira.

Essa situação econômica de desvalorização das terras, mantida até o final do primeiro governo, aliada à diminuição temporária da influência latifundiária no poder do Estado, criou melhores condições para estabelecer uma política de assentamentos, principalmente por meio da colonização e, em alguns casos, desapropriações.

Essas medidas foram ditadas pelo capital financeiro como solução para o acirramento da luta de classes no campo, liderada pelo MST. No primeiro governo FHC, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) foram assentadas, ou tiveram suas posses regularizadas, 284.228 famílias em uma área total de 12,8 milhões de hectares em 2.428 projetos de assentamentos (IPEA, 2003).

Embora estivesse em curso o fortalecimento da fração do capital financeiro em detrimento da agricultura brasileira, o governo tomou medidas para proteger os grandes proprietários de terras, como veremos. Por outro lado, em relação aos pequenos agricultores e aos movimentos sociais rurais, a política foi de ataque, cortando empréstimos e apoio logísticos aos primeiros e reprimindo intensamente os segundos. O presidente Fernando Henrique Cardoso argumentava que o problema dos sem-terra era pontual, de modo que a realização dos assentamentos estipulados acabaria com a demanda, e que o país caminhava para a modernização da agricultura, de maneira que o típico latifúndio estava em vias de desaparecimento e o fortalecimento dos laços com o mercado internacional impulsionaria a economia nacional.

Todavia, o prognóstico não se confirmou. Com exceção dos dois últimos anos de seu governo, o campo brasileiro foi palco de crescente luta pela terra e aumento dos conflitos agrários. Também a quantidade e qualidade do MST só aumentaram, estendendo sua organização para todas as regiões do país, consolidando-se como o mais notório

movimento rural e se projetando internacionalmente. A ampliação das atividades do Movimento e sua territorialização para os estados do Mato Grosso, Pará, assim como para o oeste paulista (Pontal do Paranapanema) e para as regiões de Brasília e seu entorno foram marcantes para o fortalecimento e consolidação do MST, que, sob o governo federal do PSDB, enfrentou duras reintegrações de posse, atropelamentos fatais, cercos em suas marchas, assassinatos cometidos por jagunços, massacres realizados pelo Estado e judicialização de sua luta (FERNANDES, 1999).

A intensificação dos conflitos e a conquista de algumas vitórias, entretanto, fazem saltar o número de ocupações por todo país, mas principalmente na região nordeste, como demonstram os dados sobre as ocupações de terras durante o primeiro governo FHC.

TABELA 3. Ocupações de terra (1995-1999)

Região/UF	Nº Ocupações	%	Nº famílias	%
NORTE	136	7.33	21.204	8.27
AC	10	0.54	540	0.21
AM	06	0.32	2.286	0.89
AP	0	0	0	0
PA	77	4.16	14.006	5.47
RO	21	1.13	3.525	1.37
RR	01	0.05	48	0.02
TO	21	1.13	799	0.31
NORDESTE	755	40.70	97.038	37.83
AL	83	4.48	13.528	5.27
BA	128	6.90	18.660	7.28
CE	22	1.18	2.090	0.81
MA	29	1.56	4.290	1.67
PB	63	3.40	7.751	3.02
PE	308	16.61	35.090	13.69
PI	23	1.23	2.694	1.05
RN	60	3.23	5.913	2.30
SE	39	2.10	7.022	2.74
CENTRO OESTE	323	17.41	48.155	18.77
DF	11	0.59	1.306	0.51
GO	114	6.14	10.585	4.13
MS	161	8.67	26.172	10.20
MT	37	1.99	10.092	3.93
SUDESTE	359	19.35	44.225	17.24
ES	29	1.56	4.754	1.85
MG	114	6.14	8.091	3.15
RJ	16	0.86	2.564	10.00
SP	200	10.79	28.816	11.24
SUL	282	15.20	45.845	17.88
PR	203	10.94	20.605	8.34
RS	26	1.40	18.009	7.02
SC	53	2.86	7.231	2.82
BRASIL	1.855	99.99	256.467	99.99

Fonte: FERNANDES, 199, p. 252. Dados extraídos de DATALUTA.

Em nossa análise do processo e de acordo com a tabela 3 acima, é nesse contexto de acirramento dos conflitos no campo e avanço dos movimentos que lutam pela reforma agrária que se aplica a política de assentamentos do período. O governo FHC processa uma alteração nas fontes de financiamento do crédito rural, em que a participação do Tesouro Nacional é reduzida. E a composição orçamentária passa a se dar através dos recursos da Poupança Rural, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)¹⁵ e Recursos Obrigatórios. Além de reduzir os gastos públicos e promover incentivos ao capital financeiro, como vinha ocorrendo desde o início da década¹⁶, o objetivo de sua política econômica foi de facilitar a incursão da iniciativa privada nas atividades de circulação das mercadorias agrícolas.

A alteração ocorrida no começo da década de 1990 na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) será plenamente efetivada nesse período. A PGPM tratava-se de uma política criada no governo de Getúlio Vargas no ano 1943 que consistia no financiamento da estocagem que, por motivos naturais ou de mercado, não puderam ser vendidos (Empréstimos do Governo Federal – EGF) ou na compra dessa produção a preço minimamente estabelecido, mesmo que o preço de mercado estivesse inferior (Aquisição do Governo Federal – AGF). Além da compra dos estoques, o governo se encarregava do transporte aos centros urbanos, sendo essa uma importante medida estatal de apoio ao produtor.

Ainda no governo Itamar Franco (1992-1994), a Lei 8.427 de 1992 alterou a política de proteção dos agricultores. A partir de 1995 e 1996 o governo reduziu seus estoques e cancelou a compra e transporte da produção, entregando “as tarefas de comercialização e de escoamento da produção agrícola à iniciativa privada” (COLETTI, 2006, p. 136). Com a “Lei Kandir” (Lei Complementar nº 87, de 1996), por outro lado, o governo transfere

¹⁵ A arrecadação do FAT se dá mediante contribuições ao Programa de Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

¹⁶ “Para aumentar a participação do setor bancário privado na concessão do crédito rural, sem prejuízo para essas instituições financeiras, o governo Collor sancionou, em maio de 1992, a Lei 8.427, que dispôs sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural. Segundo essa Lei, o Tesouro passaria a promover a „equalização“ das taxas de juros, ou seja, pagaria ao agente financeiro a diferença entre a taxa de juros do crédito rural concedido e a taxa de juros do mercado e evitaria, dessa forma, qualquer prejuízo ao banco que concedesse o crédito rural, pois teria seus recursos remunerados à taxa de mercado” (COLETTI, 2006, p. 135).

recursos públicos para a iniciativa privada e isenta o setor agroexportador do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Citamos que uma das formas de proceder à realização de assentamentos foi a desapropriação. Mas essa era a terceira medida. Prioritariamente as famílias eram assentadas em áreas de expansão das fronteiras agrícolas ou terras públicas¹⁷. Ainda assim, cabe salientar, em relação às indenizações aos grandes donos de terras desapropriadas, que o governo trabalhou com o custo fiscal e não de mercado, o que implicava na correção monetária das indenizações.

Como apresenta Delgado, um imóvel rural que teve preço de 100 em 1994, pelo critério de mercado valeria 60 em 1999. Pelo critério de desapropriação com correção monetária plena e juros de 6% ao ano, contudo, tal imóvel foi pago por equivalente a 141. Seu custo fiscal é mais do que o dobro de sua cotação de mercado. (DELGADO, 2005, p. 77).

Entre 1994 e 1999, como vemos, a redução do preço das terras chegou a 40%. Todavia, isso não acarretou em redução das indenizações, mas, ao contrário, significou uma forma vantajosa de se livrar das terras desvalorizadas e transferir capitais para outros setores.

A crise econômica dos países conhecidos como os Tigres Asiáticos¹⁸ de 1997 e da Rússia em 1998, resultante dos problemas políticos e econômicos da restauração capitalista em curso, fez despencar o preço das *commodities* (agrícolas, minerais e energéticas), obrigando o governo russo a decretar moratória. Essa situação de crise repercutiu em vários países, com maior ou menor intensidade. No caso do Brasil, o país se viu imerso em uma crise cambial, dado a desvalorização do real frente o dólar. Dessa forma, visando superar a crise de liquidez, o segundo governo FHC (1999-2002) retorna à política de exportações agrícolas e volta a incentivar o agronegócio. O déficit na conta corrente, resultante da

¹⁷ Outras formas de assentamentos foram mediante arrecadação e regularização fundiária.

¹⁸ Composto pelos seguintes países: Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong. Caracterizaram-se pela economia fortemente aberta para o mercado internacional, isenções de impostos às empresas estrangeiras e baixo custo da mão-de-obra. Tiveram elevados índices de crescimento econômico durante os anos 1980, mas, na década seguinte, entraram em crise.

interrupção dos fluxos bancários devido à crise monetária internacional, faz o governo recorrer aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) nos anos de 1999, 2001 e 2003. Mediante a retomada do setor primário-exportador e consecução de empréstimos, o objetivo foi de elevar as divisas a todo custo.

O fortalecimento político das frações burguesas ligadas às oligarquias agrárias locais, outrora enfraquecidas, e sua ascendência sobre o Estado ocorrerão em outro patamar. O agronegócio emergente tem maior participação das multinacionais estrangeiras, que passam a controlar, cada vez mais, os setores agroindustriais. A burguesia agrária brasileira torna-se, agora de forma mais acabada, parceira menor do capital estrangeiro, que avança rumo ao domínio dos ramos fundamentais da produção e comercialização agrícola.

Essa conjuntura implica em fustigação dos movimentos sociais por parte dos governos estaduais e federal – além de milícias particulares atuando na proteção das grandes propriedades rurais. Em 2000, o governo edita a Medida Provisória (MP) 2.02738, que proíbe a vistoria nos imóveis ocupados. Essa medida visava reverter o elevado número de ocupações daqueles anos e acabar com a tática do MST – com resultados positivos – de forçar as vistorias e as desapropriações mediante ocupações. O governo tratou também de legislar contra as famílias que participassem de ocupações, impedindo-as, através da Portaria/MDA/nº62 de 27/03/2001 de participar de futuros projetos de reforma agrária.

As medidas judiciais enfraqueceram o Movimento, que reduziu o número de ocupações e famílias envolvidas. Para se ter ideia, em 1998 houve 5.999 ocupações em todo território nacional. No ano seguinte, em que o governo criou a referida Medida Provisória, as ocupações caíram para 390. Em 2001, para 194 e em 2002, chegam ao baixo índice de 184 (CPT, 2002). Em decorrência da diminuição da pressão realizada, constata-se a redução dos números de assentamentos. Durante o segundo governo FHC foram 139.585 famílias assentadas, contando com 2.672 projetos de assentamentos, abarcando a área total de 9,2 milhões de hectares.

De acordo com os números oficiais, o governo do PSDB de 1995 a 2002 adquiriu 3.532 imóveis, equivalentes a 21 milhões de hectares, possibilitando assentar 540.704

famílias (60% na região Amazônica)¹⁹. A Contag, MST, CPT contestam esses números e contabilizam 266.998 famílias assentadas.

3.2 RELAÇÃO ENTRE MST E PT ANTES DA “ERA LULA”

O surgimento do MST, da CUT e do PT faz parte do mesmo fenômeno político, a saber, a retomada das mobilizações sociais, com o esgotamento da ditadura militar, em torno das reivindicações políticas e trabalhistas por décadas sufocadas, mas agravadas na década de 1980. A crescente inflação, a elevação do custo de vida e o aumento dos sem-terra e desempregados, bem como a necessidade do capital financeiro internacional de desmontar a ingerência estatal nas áreas econômicas, marcam um novo período na vida política brasileira. O PT com sua promessa de aprofundar a “redemocratização” que se vislumbrava e sua tese da possibilidade de atingir o desenvolvimento sustentável com distribuição de renda tornava-se, “naturalmente”, o partido do MST.

Entre 13 e 17 de dezembro de 1993, o MST realizou seu 7º Encontro Nacional, na cidade de Salvador, na Bahia. O Encontro aprovou o documento “Que Reforma Agrária Queremos”, uma proposta do Movimento aos candidatos presidenciais de 1994. Naquela ocasião, “os sem-terra também definem o apoio à candidatura Lula, por acreditarem, ser a única que, se vitoriosa, pode implantar um programa democrático – popular e realizar a reforma agrária” (*apud* FERNANDES, 1999, p. 240). Durante o 8º Encontro Nacional do MST realizado no ano 1996 e o 9º Encontro em 1999 foi mantida essa mesma linha.

Além da aproximação política e ideológica entre MST e PT, essas organizações atuaram conjuntamente em vários espaços, como por exemplo, no Fórum Nacional de Reforma Agrária, em que o PT participou através de sua Secretaria Agrária, da CUT e de outros movimentos que compunham o Fórum como, por exemplo, o Movimento Nacional pelos Direitos Humanos (MNDH). De fato, foram vários os militantes do MST que participaram da fundação do PT – e vice versa. Parecia evidente, para a maioria dos

¹⁹ Ariovaldo Umbelino de Oliveira fala em um total de 490 mil famílias assentadas (até 2000), sendo 62% na região amazônica, 22% no Nordeste, 10% no Centro-Sudeste e 6% na região Sul (OLIVEIRA, 2007, p. 143).

militantes envolvidos neste processo, que o programa de reforma agrária do MST, com a eliminação do arcaico latifúndio e ativação de um portentoso mercado interno, estava destinado a ser cumprido pelo PT que, com sua eleição, criaria um governo democrático e popular, modernizando o país e realizando a reforma agrária.

Podemos conferir essa afinidade na afirmação seguinte, de João Pedro Stédile, líder nacional do Movimento e filiado ao PT.

A proposta de reforma agrária do PT também esteve muito próxima a do MST. Algumas vezes até mais radical. Lembro-me de uma vez em que José Gomes da Silva, membro da Secretaria Agrária Nacional do PT, defendeu enfaticamente que as propriedades rurais deveriam ser limitadas a um tamanho máximo de 500 hectares. Nossa proposta era de que esse limite fosse de mil hectares. Há uma proximidade quase natural entre um movimento com características popular, sindical e política, e a proposta política de um partido da classe trabalhadora. Essa proximidade nunca prejudicou a autonomia das duas organizações. Nunca misturamos as bolas. Eventualmente, em um ou outro lugar em que essa autonomia foi prejudicada, em que pessoas tenham se desviado da luta ou em que o PT não tenha assumido a luta pela terra, isso trouxe prejuízo para os dois lados. Ou o MST fracassou, ou o PT fracassou (STÉDILE *apud* FERNANDES, 1994, pp. 36-37).

Como podemos notar a afinidade entre as duas organizações não é conjuntural, mas remonta às suas origens políticas e organizativas²⁰ comuns. Durante os anos 1980, várias lideranças do MST concorreram aos cargos de vereadores e deputados pela legenda do PT. Um bom exemplo dessa relação “orgânica” entre PT e MST é o caso do deputado Adão Pretto, do Rio Grande do Sul.

Membro fundador do MST no estado gaúcho, Pretto era então filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Conforme avançou a convicção no interior do Movimento acerca da necessidade de lançar seus representantes nas disputas eleitorais, foi estabelecido que o partido que mais se aproximava do ideário de reforma agrária tal como entendido pelo MST era o PT. Dessa forma, Adão Pretto desfilia-se de seu antigo partido e elege-se

²⁰ Outros expressivos dirigentes nacionais do MST e membros do PT são João Paulo Rodrigues e Jaime Amorim, tendo este último sido candidato a deputado estadual pelo PT em Santa Catarina.

deputado estadual pelo PT em 1986, passando a compor a frente parlamentar ligada aos movimentos sociais rurais.

Nesta eleição de 1986 o PT elegeu quatro deputados estaduais, Adão Preto, o professor e ex-presos político Raul Pont, o militante das Comunidades Eclesiais de Base Selvino Hecke e o bancário e sindicalista José Fortunatti. Para a Câmara Federal foram eleitos Olívio Dutra e Paulo Paim, com Tarso Genro como 1º suplente e Antônio Marangón como 2º suplente. Alcides Modesto elegeu-se deputado estadual na Bahia, no Paraná Pedro Teneli, e em SC, Luci Choinacki, todos pelo PT e ligados a movimento rurais. Mais tarde irão compor o núcleo agrário da Câmara Federal, juntamente com Adão Preto (GODOY, 2014, p. 50).

Em 1990 Adão Preto elege-se deputado federal, sendo reeleito para mais quatro mandatos. Como parlamentar da Câmara Federal, se opôs aos governos Fernando Collor de Melo e Itamar Franco, defendendo as pautas do Movimento e denunciando a criminalização dos sem-terra. Durante os governos do PSDB, fez uma oposição propositiva, “construtiva”, criticando as posições do então ministro do desenvolvimento agrário Raul Jungmann, mas elogiando o presidente FHC quando este tomava medidas reivindicadas pelo MST, como por exemplo, quando vinculou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ao gabinete da presidência (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2010)²¹. Portanto, a tática política do MST de lançar candidatos pela legenda petista remonta aos anos 1980 e se mantém na atualidade, constituindo-se em importante elemento de manutenção de apoio do MST às diretrizes dos governos petistas.

²¹ Outros parlamentares petistas vinculados ao MST no período anterior às eleições do PT ao governo federal são Dr. Rosinha do Paraná (eleito vereador em Curitiba em 1988. A partir de 1994 vincula-se às causas dos sem-terra e, depois de dois mandatos como deputado estadual, é eleito deputado federal em 1998); Padre João (embora tenha sido eleito deputado estadual por Minas Gerais em 2002, destacamos sua militância petista desde os anos 1990. Foi candidato a prefeito de Ouro Branco em 2000 e passou a exercer importante influência sobre os vereadores do PT eleitos naquela cidade); Dionilso Marcon, eleito deputado estadual pelo Rio Grande do Sul em 1998 e reeleito por mais dois mandatos; dentre outros.

3.3 O PROGRAMA AGRÁRIO DO PT

A base da política agrária dos governos do PT tem sido a ampliação da produção primária voltada à exportação, pois esta é a principal fonte para entrada de divisas. Seria essa política aplicada pelo PT – e seus aliados – um desvio de seu “*programa original*”, correspondendo ao que “foi possível” realizar, dada a correlação de forças existente ou, pelo contrário, o desenvolvimento necessário de um programa socialista democratizante?

Nas eleições presidenciais de 1989, o PT lançou, como parte do programa de governo, sua concepção acerca de como solucionar o problema agrário brasileiro (STÉDILE, 2005, p. 181). A reforma agrária é tomada como indispensável para construção de uma sociedade justa e democrática, incorporando milhões ao mercado e à cidadania, lançando as bases para um novo padrão de desenvolvimento da economia nacional. Tal democratização passaria pela luta contra o monopólio da terra, do poder e dos direitos por parte dos grandes proprietários.

Não fez parte de seu programa político a expropriação da grande propriedade em geral, mas especificamente as áreas ociosas (165 milhões de hectares, à época), de modo que, pela vastidão do território, foi justificada a possibilidade de democratização da terra em coexistência com o latifúndio e o agronegócio, que seriam compelidos, por pressões econômicas, a colaborar com o governo e com a reforma agrária.

A defesa da harmonização entre a pequena, média e grande propriedade é a essência da tese petista para solucionar o problema agrário brasileiro, como podemos notar em seu próprio programa de 1989.

Como complemento à política econômica de distribuição de renda, a prioridade do novo modelo agrícola será a produção voltada para o mercado interno. Alimentar adequadamente toda a população e abastecer as indústrias brasileiras com matéria-prima é a grande meta, que não é incompatível com a busca de excedentes exportáveis (...). Crédito, investimentos e infra-estrutura, assistência técnica, garantia de comercialização e seguro agrícola serão garantidos aos pequenos e médios produtores, *ficando para os grandes o “livre mercado”* (PT apud STÉDILE, 2003, pp. 18384, *grifo nosso*).

Ao ser eleito, Lula não contrariou os interesses da grande propriedade agrária. Todavia, sustentamos que seu governo não realiza uma ruptura programática com o seu projeto original sobre a questão agrária. As diferenças são de graus, pois a coexistência entre as formas de propriedade já estava assinalada como uma política eficaz, sendo que a alteração principal foi a prioridade dos investimentos dada à grande propriedade, em função da adequação de sua política a continuidade e consolidação do caráter agroexportador do país. Embora a política de crédito, assistência técnica e infraestrutura estejam aquém das necessidades dos pequenos agricultores, o governo a classifica como vitoriosa.

Em entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili, realizada em 14 de fevereiro de 2013, o já ex-presidente Lula justifica o acerto de seu governo de forma que não destoava essencialmente do programa político em que concorreu à presidência pela primeira vez. Segundo ele, seu governo foi altamente positivo. Se avaliarmos do ponto de vista das necessidades vitais dos trabalhadores – disse o próprio Lula – ainda estamos muito aquém, mas se comparado com os demais governos anteriores, seu período foi um dos melhores da história (SADER; GENTILI, 2013).

Segundo Lula, em seu governo foram quebrados alguns tabus, como em relação à sua política econômica de exportação e simultaneamente de desenvolvimento interno, pois “durante essa década, aumentamos o nosso comércio exterior e o nosso mercado interno sem que isso resultasse em conflito” (SADER; GENTILI, 2013, p. 10). Dessa forma, observamos em sua justificativa a tese da viabilidade da coexistência entre a pequena e média produção voltada para o mercado interno e a grande produção encarregando-se do mercado externo. Talvez uma alteração importante seja que, diferentemente do que seu programa de 1989 sustentava, a viabilidade do modelo agroexportador baseado na grande propriedade se deu mediante o financiamento público.

Em seu 3º Congresso, realizado em 2007, o PT reafirmou o compromisso com a reforma agrária, por entendê-la como central para o desenvolvimento do Brasil, na medida em que esta é “condição fundamental para a geração de trabalho, distribuição de renda, democratização da sociedade, promoção da justiça no campo, ocupação equilibrada do

território e para o uso sustentável dos recursos naturais” (PT, 2007, p. 73). Em sua resolução sobre a reforma agrária, o partido descreve o caráter conservador da modernização promovida no período militar, denuncia o latifúndio e suas consequências, como escravidão e assassinatos no campo.

Após fazer o diagnóstico da “barbárie” em que se encontram os pobres do campo, a Resolução Agrária do mencionado Congresso petista de 2007 afirma que a responsabilidade das mazelas no meio rural brasileiro é do governo de FHC, que sucateou o INCRA e que desenvolveu uma política de criminalização dos movimentos sociais. Finalmente, como conclusão política, advoga que a vitória eleitoral de Lula representou avanço, pois elaborou o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e investiu na agricultura familiar, além do que iniciou um processo de recuperação do INCRA.

Para quem lê as resoluções programáticas do PT, fica claro que o partido se esforça em justificar a possibilidade de se governar para “todos” e aposta nas políticas públicas e nas eleições como forma de superar o atraso no campo. Entretanto, os dados acerca dos conflitos e da concentração fundiária, com plena anuência do Estado dirigido pelo PT – certamente que em aliança com outros partidos, principalmente o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – mostra a impossibilidade de governar em nome dos “interesses gerais” dos brasileiros, independentemente de suas divisões em classes, frações de classes e camadas, cabendo ao PT se aliar aos “responsáveis históricos” pelos problemas nacionais, como os mais conservadores setores da oligarquia latifundiária, mas também com o agronegócio e com as multinacionais.

3.4 A QUESTÃO AGRÁRIA SOB OS GOVERNOS DO PT

O Partido dos Trabalhadores (PT) vence as eleições de 2002. Segundo o cientista político da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Armando Boito Jr., o faz sob a variante da estratégia da frente popular, em aliança com setores da fração interna da burguesia brasileira, (BOITO, 2005). A estratégia de frente popular foi uma política

aprovada pelo VII Congresso da Internacional Comunista, estalinizada, realizado em Moscou em 1935, pressupõe a aliança do proletariado com frações liberais e nacionalistas da burguesia, e em geral assume uma retórica de esquerda, se apoia nas organizações populares, mas quem dirige econômica e politicamente a frente é a burguesia.

Historicamente, essa estratégia foi aplicada pela primeira vez em 1935 na França, elegendo Léon Blum para primeiro-ministro, porém, mantendo-se no poder por apenas três anos. Na América Latina, a primeira experiência neste sentido foi a frente popular do Chile, que elegeu Pedro Aguirre Cerda, em 1938.

Nas eleições de 2002, Lula recebeu para sua campanha presidencial, o apoio de velhos partidos oligárquicos, como o já mencionado PMDB, mas também o Partido Liberal (PL), o Partido Progressista (PP), o Partido da Mobilização Nacional (PMN), além do estalinista Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Além disso, grandes conglomerados capitalistas financiaram a campanha, como a Camargo Correia, OAS, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Odebrecht, Itaú, Unibanco, Alvorada, BMG, além de empresas de mineração e metalurgia, como a Caemi e a Companhia Metalúrgica Prada, de engenharia e construção, como UTC Engenharia, Christiani Nielsen Engenharia, Galvão Engenharia, Veja Engenharia Ambiental, Serveng Civilsan, do ramo de produção de bebidas, como Recofarma e agronegócio, Vale Fertilizantes, Klabin, Fosfertil, Suzano Papel e Celulose, Aracruz Celulose e Braskem.

Durante a campanha eleitoral, e, posteriormente, o governo de Lula recebeu também a adesão de organizações do movimento sindical, entre elas, a CUT, do movimento estudantil através da União Nacional dos Estudantes (UNE), de diversos movimentos sociais e populares, além do MST.

Lula ascende ao poder no momento em que há milhares de famílias sem-terra acampadas, aguardando a reforma agrária. Somente nos dois primeiros anos de governo (2003 e 2004), houve 1.277 ocupações de terras. O Ministério da Agricultura é entregue para João Roberto Rodrigues, histórico representante do agronegócio. Por outro lado, o governo nomeia Marcelo Rezende para presidir o INCRA, e o MST e a Contag indicam nomes para cargos do segundo escalão, passando a exercer influência sobre o órgão.

Na formação de sua primeira equipe ministerial, Lula garante que os ministérios econômicos fiquem sob o controle quase que direto do capital financeiro, nomeando homens comprometidos com a continuidade da diretriz econômica de então. É o caso do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles e do ministro da fazenda Antônio Palocci. Os outros dois principais cargos econômicos são destinados para a representação do empresariado ligado à burguesia interna²², na figura de Luiz Fernando Furlan, no Ministério da Indústria e de Guido Mantega no Ministério de Planejamento. Embora este último não seja o representante orgânico do empresariado, suas ideias econômicas supostamente “desenvolvimentistas” ou “neo-desenvolvimentistas” agradam a mencionada burguesia interna. Os ministérios menos importantes, assim como os novos, são repartidos entre os aliados, incluído os setores trabalhistas, sociais, agrários e das oligarquias regionais, como o ministério do Desenvolvimento Agrário chefiado por Miguel Rossetto, e o ministério da Integração Regional, entregue a Ciro Gomes, principalmente para acomodar os interesses das oligarquias nordestinas.

A vitória de Lula eleva as expectativas, aumentando as ocupações e as resistências dos fazendeiros. A direção do INCRA, pelos seus vínculos com a CPT e MST, se recusa a tratar os conflitos no campo como caso de polícia. Simultaneamente o INCRA desenvolve projetos e ações para atender os estados mais pobres do país. Durante a Conferência da Terra, realizada em Brasília, em novembro de 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o INCRA lançam o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), contando com o apoio do MST e com a participação na sua elaboração de importantes

²² Burguesia interna é o conceito criado por Poulantzas para definir as frações de classe da burguesia que se encontram em posição intermediária entre a burguesia compradora (que não possui base própria de acumulação capitalista e, portanto, atua como agente do capital imperialista) e a burguesia nacional (que possui base própria de acumulação e, como tal, possui atritos com o capital externo, chegando, em determinados momentos, a se aliar ao proletariado em defesa dos interesses nacionais). A burguesia interna oscila entre essas duas posições. Possui base de acumulação, mas também laços de dependência com o imperialismo. Por vezes tenta conter o avanço do imperialismo, porém, necessita deste para garantir a reprodução capitalista em seu país.

intelectuais da esquerda, reconhecidos estudiosos da reforma agrária, como Plínio de Arruda Sampaio e Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

A meta do Plano foi de beneficiar mais de um milhão de famílias e criar mais de dois milhões de empregos objetivo a ser cumprido até o final do governo.

Suas metas representam a realização do maior plano de reforma agrária da história do Brasil. Até o final de 2006 serão 400 mil novas famílias assentadas; 130 mil famílias terão acesso a terra por meio do crédito fundiário e outras 500 mil adquirirão estabilidade na terra com a regularização fundiária. São mais de 1 milhão de famílias beneficiadas e mais de 2 milhões de novos postos de trabalho gerados (BRASIL, 2003, p.05).

Esses objetivos, como teremos oportunidade de conferir na Tabela 5 mais à frente, não foram cumpridos.

Embora o governo não estivesse realizando o plano estipulado, o país estava se beneficiando com o miniciclo de crescimento econômico mundial no período 2002-2005, principalmente pela alta do preço internacional das *commodities*. Durante a primeira presidência do PT, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 0,5% em 2003, 4,9% em 2004, 2,3% em 2005 e 3% em 2006²³.

Com o crescimento econômico, foi possível aumentar os recursos destinados a um programa de importância particular para o MST, que é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), pois este programa, além de se propor a desenvolver políticas de alfabetização – a educação dos camponeses é tida como elemento basilar dos princípios do MST – também busca auxiliar projetos educacionais voltados para as particularidades da realidade dos acampados e assentados.

Desde sua criação o Pronera vinha contando com baixo orçamento. Durante os governos Lula têm seus recursos estendidos significativamente, passando segundo Clarice

²³ O governo procedeu a uma revisão metodológica na forma de apreciar os indicadores econômicos, de maneira que, segundo essa nova abordagem, o crescimento do PIB foi 1,1% em 2003, 5,7% em 2004, 3,2% em 2005 e 4% em 2006.

dos Santos, então coordenadora nacional do Pronera, de 9 milhões em 2003 para 70 milhões em 2010 (SANTOS, 2010). Esse processo aproxima o MST das Universidades, através das parcerias com os Institutos Federais (IFs) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Essa relação, por sua vez, atua como uma forma de compensar a incapacidade de realização da reforma agrária por parte do governo, constituindo em um importante fator de manutenção do apoio do Movimento ao governo.

Paralelamente, a burguesia agrária reage às indicações e às ocupações de terras. Nesse período, os fazendeiros exibem suas milícias armadas particulares e ameaçam “garantir a ordem no campo”. Embora não estivesse armado, o MST e demais movimentos estavam intensificando as ocupações, por isso, a expectativa foi mesmo de uma guerra civil no campo. Todavia, o MST espera a ação do governo, que age, mas não em seu favor.

Diante da força econômica e parlamentar do agronegócio, o Planalto se vê obrigado a ceder, exigindo o mesmo do MST. O apoio ao agronegócio e contenção do movimento camponês é exigido pelo conjunto da burguesia, cujos setores fundamentais apoiaram Lula.

Esse apoio, que outrora se justificou como condição para vitória eleitoral, deve ser mantido agora pela necessária governabilidade. Lula demite Marcelo Rezende e sua equipe, substituindo-o por Rolf Hackbart, figura de inteira confiança do governo e do agronegócio. Dessa forma, antes mesmo de completar o primeiro ano de mandato, o governo petista atenua as ações voltadas aos pobres do campo. Em 2003 são criados 327 assentamentos, envolvendo 29.553 famílias, como podemos verificar muito abaixo dos números de assentamentos rurais que foram prometidos pelo governo.

TABELA 4. Criação de assentamentos rurais (2003-2012)²⁴

Ano	Ocupações de terras	Famílias em ocupações	Nº de Assentamentos criados	Nº de Famílias assentadas	Área Total (ha)
2003	555	92.883	327	29.553	5.290.618
2004	702	118.225	498	44.548	5.371.812
2005	569	73.283	1.056	124.040	14.523.107
2006	553	58.717	412	53.878	4.104.033
2007	533	69.484	147	31.236	885.784
2008	261	26.087	322	28.432	4.114.287
2009	391	37.075	229	23.139	4.616.065
2010	184	16.936	212	12.541	1.823.623
2011	226	25.369	111	6.318	1.902.884
2012	253	23.145	117	4.854	317.597

Fonte: Elaboração própria, com base nos Relatórios DATALUTA Brasil.

Em 2005, o índice de criação de assentamentos se eleva significativamente, atingindo a marca de 1.056, transferindo terras para 124.040 famílias. Porém, a partir

²⁴ Tabela elaborada com base nos relatórios anuais da rede DATALUTA e na sistematização de Eduardo Girardi (2008) que, porém, limitava-se ao ano de 2006. Entre os relatórios consultados, houve disparidade de informações em relação ao número de famílias e de assentamentos. Optou-se em trabalhar com os dados atualizados de 2012.

daquele ano, entra em queda irrecuperável. Em ritmo diferente, mas na mesma direção, a pressão dos movimentos camponeses através das ocupações diminui.

Para o governo, as políticas públicas voltadas aos pobres não poderiam se contrapor ao agronegócio e ao capital financeiro. Dessa forma, o carro chefe das políticas sociais não se refere a nenhuma reforma na estrutura econômica do país, mas concentra-se nos programas assistencialistas Bolsa Família²⁵ e Fome Zero²⁶. Desde que mantendo a política econômica ditada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) o capital imperialista estava de acordo com tais políticas. Inclusive, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) dispuseram alguns bilhões de dólares para o assistencialismo do Programa Fome Zero.

O compromisso de Lula em elevar o superávit primário de 3,5% no último governo de FHC para 3,75% em 2003 foi mantido. Ou melhor, a taxa do orçamento público destinada para pagar a dívida pública foi mais elevada do que o esperado, atingindo 4,25%, correspondente a R\$ 68 bilhões. O Presidente da República alega ser necessário acatar as violentas medidas para evitar uma ação do mercado financeiro (credores, investidores, etc.) que levasse à quebra do país, como foi o caso da Argentina entre 1999 e 2001.

Sendo assim, o governo Lula se colocou por seguir rigorosamente as metas do FMI, de modo que seu primeiro governo se caracterizou por orientar o Estado a proteger os interesses do capital imperialista e dos banqueiros nacionais. A manutenção do elevado montante orçamentário destinado ao capital financeiro é um indicador da afirmação realizada, como apresentamos na Tabela 5.

²⁵ O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado no início do governo Lula e tem por objetivo combater a miséria extrema. Sua estruturação se deu a partir da ampliação do programa “Bolsa Escola” e sua unificação com outros programas de FHC, como o “Vale Gás” e “Cartão Alimentação”.

²⁶ Fome Zero é um programa do governo federal que foi criado em 2003, em substituição ao Programa Comunidade Solidária, criado por FHC em 1995. O objetivo do programa é combater a fome, realidade vivida por milhões de brasileiros.

TABELA 5 – Taxa dos recursos reservados ao Superávit Primário (2003-2006)

Ano	Orçamento público (%)	Valor em Reais
2003	4,25	68 bilhões
2004	4,6	81,1 bilhões
2005	4,84	93, 505 bilhões
2006	4,3	90,144 bilhões

Fonte: elaboração própria.

Como se verifica na Tabela 5, a capacidade de investimento público nas políticas sociais é comprometida. Sob a política econômica adotada, o Tesouro Nacional abre mão de investir bilhões de reais anualmente. Assim como no governo anterior, as exportações – principalmente de produtos naturais e industriais de baixa densidade tecnológica – são incentivadas para elevar a receita. Neste sentido, o setor agroexportador é prioritário para os incentivos econômicos.

Todavia, a arrecadação com as exportações não é revertida em investimento interno, dada a política de elevado índice superavitário.

Vimos que o governo FHC-2 e o governo Lula dependeram diretamente do agronegócio que é o setor realmente superavitário nas trocas com o exterior. O Ministro da Agricultura do governo Lula está atento, zelando para que nada perturbe a evolução do agronegócio. A entrega da floresta amazônica a madeireiras internacionais parece ser o novo lance do governo para aumentar as exportações – o projeto de lei para a criação das chamadas Flonas indica isso. A queda no ritmo de assentamentos rurais verificada na passagem do governo FHC para o governo Lula dá bem uma mostra do preço que o governo atual deve pagar pela sua corrida às exportações (BOITO, 2005, p. 73).

Como vemos por Armando Boito Jr., a referida imposição econômica foi um fator de extrema importância para conter as políticas de assentamentos. Outro elemento que

enfraqueceu a autonomia do poder executivo foram os escândalos de corrupção que explodiram no primeiro mandato de Lula, amplamente divulgados pela mídia, conhecidos como “mensalão”. As denúncias envolvendo os nomes de José Dirceu e José Genoíno, acusados de compra de votos de parlamentares para aprovação de leis e da Reforma da Previdência, além de denúncias contra Delúbio Soares e Silvio Pereira, fazem com que a cúpula governamental se aproximasse cada vez mais das velhas oligarquias políticas.

A crise política instaurada empurrou o PT para o lado de partidos e políticos fisiologistas e demais representantes da política “tradicional”. A justificativa residiu na necessidade de obter a mais ampla coligação possível com setores da oligarquia para garantir a governabilidade. O governo reconhece explicitamente a necessidade de atrair partidos e frações de partidos que historicamente comandaram o poder do Estado. É assim que o então presidente do Senado, José Sarney aproxima-se do governo e o PMDB se fortalece. A tese de que a eleição de Lula abriria caminho para uma nova hegemonia das forças progressistas da sociedade rumo à desoligarquização da política não se comprova.

As frações internas da burguesia estão centralizadas sob as diretrizes do capital financeiro internacional no bloco no poder brasileiro. E as forças sindicais e populares, centralizadas a partir do governo. Esse é o fundamento do “Pacto Social” do primeiro governo Lula. Para incorporar as mais diversas forças que fizeram parte da frente que o elegeu, assim como para incorporar outros setores como, por exemplo, a Força Sindical, foi criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Neste “canal de negociação” os representantes sindicais e da “sociedade civil” poderiam participar da formulação da política econômica do governo, ao lado dos industriais, banqueiros e do agronegócio. O CDES tem por objetivo conciliar as classes antagônicas e aparar as arestas entre frações divergentes.

As frações de classe burguesas que apoiaram o PT esperavam que Lula mantivesse a política de abertura ao capital financeiro. Contudo, os setores internos contavam com medidas de proteção, para facilitar seu desempenho diante da concorrência externa. Esse setor (industrial, comercial e agrário) ficou descontente com a política de alta dos juros,

pesada carga tributária e perigo de recessão. Todavia, não se tratou de uma ruptura da aliança, mas das disputas interburguesas em torno dos recursos públicos (BOITO, 2005).

O vice-presidente José Alencar, importante industrial do ramo têxtil, personifica a aliança do PT com a burguesia, que estava descontente com os rumos da política adotada, exigindo proteção diante do capital externo e das reivindicações dos setores trabalhistas e populares. No final de seu mandato, Lula vê as disputas entre as frações se acirrarem devido aos impasses econômicos. Do ponto de vista político, os escândalos e a exigência de impeachment por parte da oposição fazem com que Lula estreite relações com as oligarquias regionais e com setores da burguesia brasileira, como a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) que, por meio da Revista da Indústria, seu órgão de imprensa, sai em defesa do governo. Tais condicionantes vão pressionar no sentido da alteração da política econômica do primeiro período (BOITO, 2010).

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) contra o MST foi importante para desgastar o governo e criminalizar o Movimento. Durante a CPMI da Terra, instalada em 2005, a oposição questiona os repasses para a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), em 2003 no valor de 267 milhões e de 7.868 milhões em 2004. Assim também como os valores de 1.186 milhão em 2003 e 2.578 milhões em 2004 para a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), ambas organizações ligadas ao MST (BRASIL, 2005, p. 203). Essa movimentação parlamentar ocorre no sentido de bloquear o apoio financeiro obtido pelo MST junto ao governo.

Segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, referindo-se ao papel desempenhado pelo INCRA, após um curto período de tentativa de mudança em sua linha de atuação, volta a cumprir a função que desempenhava sob FHC e governos anteriores, isto é, de criar assentamento a partir da pressão dos movimentos, mas sem traçar nem executar uma política de reforma agrária como parte do desenvolvimento macroeconômico nacional (OLIVEIRA, 2010).

Assim, a promessa de Lula de apaziguar o conflito agrário e por em andamento a reforma agrária não ocorre. O que ocorreu, afirma Boito Jr., foi um melhor posicionamento

da burguesia interna no bloco no poder, porém, sob as linhas gerais da política econômica que privilegiou o capital financeiro (BOITO, 2005).

O segundo mandato de Lula (2006-2010) ocorreu em meio ao avanço da crise mundial, a partir de 2008. O PIB mundial sofreu uma drástica queda, passando de 5,2% em 2007 para 3% em 2008, -0,6% em 2009 e 4,8% em 2010. A retração internacional atingiu o Brasil e as margens de manobra do governo Lula foram reduzidas. Durante o período, o PIB brasileiro caiu de 5,1% em 2008 para -0,6% em 2009, tendo uma alta, em seguida, de 7,5% em 2010.

Com relação às medidas agrárias, o governo é marcado pela diminuição dos assentamentos e do desenvolvimento de programas voltados para assistência técnica aos camponeses e pequenos agricultores. Por um lado, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) terá ampliação de seus recursos, passando de 2,2 bilhões de reais e 900 mil contratos em 2002 para 9 bilhões reais e 1,7 milhão de contratos em 2005. Isso vai animar o movimento camponês, qualificando a medida como um salto positivo em relação aos governos anteriores. Por outro lado, as exportações de produtos primários aumentam, e o chamado agronegócio ganha mais influência e apoio do governo. Com relação à política econômica, os interesses do setor financeiro seguem sendo atendidos no segundo governo Lula.

TABELA 6 – Taxa dos recursos reservados ao Superávit Primário (2007-2014)

Ano	Orçamento público (%)	Valor em Reais
2007	3,98	101,6 bilhões
2008	4,07	118 bilhões
2009	1,21	39,2 bilhões
2010	2,78	101,696 bilhões
2011	3,11	128,71 bilhões
2012	2,39	105 bilhões
2013	1,9	91,3 bilhões
2014	1,9 ²⁷	-

Fonte: elaboração própria

Como vemos na destinação do percentual voltado para o superávit primário, entre 2008 e 2009 ocorre uma importante diminuição dos recursos, que volta a se elevar em seguida. Tais oscilações não alteram o fato de que a destinação de bilhões de reais ao capital financeiro compromete a capacidade de investimento. O que configura uma política que segue, em última instância, as exigências do capital financeiro internacional, que se beneficia com o cerceamento da capacidade de desenvolvimento das forças produtivas brasileiras.

Sobre a postura da burguesia interna em relação à política econômica do governo, nos apoiamos, até agora, nas análises feitas por Armando Boito Jr. que, para entender a postura das frações da burguesia brasileira utiliza-se dos conceitos de bloco no poder de Nicos Poulantzas. Ao analisar o segundo e terceiro governo do PT, porém, Boito Jr. altera sua interpretação sobre o bloco no poder na formação econômico-social brasileira. Em suas primeiras análises do governo Lula, o melhor posicionamento da burguesia interna não

²⁷ O percentual de 1,9% refere-se à projeção realizada pelo Ministério da Fazenda para o ano de 2014.

implicou, segundo Boito Jr., em declínio da hegemonia do capital financeiro (BOITO, 2005). Contudo, ao observar a diminuição momentânea do superávit primário durante os governos petistas que se seguiram ao primeiro, assim como algumas outras medidas, o autor declara que a hegemonia passou para a burguesia interna, em detrimento do capital financeiro estrangeiro. Para o autor, não se trata de afirmar que as referidas frações internas são anti-imperialistas, todavia, se organizam para fazer frente ao capital externo, impondo limites ao imperialismo (BOITO, 2010, p. 68 e 75).

O governo, ao atender as reivindicações das frações internas do capital industrial, agrário e comercial, passa a expressar os seus interesses de classe, de modo que a burguesia interna torna-se hegemônica. Dessa forma, segundo Boito Jr., o governo Lula – e posteriormente Dilma Rousseff – opera uma importante mudança em sua linha macroeconômica, passando a por em prática um projeto econômico neodesenvolvimentista. Eis as medidas que justificariam tal assertiva.

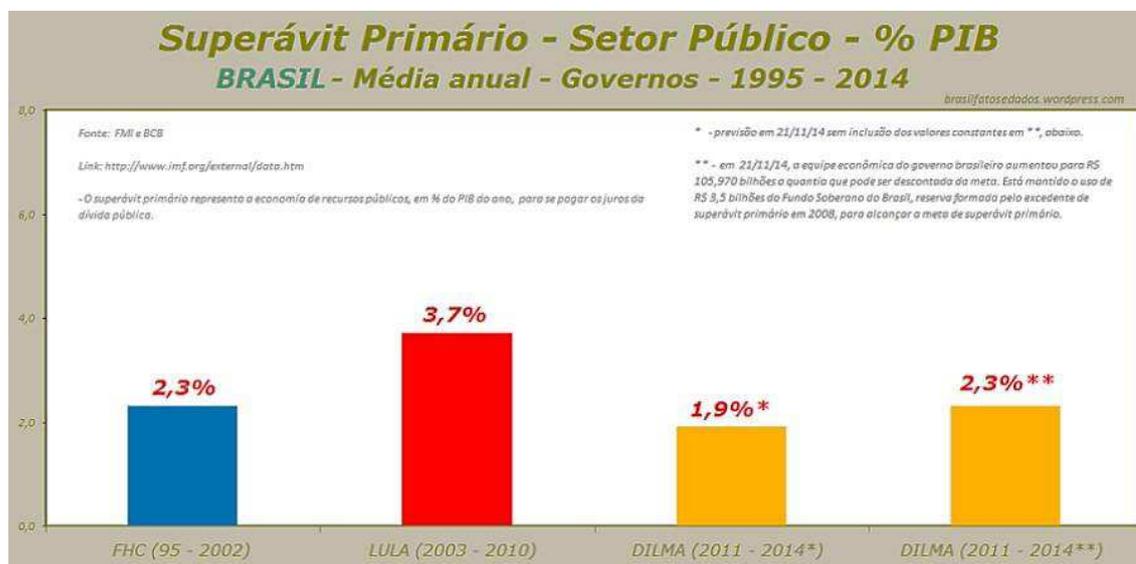
“Esfriamento” das negociações sobre a ALCA; fortalecimento da diplomacia e das relações econômicas Sul-Sul; congelamento das privatizações; o fortalecimento das empresas estatais remanescentes; expansão do orçamento e novo papel do BNDES (programas de créditos especiais) na formação de poderosas novas empresas brasileiras. Essas medidas, muitas vezes, entram em choque com a burguesia compradora e com o capital financeiro internacional (BOITO, 2010, p. 80-1).

Analisando as publicações da Revista da Indústria, periódico da FIESP, bem como da relação de seu presidente Paulo Skaf com o governo federal, Boito Jr. afirma que o governo Lula é um representante político da grande burguesia interna. Do ponto de vista ministerial, a substituição de Palocci (monetarista) por Mantega (“desenvolvimentista” ou “neodesenvolvimentista”) seria um indicativo da justeza de suas observações.

Acreditamos que o atendimento de parte das reivindicações dos setores do capital interno não significa alteração da hegemonia financeira, como afirma Boito Jr. Embora o percentual destinado ao superávit primário tenha diminuído conjuntamente, as cifras astronômicas destinadas ao capital financeiro em detrimento dos setores produtivos permanece. Aliás, ao contrário do que sustenta Boito Jr., se estendermos um pouco a

perspectiva, veremos que o capital financeiro ampliou sua rapinagem sobre o orçamento público durante os governos Lula, como podemos conferir no desenvolvimento anual do Superávit Primário brasileiro.

FIGURA 4 – Superávit Primário - Setor Público - % PIB. Média anual dos governos – 1995-2014



Fonte: Brasil – Fatos e Dados, com base em dados do FMI e Banco Central do Brasil.

Em seu conjunto, os dois governos de Lula elevaram o superávit primário. No primeiro governo de Dilma houve uma redução, mas o crescimento das receitas destinadas ao capital financeiro foi retomado. A destinação de recursos públicos para pagamento de juros e amortizações da dívida, interna e externa, segue prejudicando o desenvolvimento interno e não nos parece que seja adequado afirmar que o capital financeiro teve sua influência reduzida.

Vejamos o caso do agronegócio. É real que este setor apoia o governo liderado pelo PT, mesmo com profundas divergências ideológicas. Ocorre que estão satisfeitos com as políticas de subsídios do governo, embora reivindiquem maiores benefícios. É o caso da

Unidade de Produtores de Bioenergia (Udop) entidade dos usineiros de São Paulo, que pressiona o governo no sentido do estabelecimento de uma parceria com a Petrobrás para produção de etanol. Diante do apoio despendido, o agronegócio, na sua maioria, se alia ao governo. Porém, tem divergências, pois pressionou o governo federal para aprovar o código florestal, conter o MST e acabar com as demarcações das terras indígenas. O governo petista, aos poucos, cede a todas as reivindicações, chegando, inclusive, no início do segundo governo de Dilma Rousseff a nomear Katia Abreu – representante maior do agronegócio – como Ministra da Agricultura.

Como já destacou Boito Jr., a burguesia interna exige proteção do governo, mas não tende a se chocar com o imperialismo. No caso do agronegócio, nem mesmo impor limites. Para os setores agroexportadores, o objetivo é expandir-se para o mercado externo. Se, nos chamados acordos multilaterais, a exemplo da Rodada de Doha, isso implicar em abertura do mercado interno para as mercadorias estrangeiras e redução do protecionismo, isso não importa. Assim, vemos que não é um setor que se confronta com o capital estrangeiro, no caso da fração agrária.

Da mesma forma, no caso da fração industrial, as medidas voltadas ao capital financeiro, que implicam em desindustrialização, fazem com que este setor expresse divergências com o governo, ironicamente aliando-se à CUT para exigir do governo medidas de proteção. Entretanto, no caso de ultimato do FMI e demais representantes do mercado mundial, tendem a ceder.

Em geral, as reivindicações “nacionalistas” da CUT e da FIESP relacionam-se com isenções fiscais às empresas, como desoneração da folha de pagamento, isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e redução dos juros. Embora o governo tenha em algum momento fixado a isenção apenas para setores nacionais da chamada “linha branca”, como eletrodomésticos, entre outros, bastou a crise econômica impactar nos setores controlados pelas multinacionais para as isenções serem estendidas. É o caso da indústria automobilística, ramo controlado pelas montadoras estrangeiras e afetado pela crise de superprodução do setor.

Em relação à política de crédito destinada ao fomento da chamada agricultura familiar, o governo Lula expandiu, como já foi dito, o orçamento do Pronaf. Entretanto, essa política é acessada fundamentalmente pelos médios e grandes agricultores, representados pela Central de Trabalhadores Agrícolas, também chamado de “agronegocinho”. Já as famílias pobres, por outro lado, vão acessar cada vez menos o programa, dada sua condição de inadimplência. Em entrevista à revista Carta Capital, o professor aposentado de geografia da Universidade de São Paulo (USP), Ariovaldo de Oliveira critica a propaganda do governo sobre a expansão dos recursos do Pronaf.

(...) é preciso dizer que atualmente, segundo informam as organizações sociais camponesas, menos de 10% das quase 800 mil famílias assentadas têm acesso ao Pronaf. E quanto ao Pnae, que reserva 30% dos recursos para agricultura familiar, ainda existe uma forte resistência em algumas prefeituras (OLIVEIRA, 2011).

No caso do MST, essa política beneficia uma pequena parte dos assentados, mas em nada ajuda os acampados. Por outro lado, no final de seu mandato, o presidente Lula assinou o Decreto 7.352 que institucionaliza como política pública o Pronera. Entre 2003 e 2010, mais de 360 mil jovens e adultos participaram das ações do Programa. Essa colaboração, a nosso ver, persistiu como forma de manter os movimentos sociais do campo em colaboração com o governo.

Apenas da crise política do seu primeiro mandato e a crise econômica iniciada durante seu segundo governo, Lula conseguiu eleger sua sucessora, superando o candidato do PSDB, José Serra. A aliança com o PMDB se mantém e Michel Temer é eleito vice presidente por duas ocasiões sucessivas. A presidência da Câmara Federal e do Senado também está nas mãos do PMDB, assim como a direção de muitas autarquias e empresas públicas. Sendo já o maior partido do país, constituído mais como uma federação de oligarcas que de um partido político mesmo, se fortalece ainda mais no interior do Estado brasileiro a partir de suas alianças com o PT.

Durante a campanha presidencial de 2010, o clima vivido no movimento era de otimismo pela eleição de Dilma. O Jornal Brasil de Fato, um dos órgãos da imprensa do MST, faz uma edição que pode ser definida como um verdadeiro panfleto de campanha de Dilma. As matérias intituladas “Derrotar a direita”, eis o consenso” e “pela quarta vez, desde o fim da ditadura, haverá segundo turno. A campanha pelo voto útil em Dilma Rousseff aumenta sobre os militantes e eleitores da esquerda anticapitalista” são bem elucidativas no que diz respeito às expectativas do MST²⁸. De fato, a expectativa era de um governo “mais à esquerda”. O passado guerrilheiro de Dilma entusiasmou grande parte da militância do Movimento.

Dito de outra forma, as políticas adotadas pelo governo nos últimos oito anos não foram suficientes para que o MST superasse todas as ilusões que depositaram no PT. Analisando o trabalho de Solange Engelmann, que faz parte da direção nacional do Movimento, vemos como que sua percepção acerca do abandono, por parte do PT, da defesa da reforma agrária, substituindo-a por uma política assistencialista, não lhe permitiu tirar conclusões históricas, isto é, de que o PT, um partido que se construiu em torno das lutas por reformas sociais, teve sua tese de governo testada e fracassada, uma vez que tornou-se refém da política tradicional, dos ditames imperialistas, tendo este partido, inclusive, passado pelo processo de aburguesamento.

Nesse contexto, ao analisarmos o Programa Agrário do PT de 1989, percebe-se que este propõe a reforma agrária para eliminação da concentração da terra e desenvolvimento da agricultura e da economia. (...) Sendo que, no Programa Agrário de Campanha de 2002, o PT passa a considerar a reforma agrária como uma política para o desenvolvimento rural [voltando-se para] o combate à pobreza e o desenvolvimento capitalista do campo. (...) *No entanto, mesmo com todas as limitações*, caso o segundo programa agrário fosse efetivado, acredita-se que a reforma agrária e a agricultura familiar poderiam se tornar políticas fundamentais para a garantia da soberania alimentar, erradicação da pobreza e geração de empregos, o que não se verifica empiricamente hoje. (ENGELMANN, 2012, pp.09-10, *grifo nosso*).

²⁸ Essas entrevistas e outras do período podem ser consultadas no site do Jornal Brasil de Fato: <http://www.brasildefato.com.br/search/node/2010%20dilma%20elei%C3%A7%C3%A3o?page=8>

Dessa forma, vemos que longe de romper com o projeto das eleições presidenciais de 2002, o MST se coloca como herdeiro do programa original do PT. Essa perspectiva, nos parece, é a típica daquelas organizações que tomam o socialismo de forma abstrata e inconsequente. Como se afirmassem: queremos o socialismo, mas, diante de suas incertezas, um “bom” capitalismo já seria suficiente. Não entendemos tal postura como incidental. Como vimos afirmando, o MST não é uma organização socialista, isto é, não objetiva acabar com a propriedade privada capitalista, mas seu objetivo relaciona-se com o desenvolvimento do capitalismo e incorporação das massas rurais ao mercado através do acesso à terra. Entretanto, o Movimento assume, por vezes, uma retórica socialista. Dessa forma, a defesa de uma sociedade futura sem classes resultante do desenvolvimento do capitalismo deve, necessariamente, ser abstrata, como o fazem as organizações que acreditam na possibilidade de uma revolução por etapas.

Contudo, ao perceber que nem mesmo as reformas são possíveis, e que o seu partido historicamente aliado não é capaz de cumprir suas promessas, o MST persiste acreditando nas promessas, esperando surgir um governo que finalmente cumpra o programa agrário que o PT abandonou. Todavia, como esse “governo dos trabalhadores” não existe, mantém-se o apoio ao governo em troca de alguma política pública para o campo.

Utilizando-se das informações acerca do desempenho da economia mundial, publicadas no *World Economic Outlook* do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) elaborou sua Carta de Conjuntura, de Junho de 2013. Nela, podemos conferir que nos dois primeiros anos do governo Dilma Rousseff a economia mundial cresceu 4% em 2011 e 3,2% em 2012. Já o PIB brasileiro cresceu 2,7% em 2011 e 0,9% em 2012. Ou seja, segundo estes dados do IPEA podemos constatar, claramente, a desaceleração econômica ocorrida (IPEA, 2013, p. 61).

Com relação às exportações, o governo federal mantém a política de exportação de minerais, principalmente o cobre, e de produtos de baixa densidade tecnológica, com baixo

valor agregado. Na tabela 8 abaixo, observamos os produtos com recordes no valor das exportações brasileiras no ano 2013.

TABELA 8 – Exportação brasileira - Recordes 2013

Produtos com recorde no valor exportado em 2013					
Produtos	Recorde em 2013			Recorde Anterior	
	US\$ milhões	Var. % sobre 2012	Qtde (ton)	Ano	US\$ milhões
Soja em grão*	22.812	29,7	42.796.104	2012	17.455
Farelo de soja	6.787	2,1	13.333.546	2012	6.595
Carne bovina	6.660	15,0	1.504.317	2012	5.744
Milho*	6.299	16,1	26.622.831	2012	5.383
Automóveis (mil unidades)	5.485	46,1	476	2008	4.916
Celulose*	5.185	9,3	9.875.354	2011	5.002
Couro*	2.492	19,4	482.758	2007	2.185
Veículos de carga (mil unidades)	2.211	5,3	109	2011	2.190
Minério de cobre*	1.826	19,9	854.263	2011	1.573
Obras de mármore e granito*	862	24,4	1.055.975	2007	732

Fonte: BRASIL, 2013.

Nota: (*) recordes em valores e em quantidades embarcadas

Como observamos na Tabela 8 acima, vemos que a soja, o milho e a carne bovina são grandes responsáveis pela maior parte do alto desempenho das exportações no país. Há uma ligeira elevação nas exportações entre os anos 2012 e 2013. Mas a situação econômica geral do período não é favorável. O país mantém alta a taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) e o déficit na conta corrente atinge números recordes, com volumes de US\$ 54,246 bilhões em 2012 e US\$ 81.347 bilhões em 2013. No ano 2014 registrou-se nova alta, atingindo 90,948 bilhões de reais. Isso corresponde em fator de enfraquecimento das finanças domésticas, uma vez que o crescimento econômico é

sustentando através dos investimentos internos. A despeito do que defendem as correntes econômicas neoclássicas, o déficit das transações econômicas é fator de desestabilização e vulnerabilidade, tendo sérias repercussões nos gastos públicos e, conseqüentemente, das políticas sociais. O governo Dilma desenvolve-se no sentido de que será de redução dos gastos públicos e elevação dos juros²⁹.

O governo do PT, nas presidências de Lula e de Dilma, manteve o curso de desnacionalização da economia. Desta forma empresas de alimentação como Bunge, Cargil, Monsanto, Nestlé avançam sobre a economia nacional, da mesma forma que as automotrizes estrangeiras, Volkswagen, Mercedes Benz, General Motors, entre outras que concentram a produção nos grandes centros industriais. Em todos os ramos fundamentais o imperialismo está presente, majoritariamente ou associado.

Estamos de acordo com a afirmação de que a burguesia brasileira dita a política a ser seguida pelo governo petista (BOITO Jr., 2010). Porém, essa burguesia age como sócia menor que é da burguesia internacional. Por isso, não se trata de mudança de hegemonia no interior do bloco no poder na formação econômica-social brasileira. Mesmo que com todas as ressalvas, não concordamos com a afirmação que a burguesia interna poderia atuar autonomamente em relação às imposições do imperialismo em uma economia semicolonial, nos marcos de uma divisão internacional do trabalho realizada pelo imperialismo e que não é questionada pelos governos petistas.

As divergências e diferenças quanto à forma e o ritmo são parte das disputas entre as frações da classe dominante em que está dividida a burguesia. Fazer maiores ou menores concessões às exigências das multinacionais, favorecer a este ou àquele monopólio concorrente, depende das circunstâncias econômicas, políticas e da luta de classes. É incontestável que o governo Dilma, como todo governo nos marcos do capitalismo, esteve sob tais pressões, mas não altera a conclusão de que expressou a posição histórica da

²⁹ Como foi comprovado nos cortes orçamentários, ataque aos direitos trabalhistas (Medida Provisória 664 e 665 de 30 de dezembro de 2014) e elevação dos juros no começo deste ano.

burguesia brasileira e sua fração hegemônica de manter a submissão do Brasil à burguesia imperialista.

Neste cenário, a reforma agrária já não consta nos objetivos do governo, ao contrário, o que tem avançado é o agronegócio e a violência contra índios e sem-terra em todo o país. A partir do começo da década de 2000 em diante, as fronteiras agrícolas se ampliam, principalmente nas regiões centro-oeste e norte, fator que agrava os conflitos no campo, especialmente entre fazendeiros e as nacionalidades indígenas, mas que ao mesmo tempo expande a capacidade produtiva agroexportadora. Com a radicalização dos conflitos e apoio do governo, através das forças repressivas do Estado e as forças paraestatais, a onda de violência contra os camponeses, típica dos governos anteriores ao PT, é retomada.

O argumento fartamente utilizado pela direção do MST nos dois mandatos de Lula, de que se tratavam de governos ainda em disputa, perde força e não parece mais convencer diante dos ataques e das medidas econômicas tomadas. Entretanto, o apoio persiste, justificado agora como forma de fortalecer os políticos tidos como comprometidos com o projeto de reforma agrária, pedindo sua ajuda para tentar pressionar o governo a retomar a política de assentamento, ampliando-a, tornando-a uma consistente política de reforma agrária e de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo. Como podemos constatar em seu programa e durante o seu último congresso, em que esse pedido de apoio foi feito aos políticos presentes, conforme relatamos no segundo capítulo desta mesma dissertação.

Na última década, os interesses dos grupos empresariais mineradores no subsolo nacional em geral, e da região da Amazônia Legal em particular, assim como o controle cada vez maior da produção de cana-de-açúcar em São Paulo, eucalipto no sul e soja no oeste da Bahia, entre outros casos, são exemplos das práticas adotadas pela burguesia, liderada, em última análise, pela fração financeira, para manter a produtividade voltada para o exterior, fazendo com que o agronegócio seja o grande responsável pelo equilíbrio da balança comercial por meio das exportações.

Assim, de acordo com o modelo econômico adotado, a fração agrária da burguesia torna-se fundamental para o projeto de “desenvolvimento” do governo, que na realidade

não passa de uma reprimarização, sendo uma fração que se fortalece politicamente nos governos do PT. O MST faz a crítica ao atual modelo econômico, defendendo uma alternativa nacional-popular, baseado no desenvolvimento do mercado interno, na democratização das inovações técnicas e incentivos políticos e econômicos à agroecologia. Mas as contenções orçamentárias e as escolhas políticas do governo federal, não indicam que esse caminho seja considerado pela cúpula petista e seus aliados, muito menos como horizonte para a forma como se desenvolve o capitalismo no Brasil.

Com o predomínio da agricultura capitalista, a reforma agrária não mais ocorrerá como produto de uma revolução burguesa. Nunca a burguesia brasileira despontou como uma classe revolucionária. Conclusão essa que se estende à sua fração industrial. Nasceu colonizada e se desenvolveu subordinada ao imperialismo. Encarnou o capitalismo de um Estado semicolonial. As forças produtivas internas se desenvolveram sob o condicionamento dos monopólios e do capital financeiro internacional.

A burguesia nacional não pôde, assim, romper os laços de dominação imperialista, nem mesmo contê-lo, como vem afirmando Armando Boito Jr. Evidentemente, o poder da oligarquia agrária nacional existe, aliás, nunca deixou de existir. Desde o fim do Império Colonial, essas frações determinaram as condições de desenvolvimento do País. O seu Estado enfrentou e enfrenta a luta de classes no campo com extrema violência – a política do INCRA de mediação entre os conflitos, no começo de 2003, fracassou rapidamente. Contudo, a força dessas oligarquias agrárias sempre se baseou nos laços com a burguesia internacional, mais do que no caráter autoritário de sua dominação política.

O desenvolvimento agroindustrial está longe de se alastrar por todos os estados e regiões e extinguir as formas camponesas de produção, em parte de características pré-capitalistas (trabalho familiar, de subsistência, de força física, destituído de tecnologia e quase desligado do mercado). A agricultura capitalista tecnificada e de alta produtividade permanece concentrada em alguns estados e regiões.

Durante toda uma fase em que a incipiência da agricultura capitalista indicava os condicionamentos das velhas relações herdadas do pré-capitalismo colonial, a reforma agrária surgia como uma resposta às travas latifundiárias e para liberar as forças produtivas

do campo. Já não é mais assim. Agora, o complexo agroindustrial que impulsionou a economia agroexportadora se levanta como a trava, dada a alta concentração regional, aos condicionamentos das commodities, à monocultura e às imposições do capital financeiro. E o PT comparece como partido disposto a contribuir com a forma atual de acumulação capitalista no Brasil. O projeto desenvolvimentista e baseado em nova matriz energética do MST é rejeitado pelo governo.

Com base no acompanhamento da política econômica adotada pelos governos do PT no período recente, verificamos que a defesa da reforma agrária, outrora feita por este partido, foi abandonada, substituindo-a por políticas públicas assistencialistas. O MST, por sua vez, se vê acuado diante do fortalecimento da fração da burguesia agrária, ocorrido durante os governos Lula e Dilma. O Movimento, dada sua concepção de transformações graduais da estrutura econômica e política do país, e diante da dependência dos programas governamentais, mantém o apoio ao governo petista e o defende contra os “ataques da direita”.

Contudo, o último período é de arrefecimento das medidas agrárias em prol dos assentamentos, assim como a considerável diminuição na criação de novos assentamentos. A partir de 2005, com a CPMI da terra, é retomada a ofensiva contra o MST, com a bancada ligada à burguesia agrária atuando pela sua criminalização. A expansão das fronteiras agrícolas tem elevado os choques e conflitos entre camponeses e indígenas. A reprimarização da economia brasileira, em curso nas últimas três décadas, mas intensificada nos governos do PT, limitam a política defendida pelo MST de desapropriação de terras para fins de reforma agrária.

Diante desse impasse, o Movimento se vê recuado na defesa da estruturação dos assentamentos já existentes e, no caso dos acampados, consecução de políticas assistenciais para essa camada que compõe sua base social. Assim, constatamos que a política do MST em relação ao PT é de paciência, apoio e afinidade ideológica, mesmo que com discordâncias sobre o ritmo e o conteúdo de algumas políticas. De nossa parte, tentamos demonstrar neste capítulo que a política econômica e as alianças político partidárias que o

PT contraiu impossibilita a realização da mediadas agrárias que beneficie a população rural em geral e as bases do MST em particular.

CONCLUSÃO

Desde 1970, a penetração capitalista no campo ganhou força e avança continuamente. Durante esse período, milhões de camponeses deixaram o campo e passaram a vender sua força de trabalho como assalariados. Tamanho foi o deslocamento que se denominou “êxodo rural”. A cidade passou a dominar o campo. Essa mudança impulsionou a luta camponesa. Potenciou o MST, desde um estado de agricultura adiantada, que é o Rio Grande do Sul.

Distintamente das Ligas Camponesas (1955 a 1964) que se circunscreveu a alguns estados do Nordeste, o MST se nacionalizou como um movimento pela reforma agrária. Velhos liames de opressão oligárquico-latifundiária se combinaram com novos que emergiam das transformações na forma capitalista de explorar a terra. Isso sob as mesmas relações de propriedade do solo, o latifúndio entrelaçado ao minifúndio e à média propriedade.

A agricultura de exportação exigiu a intervenção maciça do capital financeiro. E permitiu um salto na industrialização agrária. Uma corrente dos economistas burgueses defende não haver necessidade de reforma agrária no Brasil. Outra, nacional-desenvolvimentista, alega ser necessário um conjunto de reformas, destacando-se a agrária, como condição para o desenvolvimento endógeno. Nas décadas de 1950 e 1960, podemos colocar Delfim Netto e Celso Furtado como os melhores representantes dessas correntes no Brasil. Já nos anos 1990, Fernando Henrique Cardoso representou a primeira corrente, que afirmava que a reforma agrária estava superada.

As forças produtivas agrárias estavam sob o carro chefe da indústria. O chamado Complexo Agroindustrial (CAI) havia deixado para trás o latifúndio improdutivo. Predominava a aplicação de capital na produção agrária, que, por sua vez, se vinculava e dependia cada vez mais da indústria de máquinas, de suplementos, defensivos e de

transformação. Assim os polos agroindustriais e o agronegócio passavam a produzir e a comercializar em grande escala, reduzindo a importância da produção camponesa, estritamente voltada a produzir alimentos tradicionais e para o mercado interno. Essa tese se consolidou durante os anos 1990 e foi incorporada pelo governo petista nos anos seguintes.

De fato, não há como desconhecer essa constatação. Mas a agroindústria não aboliu a questão agrária. Continuam em pé milhões de minifúndios e pequenos proprietários que exercem o trabalho familiar. Não se extinguiu o processo de expropriação e expulsão da família camponesa da terra. Não se resolveu a penúria e a miserabilidade de milhões de camponeses. O governo ainda tem de responder à luta de classes no campo com os assentamentos, lembremos que dela faz parte a luta dos indígenas, embora tenha conseguido conter a pressão dos movimentos nos últimos anos. Não se podem desconhecer as transformações sofridas com a penetração capitalista no campo, nem as suas limitações típicas de um país de economia relativamente atrasada.

Neste sentido, destacamos a importância da análise teórica sobre o programa político, empreendida nesta dissertação. Trata-se de uma discussão acerca do desenvolvimento geral das forças produtivas. Quais são os caminhos de desenvolvimento a seguir e as estratégias de luta pelo socialismo. Um programa se coloca por ser a defesa de uma determinada concepção teórica da realidade e as formas para sua realização. Isto é, transcende o conjunto das reivindicações conjunturais e corporativas. Com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o problema colocado pela burguesia foi enfrentar ou não a questão agrária e escolher os caminhos de desenvolvimento.

Para o MST, permanece a necessidade de escolher entre dois caminhos de desenvolvimento: o desenvolvimento baseado na grande propriedade ou a redistribuição das terras. Na nossa compreensão, essa é uma discussão extemporânea, pois não é mais uma questão de escolha, já que o modelo da grande propriedade está consolidado. O domínio do latifúndio, do agronegócio e de camadas médias subordinadas à agroindústria define a estrutura atual. A questão da escolha de modelos foi colocada objetivamente no final do século XIX, com a desagregação do sistema colonial e persistiu até finais dos anos

1950, quando predominaram as relações de produção pré-capitalistas, em que a maioria da população vivia no campo.

Embora as relações pré-capitalistas de produção não tenham sido eliminadas, as relações capitalistas superaram as formas precedentes. Com a independência e final da escravidão, a burguesia se deparou com a questão de qual tipo de desenvolvimento seguir, como desenvolver suas forças produtivas. A reforma na estrutura agrária implicaria na dinamização do mercado, inserção de vasta mão de obra no setor produtivo e criação de massas consumidoras. Entretanto, a estrutura baseada no latifúndio e na exportação foi mantida.

O movimento de luta camponesa, de forma organizada, é tardio, data dos anos 1950. Nasceu com as Ligas Camponesas, que reivindicavam o programa de parte da burguesia de reforma agrária para o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Após o regime militar, o MST dá continuidade a essa política. Suas reivindicações concentram-se na premissa de que cabe ao Estado burguês fazer a reforma agrária, impulsionando o desenvolvimento capitalista. Mas há uma contradição no Movimento, pois embora munido da política burguesa, utiliza-se de métodos que se chocam com a propriedade privada da terra, por meio das ocupações.

O MST recolocou a discussão da reforma agrária em âmbito nacional. Nunca houve reforma agrária no Brasil, e sim, medidas agrárias por parte do Estado. O MST pressiona e se adapta a essas medidas. A nova tática de consolidação de "territórios livres", entre outras, expressa um impasse do Movimento. Ou se aceita o fato objetivo que a estrutura agrária é a da grande propriedade e se submete; ou defende a expropriação revolucionária dos latifúndios. Como o MST não quer defender nenhuma das alternativas está recuado na defesa conjuntural de seus territórios.

Os impasses constatados, a redução da política de assentamento e retomada da criminalização tem enfraquecido o MST. Porém, não verificamos a possibilidade do Movimento caminhar para uma ruptura com o governo nem de forças internas darem um novo rumo à organização. A direção nacional, liderada por João Pedro Stédile e demais, parece manter a unidade nacional nesse novo período. Entretanto, a palavra de ordem

"reforma agrária popular" nada traz de novo para a clássica, uma vez que a perspectiva de desenvolvimento nacional com inclusão e distribuição de renda é mantida, não avançando para a via revolucionária. É mais uma retórica diante do impasse que o Movimento se encontra. Na prática, vemos agora que o MST abandona a reforma agrária. Eles professam que abandonaram a clássica, pois esta não é mais possível; entretanto, não há outra.

REFERÊNCIAS

- BARRIOS, A. M. Historia política de los campesinos cubanos. In: CASANOVA, P. G. (coord.). *Historia política de los campesinos latinoamericano*. Vol. 1. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 1984.
- BERTERO, J.F. Sobre reforma agrária e MST. In: *Lutas & Resistências*, Londrina, v.1, p.163-183, set. 2006.
- BETTO, F. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. Disponível em: <<http://www.estef.edu.br/zugno/wp-content/uploads/2011/05/cebs-freibetto.pdf>> Acesso em: 19 de Set. 2014.
- BOITO JR., A. A burguesia no governo Lula. In: *Crítica Marxista*, n. 21. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005. p. 52-76.
- _____. Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR, A; GALVÃO, *A Política e Classes no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Editora Alameda, 2012.
- BRANDÃO. O. *Agrarismo e Industrialismo: Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2006.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *II Plano Nacional de Reforma Agrária – Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural*. Brasília, 2003.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Balanco Comercial brasileira 2013*. Brasília:Secretaria do Comércio Exterior, 2014.
- BRASIL. República Federativa do Brasil. Relatório dos Trabalhos da CPMI “da Terra”. Brasília, 2005.

- BRUM, A. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.
- BACHES, A; ARAÚJO, J. *Adão Pretto*. Brasília: Edições Câmara. Série perfis parlamentares ; n. 60, 2010.
- CAMPOS. M. A. F. *A política econômica do governo Kubitschek (1956-1961): o discurso em ação*. UFRGS: Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12462/000627005.pdf?sequence=1>. Acesso em 22/05/2013.
- CASTELO, R. *Subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução: Florestan Fernandes e a crítica da economia política desenvolvimentista*. S/d. Disponível em: <http://marxismo21.org/wpcontent/uploads/2012/11/R-C-Branco-FF.pdf>. Acesso em 21/06/2014.
- CAVALCANTI, C. *Um projeto de reforma agrária*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1959.
- COLETTI, C. Neoliberalismo e burguesia agrária no Brasil. In: *Lutas & Resistências*. Londrina: editora midiografi, set.2006, vol. 1, p. 131-145.
- COUTINHO, C.N. Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci. In: AGGIO, A. (org.) *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- CPT. Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo – Brasil 2002* [coord. Antônio Canuto e Cássia Regina da Silva Luz]. Goiânia: Edições Loyola, 2002.
- _____. *Conflitos no Campo – Brasil 2013*. [coord. Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz e Flávio Lazzarin]: CPT Nacional – Brasil, 2013.
- DELGADO, G. C. Questão Agrária no Brasil: 1950-2003. In: JACCOUD. L. (Org.) *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005, v. 01, p. 51-90.
- ESPÍNDOLA, C. J. Notas sobre as recentes exportações brasileiras de commodities agropecuárias.

In: *Princípios: revista teórica, política e de informação*. Disponível em: http://www.revistaprincipios.com.br/principios/component/content/article/34_noticias/334-notassobre-as-recentes-exporta%C3%A7%C3%B5es-brasileiras-de-commoditiesagropecu%C3%A1rias.html. Acesso em 20 de dez. de 2013.

ENGELMANN, Solange I. A questão agrária no Brasil: A política agrária do governo Lula e a relação com o MST. In: *Anais do VIII Seminário do Trabalho* [recurso eletrônico] : Trabalho e Políticas Sociais no Século XXI. Marília: UNESP, 2012. v. 8. p. 01-14.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

FERNANDES, A. D. *Adinâmica da fronteira agrícola em Goiás*. Dissertação. Universidade Federal de Goiás. Goiânia: 2006.

FERNÁNDEZ, X. S; GARCIA, D. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v.2, n.2, p.17-26, abr./jun. 2001.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2005. _____. *A operação Nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

_____. *Seca e poder. Entrevista com Celso Furtado*. Entrevista concedida a Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade e Raimundo Rodrigues Pereira. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo. 1998.

_____. *Reflexões sobre a crise brasileira*. 2000. Disponível em: <http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/furtado5.pdf>. Acesso em: 20 de Setembro de 2012.

GARCIA, M. A. Agenda para o socialismo no século XXI. In: GARCIA, M. A; POMAR, Valter; GUIMARAES, J. *Socialismo no século XXI*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

GIRARDI, E. *Atlas da Questão Agrária*. UNIFESP. 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas>. Acesso em 21/05/2014.

GLIESSMAN, S.R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

- GODOY, M.Z. *OMST no Rio Grande do Sul e a opção preferencial pelo PT como instrumento partidário: 1980-1990*. Monografia. UFRGS. 2014
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999. v. 1.
- GUZMÁN, E; MOLINA, M. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- GUEVARA, Che. *Socialismo e juventude*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.
- IBGE. Censo Agropecuário 2006. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/comentario_s.pdf. Acesso em 27/01/2014.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Políticas sociais – acompanhamento e análise. nº6*. Governo Federal Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 2003.
- _____. *Carta de Conjuntura*. IPEA, Jun. 2013. Disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/conjuntura/cc19_economiamundial.pdf. Acesso em 13 de Fevereiro de 2015.
- LENIN, V.I. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.
- _____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global editora, 1982.
- MAR, J. M.; MAJIA, J. M. *La reforma agraria en el Peru*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos. IEP ediciones, 1980
- MARTINS, J.S. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira. 1975.
- _____. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas. 1979.
- _____. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: FÉLIX, M. *Encontros com a civilização brasileira*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1980.

- _____. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843*; tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.
- MAURO, G; PERICÁS, L.B. *Capitalismo e luta política no Brasil na virada do milênio*. São Paulo: Xamã, 2001.
- MST. *V Congresso Nacional do MST: uma obra coletiva da militância*. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. São Paulo. 2007. Disponível em: <http://www.mst.org.br/especiais/10>. Acesso em: 20 de Setembro de 2012.
- _____. *Unidade cria condições para lutas sociais*. 2010. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/10654>. Acesso em: 20 de Setembro de 2012
- _____. O projeto popular em 2010. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/9141>. Acesso em: 20 de Setembro de 2012.
- _____. *1º Congresso Nacional (1985)– Sem Reforma Agrária, não há Democracia*. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/839#>>. Acesso em: 13 de Ago. 2014.
- MORAES, C. S. História das Ligas Camponesas do Brasil. In: STÉDILE, J.P (Org.) *A questão agrária no Brasil: história e natureza das ligas camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2012 pp. 21-76.
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Movimento_dos_Atingidos_por_Barragens&oldid=399_58972>. Acesso em: 19 nov. 2014.
- OLIVEIRA, A.U. *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. São Paulo. FFLCH/Labuer Edições, 2007.

_____. Política agrária do governo Lula valorizou o agronegócio. <http://www.mst.org.br/Politicaagraria-do-governo-Lula-valorizou-oagronegocio>. Acesso: 23/10/2013.

POULANTZAS. *Poder Político e Classes Sociais*. Trad. Francisco Silva: Martins Fontes, 1977.

PRADO JR. C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1970.

_____. *A Questão Agrária*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PT. *Resoluções do 3º Congresso do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: 2007.

QUEIROZ, M. I. P. Evolução das relações de trabalho na agricultura brasileira. In: *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos Editora

S.A; Editora da Universidade de São Paulo, 1978

ROSSET, P. Alternativa à política fundiária de mercado: reforma agrária e soberania alimentar. In: SAUER, S; PEREIRA, J. (Orgs). *Capturando a terra: Banco mundial, políticas fundiárias, neoliberalismo e reforma agrária de mercado*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SADER, E; GENTILI, P. *O necessário, o possível e o impossível*. In: SADER, E. (Org.). *10 anos de governos pós-neoliberal no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

SANTOS, C. Pronera: os desafios e avanços para a educação do campo. Entrevista concedida a Mayrá Lima. 2010. Disponível em http://www.cedefes.org.br/index.php?p=educacao_detalhe&id_afro=4078. Acesso em: 13 de Fev. 2013.

SILVA, Hélio. *1964: Golpe ou Contragolpe?* L &PM Editores, 2014.

STÉDILE, J. P. O MST e a Questão Agrária. In: *Dossiê Questão Agrária*. Estud. av. vol.11 no. 31. São Paulo. Set./Dez. 1997.

_____. João Pedro Stédile é entrevistado por Marcos Winter. Movimento Humanos Direitos.

Agosto de 2006. Entrevista concedida a Marcos Winter. Disponível em:

<http://www.humanosdireitos.org/atividades/entrevistas/34-Joao-Pedro-Stédile-eentrevistado-porMarcos-Winter.htm>. Acesso em: 20 de Setembro de 2012.

_____. (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. (Org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

_____. *Stédile fala no ato político do VI Congresso do MST*. 14 de fevereiro de 2014. Vídeo (21:56 minutos). disponibilizado pelo em <https://www.youtube.com/watch?v=wpLzigfYlRE>. Acesso em: 17 de Fev. de 2015

STÉDILE, J.P. FERNANDES, B. M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

THOMAZ JR. A. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – qual o lugar do campesinato e do proletariado. In: FERNANDES, B. *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. Expressão Popular. São Paulo, 2008.

TROTSKY, L. *História da Revolução Russa*, volume 1. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

_____. *A Revolução Permanente*. Lisboa: Edições Antídoto, 1977.

UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA. 2015. Disponível em: <http://www.udr.org.br/historico.htm>. Acesso em: 23 jan. 2015.

VIEIRA, F. *Dos Proletários Unidos à Globalização da Esperança: um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores*. Rio de Janeiro: Editora Alameda, 2011.

VINHAS, M. *Problemas Agrário-Camponeses do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1972.

VELOSO, J. P. R. O governo Geisel: estratégia de desenvolvimento e coordenação da política econômica. In: *Revista Brasileira de Economia (RBE)*. Rio de Janeiro: 1998.